



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo (1968-1974)

Maria do Rosário Correia Fernandes

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

As Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo (1968-1974)

Maria do Rosário Correia Fernandes

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimentos

Começo por agradecer aos professores que fui encontrando ao longo do meu percurso, sobretudo aos professores do ISCTE, e aos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde me licenciiei em 2005 e onde surgiu a ideia deste trabalho.

Precisamente já na fase duma pós-graduação em História Contemporânea, numa Cadeira de História da Cultura, em que tínhamos uma temática sobre a “Religião na Sociedade Portuguesa”, despertou-me o interesse, por um lado, para a forma como o fator religioso, e concretamente o catolicismo, influenciou ou não a sociedade portuguesa no período contemporâneo e, sobretudo, durante a vigência do regime do Estado Novo nos seus anos finais.

Por outro lado, o interesse por este tema vai ao encontro duma tentativa de perceção de como o poder político lidou com esta realidade.

Esta ideia ficou por alguns anos em “adormecimento”, até que em 2020 resolvi dar continuidade ao que já havia sido iniciado. Em diálogo com a minha amiga e colega já de muitos anos, Paula Rosa, encontrei o incentivo de que precisava para prosseguir.

E a ela devo a ideia de ingressar no ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. Para esta amiga, a minha gratidão de sempre. Fica também uma palavra de agradecimento à Professora Ana Pina que me indicou a Professora Ana Mónica Fonseca para orientar o meu trabalho. Indicação essa que foi bem acolhida por parte da Professora, que logo aceitou a orientação da minha tese.

À Professora Ana Mónica Fonseca, o meu muito obrigado por ter aceitado acompanhar-me nesse percurso, com o seu saber, com o seu empenho e com a sua dedicação. Ser-lhe-ei para sempre grata.

À minha colega e amiga Paula Rosa, os meus agradecimentos por me ter ajudado desde o início e mais ainda na fase final do trabalho.

Aos meus sobrinhos agradeço-lhes o trabalho informático que me foi prestado. A vossa ajuda foi muito importante. Finalmente, agradeço a minha família e a todos os que de uma forma ou de outra me ajudaram para que esse trabalho fosse possível.

Bem-haja a todos.

.

Resumo

Este estudo aborda as relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo em Portugal, dando relevância a fase das “transições”, quer no domínio político como eclesial, entre 1968 e 1974. Esta investigação tem como ponto de análise fontes primárias e a historiografia, bem como os autores que se têm debruçado sobre esta área temática. Pelas análises realizadas chegou-se à algumas conclusões: os líderes do Estado Novo quiseram resolver o problema da chamada «Questão Religiosa» herdada desde a Primeira República, através de uma Concordata com a Santa Sé. Esse facto concretizou-se em 1940, com a assinatura dos acordos. Há um desejo de compromisso por parte do regime que é bem acolhido pelos setores católicos. Mas, à medida que o tempo avança, os mesmos setores começaram a dar sinais de descontentamento, gerando assim as várias oposições em relação ao regime que se perdurarão até os anos finais da ditadura. Essas oposições vão criar alguns atritos e conflitos entre o Estado e a Igreja Católica, que é também evidenciado no período em causa, sob a liderança de Marcelo Caetano no Governo e pelo Cardeal António Ribeiro na liderança da Igreja Católica portuguesa a partir de 1971. Apesar das muitas vicissitudes que essas relações sofrem ao longo de todo o período de vigência do regime do Estado Novo, a tônica dominante nesta fase, é duma tentativa de entendimento.

Palavra-chave: Igreja Católica; Estado Novo; Laicidade; Transição; Regime, Secularização

Abstract

This study approaches the relations between the Catholic Church and the Estado Novo in Portugal, giving relevance to the phase of the “transitions”, both in the political and ecclesial domain, between the years 1968 to 1974. This research relies on the analysis of primary sources and the historiography, working on the authors who have focused on this topics. From the analyses made, some conclusions were reached: the leaders of the Estado Novo wanted to solve the problem of the so-called “Religious Question” inherited since the First Republic, through a Concordat with the Santa Sé. This materialized 1940, with the signing of the agreements. There is a desire for compromise on the part of the regime that is welcomed by Catholic sectors. But as the regime advanced in time the same sectors began to show signs of discontent, thus generating the various oppositions toward the regime that would last until the final years. These oppositions will create some friction and conflicts between the State and the Catholic Church, which is also evidenced in the period under the leadership of Marcelo Caetano in the Government and by Cardinal António Ribeiro in the leadership of the Portuguese Catholic Church from 1971 onwards. Despite the many vicissitudes that these relations suffer throughout the entire period of the Estado Novo regime, the dominant emphasis at this stage is on an attempt at understanding.

Keywords: Catholic Church; New State; Secularism; Transition; Regime, Secularization

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract.....	III
Nota Prévia	1
Introdução	3
Primeira Parte: História das Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo	5
Capítulo I: Breve resenha histórica das Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo	5
Das eleições de 1958 ao fim do Estado Novo:.....	13
Capítulo II- A Historiografia e as Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo.....	17
Capítulo III- A Continuidade do Regime e a Posição da Igreja Católica portuguesa a partir de 1968	33
Capítulo IV- O Papel dos Setores Católicos.....	41
Segunda Parte: Contextualização das abordagens sobre as Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo no Consulado de Marcelo Caetano	47
Capítulo V- O Período do Cardeal António Ribeiro: Percorso e Liderança	47
Capítulo VI- Marcelo Caetano e a Igreja Católica	55
Capítulo VII - A Questão Social.....	63
Capítulo VIII- As Transições e a Descolonização.....	69
Conclusão	79
Fontes.....	83
Bibliografia.....	87

Nota Prévia

As relações da Igreja Católica com o Estado Novo têm sido consideradas por uma separação de cariz jurídica reconhecida a partir de 1940 através dos Atos concordatários assinados entre o Estado e a Santa Sé. Em termos globais essas relações também podem ser caracterizadas como tendo correspondido a uma colaboração moral e uma compreensão recíproca, cada uma das partes buscando uma esfera de autonomia.

A ocupação da chefia do Governo por um dos mais autorizados membros do Centro Católico, em 1933, parecia ter dado garantias à Igreja Católica, não só de respeito pela sua ação, mas também possibilitava a recuperação da sua influência na vida social. Assim, pode-se dizer que o “advento” do Estado Novo trouxe à Igreja Católica condições vantajosas para a sua atuação, não só porque foram eliminados muitos dos fatores de perseguição e restrição da sua ação, como também foram sendo restaurados alguns dos seus desideratos.¹

Porém, as relações entre a Igreja e o regime não foram isentas de atritos e de conflitos, protagonizados, nomeadamente, por alguns setores e individualidades católicas, incluindo alguns membros de níveis elevados da própria hierarquia. Nos inícios dos anos trinta, houve um apoio inequívoco a Salazar e ao seu regime por parte de largos setores católicos. No entanto, no período pós-Segunda Guerra Mundial, e nas décadas seguintes começou a verificar-se uma progressiva desidentificação no seio de alguns desses setores, incluindo membros da própria hierarquia católica. As intervenções políticas e sociais de padres, de leigos e de elementos do próprio episcopado como foram os casos do Bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes nos finais da década de cinquenta, e mais tarde Dom Sebastião Soares de Resende Bispo da Beira, entre outras personalidades católicas nos anos subsequentes corporizam em grande medida esses anseios.

De forma a desenvolver o estudo proposto sobre as Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo nos últimos anos desse regime será necessário introduzir o tema no seu contexto histórico, fazendo uma abordagem de forma resumida sobre essas relações bilaterais. Deste modo, subdividiremos a tese em duas partes, sendo a primeira dedicada ao período de continuidade e consolidação do novo líder do regime, e na segunda parte debruçaremos sobre

¹ Cf. Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Editorial Bizâncio, 2ª edição 1999, p.11-16. Cf. Documentos Conciliares e Pontifícios, *Concílio Ecuménico do Vaticano II*, A Liberdade Religiosa, 11ª Edição, Braga, Editorial A.Q, 1992, p. 263-274.

Utilizamos a expressão «Igreja Católica» para designar a confissão religiosa, hierarquizada, cuja autoridade máxima é o Papa, o Bispo de Roma, mas que por razões de simplicidade narrativa, algumas vezes pode ser identificada como «a Igreja». Por outro lado, a expressão «Santa Sé», designa o nome oficial do Papado, enquanto Estado. O uso da designação “Vaticano” é utilizado com maior frequência a partir de 1870, mesmo antes da formação da Cidade-Estado do Vaticano constituída em 1929 pelos Acordos de Latrão.

a fase considerada de declínio do poder político na sua relação com a Igreja Católica.

Uma breve resenha histórica sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo será desenvolvida no primeiro capítulo. Desta forma é importante demonstrar sucintamente o percurso das relações entre a Igreja e o poder político nas suas variadas vertentes até a sua fase de quase rutura. Para além da «questão religiosa» como ficou conhecida, será relevante contextualizar a conjuntura portuguesa em todos os seus aspetos.

Assim sendo, após uma introdução ao tema, segue-se o segundo capítulo, em que convocaremos alguns historiadores e outros autores que se têm debruçado sobre esta área temática, entramos em diálogo com eles no sentido duma análise crítica procurando responder às questões colocadas. No terceiro capítulo abordaremos a fase de continuidade e consolidação do poder político de um lado e por outro a posição da hierarquia católica face aos acontecimentos, a partir de 1968.

No quarto capítulo desenvolveremos a questão dos setores católicos enquanto principais agentes de mudança.

Para a segunda parte centraremos as abordagens sobre essas relações na fase final do consulado de Marcelo Caetano, sendo que, no quinto capítulo abordaremos o papel desempenhado pelo Cardeal António Ribeiro, mas também a posição da “sua Conferência Episcopal”, a partir de 1971. No sexto capítulo analisaremos a relação do sucessor de Oliveira Salazar, com a Igreja Católica escrutinando de facto se houve ou não alterações nas relações bilaterais. Ao desenvolver o sétimo capítulo focaremos na fase das questões sociais que influenciaram de forma significativa as relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo. No oitavo e último capítulo dedicaremos às transições quer no campo político como eclesial, centrando a atenção na problemática em torno da guerra colonial e da descolonização, onde se levantam as principais questões em torno das relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo, fase que designamos como o período das “transições”.

Introdução

As relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo constituem um dos fatores essenciais que condicionaram o relacionamento entre os líderes do regime, a Igreja Católica portuguesa e o Vaticano. Salazar sempre marcou os limites daquilo que ele entendia ser a sua benevolência para com a Igreja. Na sua perspectiva, ele era um servidor dos interesses do Estado e da Nação. Apenas, na medida em que estes coincidiam com os interesses do catolicismo ele estaria disposto a colaborar e a fazer concessões à Igreja. O sucessor de Oliveira Salazar, Marcelo Caetano deu continuidade a essas políticas, mantendo a separação entre as duas esferas, ao mesmo tempo que se vive um clima de contestação dentro e fora da Igreja pelos contextos que se viviam quer ao nível interno como externamente. Os católicos tinham a escolha de colaborarem com o regime, de o criticarem de preferência em privado, ou de se alhearem da política, mas nunca poderiam atacar substancialmente o regime sem que sofressem as consequências, quer fossem leigos, sacerdotes ou bispos. Para o regime político, o catolicismo tinha autonomia em relação ao Estado, mas nunca se poderia constituir “veículo” para uma alternativa. Os dirigentes políticos também teriam a consciência da importância e do papel que o catolicismo desempenhava na sociedade portuguesa e por isso procuravam bases de entendimento com a Igreja Católica.²

O Autor defende ainda que o entendimento feito através da Concordata assinado com a Santa Sé em Maio de 1940 consagrou um regime de separação culminando assim um processo de reaproximação do Estado e da Igreja. Nesta sua perspectiva, do ponto de vista das relações entre o Estado e a Igreja o que vigorou em Portugal foi o facto de que à laicidade do Estado se associou uma orientação católica dominante, à separação jurídica se juntou uma estreita colaboração moral, e com a independência dos poderes conviveu um entendimento na prossecução dos interesses de ambos, que, em muitos aspetos, foram coincidentes. Esse entendimento que passa duma aceitação quase unânime, lentamente se vai transformando em crescente tensão e insatisfação.

Há toda uma evolução nas relações bilaterais que teve como contributo decisivo o avanço da cultura política católica, nomeadamente dos valores políticos e sociais, valorizados pelos setores católicos e pela Santa Sé no período pós – Segunda Guerra Mundial e que em grande medida o Concílio II do Vaticano (1961-1965), viria corporizar.³

O desenlace da II Guerra Mundial contribuiu não apenas para uma mudança da conjuntura mundial, do sistema de Estados e do conflito de ideologias, mas também para uma mudança

² Cf. Manuel Braga da Cruz, *Op. Cit.*

³ Cf. *Documentos Conciliares e Pontifícios, A Igreja no Mundo Contemporâneo, Op. Cit*

no mundo católico e especialmente da atitude católica perante os Estados em fase da liberdade e da democracia. Ao primado do interesse do Estado, para as autoridades do regime, contrapõe-se o primado do interesse da Igreja para as autoridades eclesiásticas e para os católicos militantes. Em momentos de não coincidência de interesses, a tensão foi de tal ordem que chega mesmo a assumir-se expressão de conflito, manifestada por diversas vezes e de diversas formas.

Essas tensões e conflitos não foram apenas entre instituições e pessoas, mas também chegou a dilacerar a consciência de muitos católicos, divididos entre a sua consciência patriótica e a sua consciência religiosa. E citando novamente o mesmo autor, percebemos a importância dada à questão religiosa no contexto das relações bilaterais.

*« [...] Se não é possível compreender a queda da Primeira República e a ascensão do regime autoritário, sem referência à política religiosa republicana e a insatisfação das grandes massas rurais e católicas de um país maioritariamente agrícola e tradicional, não é igualmente possível explicar o colapso de 1974 sem analisar o crescente dilaceramento da consciência católica depois da II Grande Guerra Mundial, e sobretudo depois do Concílio Vaticano II, em colisão com o prolongamento de perspetivas políticas internas e externas num país em modernização social acelerada e num mundo em transformação vertiginosa nas suas relações internacionais [...] ».*⁴

O autor aqui faz uma análise daquilo que aconteceu na fase da República com a sua política antirreligiosa e as suas consequências, com a fase final do regime em 1974 e o papel que o catolicismo ainda que minoritário viria a desempenhar.

⁴ Cf. Manuel Braga da Cruz, A Revolução Nacional de 1926. Da Ditadura Militar à Formação do Regime do Estado Novo, In *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa Publicações Dom Quixote, 1986, p. 75- 100

Primeira Parte: História das Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo

Capítulo I: Breve resenha histórica das Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo

As relações entre o Estado Novo e a Igreja Católica encerram em si uma enorme complexidade. Segundo Bruno Reis, essas relações passam por várias negociações que terão tido o seu início em 1928, ainda na fase da Ditadura Militar, em torno do Padroado do Oriente. De 1928 a 1934 ele define essas relações como a fase dos “anos de graça” concedidos pelo Vaticano ao chefe do regime. Entre 1934 a 1937 é a fase dominada pelas expetativas de ambos os lados. Entre 1937 a 1943 vive-se um intenso e complicado processo em torno das negociações e da sua implementação. O autor lembra que as negociações concordatárias chegaram a estar em perigo quer em 1939 quer mais tarde em 1940. É um período considerado especial no relacionamento bilateral, que passa por fases de grande ambivalência no relacionamento entre o regime, a Igreja portuguesa e o Vaticano. Os anos cinquenta foram marcados por novas tensões, mais uma vez em torno do Padroado do Oriente e da nomeação dos Bispos. No final da década, concretamente em 1958, a crise é novamente aberta em torno do Bispo do Porto. A década que se segue seria vivida sob o signo de conflito latente entre o regime e a Igreja Católica. A partir de 1968, vive-se uma nova fase, sob a liderança de Marcelo Caetano, período designado como o da “renovação na continuidade”, em que a guerra colonial seria um dos fatores determinantes para o desenrolar de novos conflitos entre a Igreja Católica e o Estado.⁵

As divergências de objetivos estratégicos nesta fase eram visíveis em ambos os lados. A visita do Papa Paulo VI à Bombaim em 1964 já tinha protagonizado um ambiente de tensão. Uma outra visita deste mesmo Papa à Portugal em 1967, concretamente ao Santuário de Fátima, foi considerada um acontecimento em contraciclo, embora o Papa Montini tivesse algumas reservas quanto ao regime. E em 1970 a audiência papal aos líderes africanos marca uma nova fase nas tensões e no distanciamento do Papado e da Igreja portuguesa face ao regime, já no consulado de Marcelo Caetano.⁶

⁵ Cf. Bruno Cardoso Reis, “As relações de Portugal com a Santa Sé, entre a paz e o conflito”, In *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, I C S, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 325-327

⁶ Cf. Duncan A. H. Simpson, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. A Soft diplomacia da Santa Sé, Lisboa, Edições 70, LDA, 2014, p.208-233

Cf. RTP Arquivos, *Conversa em Família*, Programa de reflexão de Marcelo Caetano, Presidente do Conselho de Ministros, sobre o incidente na sequência do encontro entre o Papa Paulo VI e dirigentes do MPLA, FRELIMO e PAIGC no âmbito da «Conferência Internacional de Solidariedade com os povos das Colónias Portuguesas» realizada em Roma, 07 de Julho de 1971.

No nosso entender, há que distinguir algumas fases distintas em que a historiografia portuguesa divide esta problemática. Fases que devem ser tratadas de forma diferenciada: há uma primeira fase, que se pode considerar desde a revolução de Maio de 1926 até a assinatura da Concordata em 1940, onde é visível uma grande aproximação entre as duas instâncias (Estado/Igreja).

Considera-se esta fase como sendo auge no relacionamento e colaboração entre o regime e a Igreja Católica. O período pós Segunda Guerra Mundial inaugura uma outra fase, que teria iniciado a partir da intervenção política e social do Bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes e pelas movimentações provocadas pela campanha presidencial do General Humberto Delgado.

Esta última fase vai perdurar até os anos finais do regime. É uma situação de oposição ao regime político, o que potenciaria uma nova forma de estar da Igreja Católica face a uma nova ordem emergente.

Estas questões não só foram abordadas por autores no âmbito da História, mas também noutras áreas do saber. No período que antecede ao 25 de Abril, temos alguns estudos como:

As Obras Pastorais do Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira,⁷ alguns estudos feitos por eclesiásticos como o Padre José da Felicidade Alves,⁸ o Padre Abel Varzim, enquanto uma figura importante do sindicalismo católico português,⁹ estudos do Jesuíta António Leite,¹⁰ da Revista *O Tempo e o Modo*, da Revista *Lumen*, da Revista *Brotéria*, ou mesmo o *Boletim de Informação Pastoral*, que trazem também estudos que abordam estas

João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008.

⁷ D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *Obras Pastorais*, Lisboa, 7 vols.

⁸ José da Felicidade Alves, *Católicos e Política, de Humberto Delgado A Marcelo Caetano*, 2ª Edição Lisboa, Ed. Tipografia Leandro Lda. 1958, p.13-30

⁹ «A situação da Igreja em Portugal», Discurso de 29 de Novembro de 1956, *In Lumen*. Abel Varzim, «A Missão Social da Ação Católica», p.553.

¹⁰ Cf. António Leite, «A Igreja e o Estado». A propósito da próxima revisão constitucional», *Brotéria*, 1950, pp.5-23. Idem, «*Concordata sim ou não?*» Coimbra, Casa do Castelo 1961. António Leite e outros, *A Concordata de 1940 Portugal – Santa Sé*, Lisboa, Didascália, 1993.

questões.¹¹ Os “Discursos e Notas Políticas” de Oliveira Salazar,¹² a “História de Portugal” de João Ameal,¹³ ou a História de A. H. de Oliveira Marques, elucidam de forma clara esta abordagem.¹⁴ Há uma historiografia, feita logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, em que se destacam os estudos de autores como: Alberto Franco Nogueira, Manuel de Lucena, António Leite, António Henriques de Oliveira Marques, José Geraldo Freire, José Hermano Saraiva, além de obras como o Dicionário de História de Portugal dirigido por Joel Serrão entre outros. Depois surge uma outra produção historiográfica feita nos anos oitenta em que entram os estudos de autores como, Manuel Braga da Cruz, Fernando Rosas, António de Sousa Franco, ou mesmo Alberto Franco Nogueira. Existe uma outra historiografia nos anos noventa em que encontramos autores como António Matos Ferreira, Paulo Fontes, Maria Inácia Rezola, Rita Carvalho, Luís Salgado de Matos, António Costa Pinto, António Reis, Fátima Bonifácio, Samuel Rodrigues, Moisés de Lemos Martins.¹⁵

Nas primeiras décadas do século XXI, e seguintes, surgem novas sínteses, onde entram não só estudos historiográficos, mas também autores e estudos de outras áreas como a do Direito Civil e Canónico, de Teologia, de Sociologia, que contribuem em grande medida para o enriquecimento da abordagem das questões em torno das relações Igreja Católica/Estado.

Nestas novas investigações destacam-se autores como Manuel Braga da Cruz, Bruno Cardoso Reis, Jorge Miranda, Luís Aguiar Santos, António de Sousa Franco, Samuel Rodrigues, Luís Reis Torgal, Pedro Brandão, Paulo Fontes, Irene Pimentel, António Matos Ferreira, António Araújo, António Leite, Joana Lopes, António José Telo, Nuno Estevão.

¹¹ Cf. Revista *Lumen*, 1937. Cf. Revista *Lumen*, 1938, p.265. Cf. Revista *Lumen*, 1940, p.348-359. Cf. *Boletim de Informação Pastoral*. Uma pastoral Nova num Mundo em Transformação, Dirigido pelo Cónego Manuel Falcão, Ano VII, Julho – Agosto, Nº 41-42, 1965-1966, p.253. Idem, *A Igreja e o Poder político*, Ano VII, Julho – Agosto. Nº 44-45, 1965-1966, p.57-58. *Boletim de Informação Pastoral*, Nº11, 1961, p.5-11. Nº 53-54, 1968, p. 35-37. Cf. José Manuel Pinto Correia, O Concílio Ecuménico Vaticano II, In *O Tempo e o Modo*, Revista de Pensamento e Ação, Dirigido por António Alçada Batista, Lisboa, Livraria Morais Editora, Julho/Agosto, (29- 33), 1965, p.1007-1045. Cf. António Durão, Relações entre a Igreja Católica e o Estado – À Luz das Concordatas de Pio XI, In *Brotéria*, Revista Contemporânea de Cultura, Direção de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Série Mensal, Vol. XXII, Lisboa, Ed. Tipografia Porto Médico, 1936, p.195-199.

¹² Cf. António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, 1951, Vol., IV, p.372-373. Idem, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, 1959, Vol. III, p.229-235.

¹³ João Ameal, Reconquista da Ordem. In *História de Portugal*, Porto, Ed. Livraria Tavares Martins, 1940, p. 781-803.

¹⁴ A. H. de Oliveira Marques, Panorama Religioso. In *História de Portugal*, 1ª Edição 1972, Palas Editores, Vol. II, 1973, p.392-402. Idem, Igreja e Estado. In *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, Vol. III, 3ª Edição, 1986, p. 452-458.

¹⁵ Cf. Moisés de Lemos Martins, *O Olho de Deus no Discurso de Salazarista*, Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 1990.

Obras como as Histórias e os Dicionários de História Religiosa de Portugal dirigidas por Carlos Moreira de Azevedo, as Obras Escolhidas do Cardeal António Ribeiro, o Dicionário de História de Portugal, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mônica, o Dicionário de História do Estado Novo, dirigido por Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito e outros trabalhos mais recentes, como o de João Miguel Almeida, com o prefácio de Fernando Rosas que aborda a Oposição Católica ao Estado Novo entre os anos de 1958 a 1974. Outros autores como Richard Robinson, Valentim Alexandre, Martin Conway, Duncan Simpson, Paula Borges Santos, José António Santos, Ricardo de Saavedra, José Barreto, Maria Manuela Dias de Carvalho, Jorge Revez, António Silva, Pedro Silva Rei, também trazem novos contributos para essa abordagem. Todas essas investigações nos ajudam a perceber o panorama complexo das relações entre o Estado e a Igreja Católica em Portugal.

Com Marcelo Caetano na liderança política a partir de 1968, criaram-se algumas expetativas que rapidamente foram frustradas, à semelhança dos acontecimentos ocorridos nos primeiros anos da década de trinta do Século XX. Na ótica de José Barreto, *“o pilar católico da “frente nacional” em que o regime se tinha apoiado e consolidado, encontrava-se bastante transfigurado. Tanto no plano interno como externo, sinais evidentes de um mal-estar tinham começado a assombrar o harmonioso relacionamento do Estado Novo salazarista com a Igreja...”*¹⁶

Os acontecimentos que tinham ocorrido na fase de instauração e consolidação do regime político do Estado Novo deram sinais de proximidade no relacionamento bilateral como: o reconhecimento da Igreja Católica para além da sua função religiosa, o seu papel determinante não só no âmbito social como também educativo, e o Episcopado viu algumas das suas reivindicações atendidas, relativamente a atividade missionária e a liberdade de ensino. Também o reconhecimento da possibilidade da Igreja Católica abrir estabelecimentos de ensino ainda que sujeitas às orientações da educação nacional e o restabelecimento do ensino da religião católica nas Escolas Públicas, foram razões que consideraram que o projeto político católico tinha alcançado vigência e concretização.

Contudo, Oliveira Salazar, rapidamente frustrou essas expetativas ao esclarecer que se considerava um tecnocrata no poder e que não seria um representante dos interesses dos

¹⁶ Cf. José Barreto, Versão corrigida do texto publicado em F. Rosas e P. A. Oliveira, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p.137-170.

católicos junto do Governo. E isso ficou bem patente na sua “famosa” frase no discurso na sua tomada de posse como titular da pasta das Finanças. “... *O meu sacrifício me dá o direito de esperar deles (os católicos) que sejam de entre todos os portugueses os primeiros a fazer os sacrifícios que eu lhes peço e os últimos a pedir os favores que eu não lhes posso fazer...*”¹⁷

O incidente da chamada «portaria dos sinos»¹⁸ em 1929 tornou-se mais evidente a posição do líder do regime. Essa resolução por um lado saldaria um certo compromisso entre forças laicas e católicas, no sentido de evitar o agravamento da questão religiosa, mas por outro afastava a possibilidade de confessionalização do futuro regime. Desta forma o Estado seria assim laico, mas a sua laicidade não o impediria de reconhecer o papel fundamental da Igreja Católica e a sua missionação ultramarina.

Na Pastoral coletiva de 1930, os Bispos portugueses tinham chamado a atenção para a «necessária reparação das espoliações à Igreja» e para o reconhecimento dos seus direitos, que estavam por reconhecer, embora tivessem consciência de ter havido um certo espírito de justiça com que o governo da Nação vinha procurando fazer no sentido de dar “*a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*”¹⁹.

Razões pelas quais alguns setores católicos começaram a falar abertamente na possibilidade de uma concordata com a Santa Sé, em particular os Jesuítas. Estes insistiam na compatibilidade entre os sistemas separatista e concordatário e apontavam para uma concordata de «separação amigável», ou seja, para um regime que em vez da união administrativa e económica seria de separação moral.

O Patriarca de Lisboa de então foi sem dúvida o rosto duma Igreja que não cessava de reivindicar os seus direitos consubstanciados na liberdade da sua ação. Num encontro em 1928, os dois amigos teriam acordado explicitamente e segundo o Cardeal Cerejeira, «seguir caminhos separados para sempre». A partir de então as relações entre a Igreja Católica e o Estado, foram, a grosso modo, moldadas por estes dois homens, que tinham sido amigos e

17 Cf. Richard Robinson, Igreja Católica, *Dicionário de História de Portugal*, Coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. VIII, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.223.

18 Diploma de Mário de Figueiredo que regulava, pondo em causa o laicismo republicano, a realização de procissões religiosas e o toque dos sinos das Igrejas a qualquer hora. www.fmsoares.pt, Novembro de 2019.

Cf. Rita de Carvalho e António Araújo, *Separata*, Estudos da Revista do Centro Académico de Democracia Cristã, Nova série Nº5, Coimbra, 2005.

19 Cf. Revista *Lúmen*, 1938, p. 265.

Cf. Pedro Ramos Brandão, *Salazar – Cerejeira A «Força da Igreja» Cartas do Cardeal - Patriarca ao Presidente do Conselho*, 1ª Edição 2002, Lisboa, Editorial Notícias, p.35-55.

estavam ansiosos por defender cada um a sua esfera própria de atividade dentro de um quadro ideológico comum.

Os intelectuais católicos não se cansavam de enaltecer o valor do corporativismo e de defender o empenho não só da Igreja como também do Estado no âmbito social.

O objetivo prioritário desses doutrinadores católicos era o da cristianização do corporativismo. Clarificação que seria alcançada com a Concordata e o Acordo Missionário, que segundo a descrição do Papa Pio XII, (Pontificado que ocorre entre 1939-1958), seria um modelo no seu género. Com a assinatura desses Acordos afirmaram-se uma situação que seria dum catolicismo de cariz nacional que coincide com uma identificação providencial da ação e da missão da Igreja Católica.

Por parte da hierarquia a assinatura desses Acordos significou o reconhecimento jurídico da Igreja e da sua atuação na sociedade, enquanto para o regime político esses Acordos permitiram envolver mais a Igreja como um dos seus mais importantes apoios ao seu ideário de «revolução nacional».

Tudo isso mostra a enorme dimensão católica que teve o regime político do Estado Novo, consubstanciado nalgumas figuras, seus dirigentes, e principalmente na pessoa do Presidente do Conselho. Este nível de entendimento nas relações da Igreja Católica com o Estado teria eco na vivência dominante do catolicismo português dessa época, que foi designada como a «era do Cardeal Cerejeira», e que se prolonga pelas décadas seguintes. Esse facto não ficou a dever-se só ao longo pontificado do referido Cardeal mas também, e sobretudo, à centralidade de uma imagem que não sendo única, foi hegemónica, em torno da qual se identificou toda a Igreja Católica portuguesa.²⁰

No entanto, e como se verificou, no período pós – segunda guerra (1945) aparecem crescentes tensões entre o regime político e aqueles que alguns autores denominaram de setores católicos. Estes, apesar de serem uma minoria evidenciaram atitudes de algum distanciamento em relação ao poder político.

Essas diversas sensibilidades não se expressaram todas da mesma forma. Estão em diversos movimentos como os Movimentos de Unidade Democrática (no período das eleições presidenciais em 1949), outros estariam inseridos nos diversos organismos da ACP, nomeadamente os operários, Da LOC, da LOC/F, ou mesmo da criação do grupo Metanoia,

²⁰ Cf. Duncan A. H. Simpson, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70, 2014, p. 28-30.

constituído pelos jovens universitários.

O envolvimento dalguns desses setores com o Estado Novo e a emergência da própria Ação Católica na sociedade portuguesa mostra como nem sempre foram pacíficas essas relações. Entre os católicos, levantaram-se vozes discordantes face ao regime, destacando entre eles os Padres Abel Varzim, Joaquim Alves Correia, mais tarde José da Felicidade Alves, ou o próprio Bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes, que dirigiu a célebre carta que lhe acarretou longos anos de exílio.²¹

Esses sinais evidenciam de forma clara que nem todos os setores católicos que tinham acolhido o novo regime com entusiasmo quase generalizado nos primeiros tempos estariam de acordo com as políticas levadas a cabo pelo mesmo regime décadas depois.

A partir dos anos quarenta, a Igreja Católica portuguesa mostrava sinais duma Igreja muito mais dinâmica e preocupada não só com os problemas socio-religiosos mas também políticos. É um catolicismo que desenvolve uma consciência cívica e crítica face aos problemas e ao mundo que o rodeia. Os próprios responsáveis católicos estavam muito mais atentos a esta evolução no interior do próprio catolicismo e criou-se a ideia dum movimento democrata-cristão. Essa possibilidade decorria de vetores internos e externos à Igreja Católica. Contudo, esse anseio não se viria a concretizar.

A doutrina pacceliana (doutrinas do Papa Pio XII 1939-1958) sobre a democracia-cristã constitui uma referência em todo este processo, pelo lugar que os católicos confirmam a atividade política, num período em que se iniciava a Guerra-fria e em que foi desautorizada a colaboração dos católicos mesmo no campo internacional.

Em 1948, no contexto da independência da União Indiana, abrir-se-ia, uma nova situação delicada entre a Santa Sé e o Governo Português, com a nomeação dum Bispo indiano para o Arcebispado de Bombaim, o que acarretou uma renegociação dos Acordos sobre o Padroado do Oriente, que só se concluiria em 1950 dois anos mais tarde.

Esse facto levou o Presidente da República a abdicar do tradicional direito de apresentação dos Bispos fora dos territórios sob administração portuguesa. Foram fatores que teriam impedido a constituição de uma corrente autónoma que corporizasse o reformismo católico emergente na sociedade portuguesa de então. A década de cinquenta é uma época propícia à manifestações de descontentamento duma larga maioria dalguns setores católicos que

²¹ Cf. Dom António Ferreira Gomes, Carta do Bispo do Porto (1958), *História Contemporânea de Portugal*, Direção de João Medina, Tomo II, Vol. IV, p.117-122.

começam a demarcar-se do regime.

Segundo António Matos Ferreira, *“(...) no período do pós – guerra, ao manifestarem-se exigências de renovação cultural e política, a atitude da oposição política era praticamente periférica ao catolicismo em geral, mas que na década de cinquenta desenvolveu-se sucessivas tensões que colocaram os católicos em confronto como o regime (...)”*²²

Nesta perspetiva foi portanto, um período de acumulação progressiva de tensões, e desconfiâncias entre os próprios católicos e estes com o regime. Esta fase ficou conhecida como a «Época dos Congressos» e que terá o seu início em 1948, com o primeiro Congresso Nacional dos Professores Primários, e termina em 1955 com os Congressos da JOC/JOCF.

A realização das Semanas Sociais foi também uma iniciativa em que a Igreja Católica se comprometeu no sentido de clarificar a sua posição relativamente à doutrina social. Muitos desses setores católicos perspetivaram um desejo de reforma no interior do próprio regime e um alargamento de maior influência do catolicismo na sociedade portuguesa. Razão pela qual se geraram grandes desconfiâncias por parte do poder político, que desencadearia medidas de censura face aos movimentos católicos. Nesse confronto estariam presentes atitudes e ameaças no sentido de realização de uma revisão do estatuto da Igreja Católica em contraponto com a defesa da sua autonomia enquanto expressão da sua liberdade religiosa.²³

Toda a agitação no meio católico que decorreu durante os anos cinquenta não pode ser reduzida somente a questão da crise interna do regime político ou à influência dos acontecimentos internacionais. Ela também traduziu uma nova forma de vivência do próprio catolicismo e foi portadora de novas gerações de quadros em número cada vez maior e com um peso social significativo, o que correspondeu a setores das classes médias urbanas com exigências socio - culturais específicas.

A formulação de questões sociais e políticas decorrentes da atitude reformista dos católicos estava a ser encarada como uma oposição declarada ao regime, enquanto uma larga maioria de católicos e seus responsáveis continuavam a valorizar uma posição em que fosse possível manter boas relações com o Estado, como condição indispensável ao cumprimento da missão

²² Cf. António Matos Ferreira, “Catolicismo”, *Dicionário de História de Portugal*, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. VII, Suplemento A/E, Lisboa, ED. Livraria Figueirinhas, 1999.

²³ Cf. Paulo F. de Oliveira Fontes, Catolicismo Social, *In Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Círculo de Leitores SA e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 1ª Edição 2000, p.310-323.

da Igreja Católica na sociedade.²⁴

Das eleições de 1958 ao fim do Estado Novo:

A partir dos finais da década de cinquenta novos acontecimentos deram lugar e concretamente em 1958 realizaram-se as eleições presidenciais em que concorreu o General Humberto Delgado contra o candidato do regime, Américo Tomás, e com esse ato eleitoral o regime sofreu as maiores contestações de sempre. Foi a partir dessa fase que estaria bem patente e de forma declarada uma oposição direta que abalou o regime até aos seus anos finais.²⁵

Os protagonistas desta oposição ao regime não foram tolerados pelo poder político e perseguidos ou obrigados ao exílio no estrangeiro. O ambiente internacional anticolonialista que se vive, sobretudo na invasão indiana de Goa em 1961 e com o início das guerras independentistas nos domínios africanos no mesmo ano, geraram um clima de muita instabilidade e de confronto com manifestações exaltadas de patriotismo visíveis também no mundo católico.

Enquanto uma maioria dos católicos não colocava em causa a legitimidade do regime, outros assumiram atitudes de contestação. Estes representavam uma minoria e aderiram às hostes da oposição. Perante um quadro onde emergiram várias sensibilidades, o projeto de união dos católicos começou a revelar-se muito inconsistente, ainda que a sua decomposição fosse limitada nos finais dos anos cinquenta. Na década que se seguiu houve um agravamento da situação em torno das liberdades públicas e da questão colonial. Foram fatores que agudizaram ainda mais as relações entre o Estado e a Igreja Católica, num momento de particular importância para esta, uma vez que estavam em curso os trabalhos do Concílio II do Vaticano (1962-1965).²⁶

O Concílio que tinha sido convocado sob o signo de «aggiornamento» “ou seja atualização,

²⁴ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*. Uma Pastoral Nova num Mundo em Transformação, Dirigido pelo Cónego Manuel Falcão, Ano VII, Julho – Agosto, Nº 41-42, 1965 – 1966, p. 253.

²⁵ Cf. João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974), A demarcação do regime por católicos nas eleições de Humberto Delgado*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, p. 54-74. Cf. Fernando Rosas, *A Segunda Crise do Regime: O «Terramoto Delgadista», (1958-1962)*, In *História de Portugal*, Vol. VII, Dir. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.523-558. Cf. Iva Delgado, *Meu Pai, O General Sem Medo*, Memórias de Iva Delgado, Alfragide, Editora Caminho, 2015.

²⁶ Cf. *Documentos Conciliares e Pontifícios. Concílio Ecuménico do Vaticano II, Declaração. Dignitatis Humanae, A Liberdade Religiosa*, 11ª Edição, Braga, Editorial A. O, 1992, 263-274.

torna-se na vida da Igreja, e na história da humanidade, um verdadeiro sinal dos tempos.” Na perspectiva dos seus responsáveis, este Concílio seria em grande medida uma resposta da Igreja Católica ao mundo, em crescente transformação, para que os homens encontrassem nela respostas para as suas inquietações. Este tinha sido segundo os Padres Conciliares, um dos objetivos do Concílio II do Vaticano.²⁷

Voltou-se a colocar a possibilidade duma democracia cristã que não vingaria uma vez que essa medida iria significar necessariamente uma expressão de oposição política ao regime. Contudo, convém realçar que a problemática sobre a democracia entre os católicos portugueses era entendida na sua vertente de movimento cívico e social e não como uma questão de organização política e partidária em si.²⁸

Para uma larga maioria dos católicos a questão da liberdade era entendida como a liberdade da Igreja Católica assegurar socialmente os seus princípios, o que secundarizava o entendimento da liberdade como questão política. Por esta razão é que para alguns católicos a ligação à oposição significaria uma rutura sem retorno. Foram sinais que evidenciavam cada vez mais um distanciamento entre os católicos e o regime. Uma das posições mais significativas foi a carta redigida de forma crítica por vinte e oito intelectuais ligados à Universidades de Lisboa e ao *Jornal Novidades*. (Órgão de Imprensa Católica que reapareceu em 1923).

Nesta fase muitos católicos foram presos por causa das atitudes contestatárias em relação ao regime. A revista *O Tempo e o Modo* foi um espelho desses católicos ditos progressistas. O comportamento dum significativo setor de católicos, ainda que periférico, expressava a influência da experiência católica noutros países, nomeadamente em França e na Itália e também pelos fortes apelos à colaboração entre os católicos e «os homens de boa vontade» feitas no Pontificado do Papa João XXIII (1958-1963). O perigo da dissidência religiosa e a protestantização da sociedade, pela concorrência religiosa desencadeada em particular no pós-guerra, não só na metrópole mas também nos territórios ultramarinos, colocavam o problema da soberania portuguesa que por tradição estava associada a matriz de cariz católica.

Para o catolicismo português desse período colocavam-se duas grandes preocupações: o protestantismo por um lado e o comunismo por outro. E foi assim que no início dos anos

²⁷ Idem. *Documentos Conciliares e Pontifícios*, Concílio Ecuménico do Vaticano II, *Constituição pastoral*, Gaudium et Spes, A Igreja no Mundo atual, 11ª Edição, Braga, Editorial A. O, 1992, 343-346.

²⁸ Cf. João Miguel Almeida, *Op. Cit*, p.158-160.

sessenta depararam-se com duas situações no seio do catolicismo: um «catolicismo de oposição», que é minoritário em contraponto com um «catolicismo da situação», que é maioritário, para o qual a legalidade era um fator muito importante.

Este enfoque não resulta só da valorização do Estado Novo, enquanto regime político, mas da conceção do próprio religioso.

Os anos do Marcelismo, que se seguiu após 1968 foram marcados pela crise académica de 1969 que sucedeu a nível internacional ao Maio francês de 1968, a Primavera de Praga, a revolta estudantil no México, as manifestações contra a guerra no Vietname e a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, testemunham esses sinais de mudança. No país, surgem algumas manifestações e tentativas de golpe de Estado, onde os católicos tiveram um papel fundamental. O regime continuou com as suas tomadas de posição intolerantes em relação a qualquer atitude de abertura mesmo que ela não tivesse um sentido essencialmente político. Esse período ficou conhecido como a era da chamada «renovação na continuidade».²⁹

A demissão do Professor da Universidade de Coimbra, Joaquim Ferreira Gomes, exemplifica a intolerância face a qualquer espécie de abertura ao regime, nesta fase, no consulado de Marcelo Caetano. A justificação dessa demissão teve a ver com a posição do referido professor em ter defendido no meio universitário o aggiornamento da Igreja através do seu livro, *O Padre num Mundo em Transformação*.³⁰

Assim, os primeiros anos da década de sessenta foram decisivos para a consolidação das principais fraturas no seio do catolicismo em Portugal. A alta hierarquia da Igreja, sobretudo na pessoa do Cardeal Cerejeira, não deixou de manifestar as suas preocupações face ao que se passava na sociedade portuguesa. Numa das suas cartas sobre “a Igreja e o Poder Político”, o Cardeal colocou a tónica na problemática da Liberdade Religiosa, como condição indispensável para se poder manter boas relações entre o poder público e a religião.

E citamo-lo “(...) Cabe ao poder político, na ordenação jurídica da sociedade, garantir e proteger a liberdade religiosa segundo a prudência política, como elemento primacial do bem

²⁹ Cf. Fernando Rosas, Marcelismo: a Liberalização Tardia (1968-1974), In *História de Portugal*, Vol. VII, Dir. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.545-558.

³⁰ Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *O Padre num Mundo em Transformação*, Coimbra, Livraria Almedina, 1968

³¹ *Boletim de Informação Pastoral*. A Igreja e o Poder Político, Dirigido pelo Cónego Manuel Falcão, Ano VII, Julho-Agosto, Nº 44-45, 1965-1966, p.57-58.

Cf. António Matos Ferreira, “Catolicismo”, *Dicionário de História de Portugal*, Coordenado por António Barrete e Maria Filomena Mónica, 1ª Edição, 1999, Vol. VII, Suplemento A/E, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.266.

*comum. Todas as Nações da Europa livre o fazem; e mais, tomam a sua quota-parte em assegurar-lhe as condições materiais de vida e de ação. (A própria França, de tão grande tradição neutralista e até laicista começou a subsidiar as escolas católicas). Este auxílio material sem menoscabo da liberdade dos poucos que professam religião diferente não significaria privilégio, apenas contribuirão para o bem comum. Nem desviaria o Estado da sua natureza e fim temporal. Uma coisa é distinção ou separação das esferas de competência, outra coisa é desinteresse do bem espiritual e educação moral da Nação (...)*³¹

Nesta carta encontramos o mais completo elenco de princípios que, segundo o Cardeal, as nações livres devem ter em linha de conta face à problemática levantada em torno da liberdade enquanto bem supremo da humanidade.

Por outro lado, mostra uma atitude ativa da hierarquia face aos problemas suscitados pelo endurecimento cada vez maior por parte do poder político. Na conclusão da Assembleia Plenária de Janeiro de 1961, o Episcopado chamava atenção aos crentes no sentido de alerta ao que eles designavam como sendo a perda de valores da sociedade ocidental. E citamos “(...) hoje o ocidente parece ter perdido a consciência de si mesmo na anarquia das ideias (...)”

Neste excerto vemos como a Assembleia Plenária caracterizou esse ambiente como uma época em que as sociedades perderam a noção dos direitos e dos deveres próprios do Ocidente, embora vivendo num período fortemente marcado pela contestação. Todavia esta contestação não traria só contornos políticos, mas inscreveu-se no debate sobre a pertinência do catolicismo na sociedade, quanto ao seu conteúdo, ao funcionamento das suas estruturas, ao papel dos sacerdotes e ao protagonismo dos leigos, muito valorizados pelo Concílio do Vaticano II.³²

A questão colonial e consequentemente a problemática da descolonização colocou novas questões e novos problemas no relacionamento entre o Estado Novo e a Igreja Católica, que também contribuíram em grande medida para a queda do regime em 1974.

Neste sentido, podemos concluir: o que ocorreu no catolicismo em Portugal de modo geral nesse período foi a emergência de um paradigma de pluralismo enquanto forma de entender o desenvolvimento da sociedade por um lado, e por outro, em termos democráticos, ocorre uma abertura que é também concorrencial enquanto convívio social, num quadro de emergente secularização.

³² Idem. *Documentos Conciliares e Pontifícios*, Concílio Ecuménico do Vaticano II, *Decreto O Apostolado dos Leigos*, 11ª Edição, Braga, Editorial A. O, 1992, p. 235-261.

Capítulo II- A Historiografia e as Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo

Neste capítulo olhamos para os vários estudos, reflexões e posições tomadas pelos historiadores e por outros autores que se debruçaram sobre esta área temática. Na análise desta historiografia percebemos que há uma evolução na forma e no entendimento desta abordagem ao longo do período que enunciamos. Nem todos os autores têm a mesma percepção sobre esta problemática, mas existem aspetos que achamos mais comuns: Alguns partilham de que as relações entre essas duas instâncias funcionaram como fator de equilíbrio, silenciando em certo sentido a chamada “questão religiosa”, em que tanto a hierarquia do Estado como a da Igreja Católica procurou um bom entendimento nas suas respetivas esferas de competência. Uma outra ideia também veiculada pelos autores é que as elites católicas estavam de acordo com o entendimento alcançado entre as instâncias do poder político e as da hierarquia católica, nos primeiros anos do regime. Também uma outra ideia que achamos que os autores convergem, está relacionada com as negociações para a Concordata que nestas perspetivas funcionaram como um fator de delimitação entre os poderes. Ainda outro aspeto comum a salientar entre eles está relacionado com o papel das elites católicas na construção e na consolidação do regime instaurado em 1933. Contudo existem divergências a considerar no tocante ao apoio católico ao regime, no tocante a separação jurídica corresponder a uma subordinação funcional da Igreja face ao Estado, classificado de neo-regalismo, outras opiniões contrárias em que interpretaram a separação consagrada na concordata como uma convergência de percepções e de interesses comuns. Um outro aspeto divergente considerado importante nesta análise é o papel desempenhado pelos setores católicos, onde alguns autores sublinham que um vasto setor católico incluindo a hierarquia teria aderido a uma oposição declarada ao regime, e outros que enfatizam que esses setores católicos que se opuseram ao regime eram minoritários formado por leigos e alguns elementos do clero.

Todavia, a questão das elites é um conceito muito mais abrangente e heterogéneo. Conceito que é definido por Manuel Braga da Cruz, numa das suas análises, em que esta ideia é muito mais alargada.³³

O autor define as “elites” como grupos fortes de componente organizativa da Igreja Católica em Portugal que já estava formada desde o início dos anos trinta e que coincide com

³³ Cf. Manuel Braga da Cruz, «*As Elites Católicas nos Primórdios do Salazarismo*», In *Análise Social*, 116- 117, Quarta Série, Lisboa, 1992, p.547-574.

o início do regime do Estado Novo. É composta pela elite hierárquica que integra os Bispos e o alto Clero, mas também pelos Leigos que agiam na vida pública (profissionais políticos, intelectuais, ou culturais). Estes profissionais agiam em estrita ligação e obediência às diretrizes das autoridades eclesiásticas. Esta elite ficou conhecida por *Catholiques Avant Tous*, em contraponto aos defensores da *Politique d'Abord*, de Charles Mauras, que antepunham os interesses da Igreja aos demais interesses.

Estas elites, segundo esta ótica, sofrem algumas decepções futuras com a evolução do regime que se prendem ora como forma de resolver a questão religiosa, ora como enfrentou o problema social ou ainda como se tratou a relação política da autoridade com a liberdade. E seria através desse contexto político e social que uma parte significativa das elites católicas se demarcara do regime de Oliveira Salazar, dando assim a entender que nem todas estavam ao lado da governação do regime.

O autor considera que o regime foi de orientação predominantemente católica. O papel de progressivo domínio por parte da Igreja Católica no Estado português deve-se ao facto do Chefe do Governo ser Salazar. Ele não atribui somente esse fator para justificar de forma exclusiva a influência católica no Estado. Até porque Salazar não atuaria sozinho ou por livre iniciativa. O chefe do Governo age em conformidade com a posição das elites católicas destacando em grande medida a alta hierarquia da Igreja Católica em Portugal. Aliás, e segundo o mesmo autor, esta elite teve um papel determinante na implantação e consolidação do Estado Novo, uma vez que ela tinha passado por grandes adversidades durante a Primeira República, em que as suas pretensões não foram satisfeitas, não só no campo religioso como também social. É por esta razão que ele defende que quando Salazar entrou para o Governo em 1928, as elites acolheram-no com grande entusiasmo e satisfação, pois ele simbolizava o início de uma nova era, onde provavelmente iam ser correspondidas as suas pretensões políticas, católicas, ideológicas e sociais. Como se verificou posteriormente estas expectativas foram paulatinamente frustradas. Por outro lado, realça o autor, de forma sistemática, que a preocupação das elites católicas em cunharem o regime que se foi formando a seguir ao 28 de Maio de 1926, com a sua orientação, traduz-se não só em termos político-ideológicos mas também no domínio da organização social e no terreno da educação.³⁴

Na sua Obra, “O Estado Novo e a Igreja Católica”, o autor vai alargar esta ideia das “elites católicas” e do seu papel na construção e consolidação do novo regime. É uma obra abrangente

³⁴ Cf. Manuel Braga da Cruz, *Op. Cit*, p.565

que abarca todo o período de vigência do Estado Novo onde ele coloca a tónica na forma como evoluiu as relações entre o Estado e a Igreja. Regime que parte na sua génese com um apoio quase generalizado dos católicos na sua fase de formação, mas que começa a dar sinais de divergências e distanciamento dalguns setores a partir dos finais da década de trinta e meados da década de quarenta. Abrange a difícil fase negocial para os Acordos da Concordata e do Acordo Missionário entre o Estado português e a Santa Sé, bem como o período da II Guerra Mundial e a fase da desagregação progressiva do apoio católico ao regime de Oliveira Salazar.³⁵

Pedro Ramos Brandão é o autor que defende esta ideia, sublinhando que estas mesmas elites protagonizaram uma enorme pressão sobre o poder político, consubstanciado na pessoa do Cardeal-Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira. Segundo esta perspetiva as pressões estão presentes nas várias tentativas de propostas para alteração da Concordata a seu favor por parte da hierarquia católica. Essas tentativas de pressões prolongar-se-iam ao longo de todo o período de vigência do Estado Novo.³⁶

Pedro Ramos Brandão também cita algumas intervenções dos responsáveis católicos e do próprio chefe do Governo para elucidar as suas afirmações: “com a entrada de Oliveira Salazar para a pasta das Finanças em 1928 no Governo de Vicente de Freitas, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, então Bispo auxiliar de Lisboa, escrevia assim ao ministro das Finanças”: «(...) *estás aí como um emissário dos amigos de Deus* (...)».³⁷

Numa outra ocasião e em resposta ao então Bispo auxiliar de Lisboa, Salazar dizia que, estava no poder «*por nomeação legal do Senhor Presidente da República*».³⁸

Num encontro também em 1928, os dois amigos, Salazar e Cerejeira, tinham decidido explicitamente e segundo as palavras do próprio Cerejeira «*seguir caminhos separados para sempre*.»

«(...) Ambos eram católicos devotos que acreditavam em dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus (...)».³⁹

³⁵ Idem. *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, p.112-157.

³⁶ Cf. Pedro Ramos Brandão, *Salazar – Cerejeira, A «Força» da Igreja. Cartas do Cardeal – Patriarca ao Presidente do Conselho*, 1ª Edição 2002, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

³⁷ Cf. Moisés Lemos Martins, *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Lisboa, Biblioteca das Ciências do Homem- Edições Afrontamento, 1990, p.27.

³⁸ Cf. Richard Robinson, *Igreja Católica*, In *Dicionário de História de Portugal*, Coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, Lisboa, Livraria Figueirinhas, Vol. VIII, 1ª Edição, 2000, p.223.

³⁹ Cf. Richard Robinson, *Op. Cit*, p.223.

Ao denunciar as formas do fascismo e do nazismo por um lado e do comunismo por outro o Cardeal Cerejeira na sua mensagem de Natal em 1937 dizia, « [...] *desfraldando a bandeira da guerra santa contra o comunismo, oprime as consciências no culto exclusivo da raça ou da nação, esmagando as legítimas liberdades da pessoa humana e adorando a força* [...]». ⁴⁰

Na questão levantada em torno da Educação e pela retificação constitucional, o ensino ministrado pelo Estado passou-se a orientar «... pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do país.» Esta alteração mereceu aplauso público do Episcopado que na Pastoral coletiva de 1937, se congratulou de forma pública «[...] pelas medidas tomadas pelos altos poderes do Estado, no sentido de respeitar os direitos de Deus e informar cristãmente a educação nacional [...]». ⁴¹

Também em conversa com António Ferro, Salazar contava como tinha chegado a Pasta das Finanças e a certa altura diz “(...) *Quem me foi buscar a Coimbra, em nome do Governo, dessa última vez, foi o Senhor Duarte Pacheco, atual Ministro das Obras Públicas. Como vê os católicos foram sempre estranhos à minha carreira política, a estas sucessivas viagens de ida e volta* (...)». ⁴²

Ou seja, aqui o chefe do Governo tenta justificar ao seu entrevistador que a sua ascensão ao poder não se deveu ao facto de ele ser católico e que os próprios católicos foram alheios a sua entrada para a política. Uma outra citação do chefe do Governo já na última década da sua carreira política em 1960, quando disse “(...) *Nós somos um país católico –pelo menos o catolicismo constitui a formação básica do povo português . No entanto este revela-se na vida civil um tanto ou quanto anticlerical. É este duplo facto que explica a preferência que se deu ao regime de relações existente entre a Igreja e o Estado* [...]» (Salazar entrevista de 1960). ⁴³

O autor invoca estas citações para justificar as suas afirmações sobre as pressões que a Igreja exercia sobre o poder político. Posição que entra em desacordo com as ideias defendidas por Moisés de Lemos.

Segundo este autor há uma simbiose muito forte que ele designa por “Tecnologia da Obediência”, que começa por um sistema jurídico de inspiração religiosa e por uma moralidade, neste caso a católica, que é proposto como fundamento da sociedade e do seu equilíbrio, o que

⁴⁰ Cf. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, In *Lúmen*, 1938, (I) p. 65.

⁴¹ Idem, Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, In *Lúmen*, 1937, (I) p. 12.

⁴² Cf. António Ferro, “*Salazar O Homem e a sua Obra*”, 3ª Edição Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p.35-36

⁴³ Cf. A. H. de Oliveira Marques, Igreja e Estado, In *História de Portugal*, Vol. III, 3ª Edição, Lisboa, Palas Editores, 1986, 453-454.

vai ao encontro do pensamento do líder do regime. É uma mudança fundamental nas práticas políticas a que o autor designa por dispositivos éticos em que um projeto humanista de matriz religiosa se torna em objeto estratégico do Estado. E uma das principais ideias desenvolvidas pelo Estado Novo seria de que «a política sem a religião é heresia, e a religião sem a política é o caos» e esta ideia certamente esteve na base do bom entendimento entre o Estado Novo e a Igreja católica.⁴⁴

O autor justifica a relação entre a Igreja católica e o Estado Novo na pessoa de Salazar como dois elementos inseparáveis por um lado, e por outro como elementos do mesmo corpo personificado na nação portuguesa. Neste entendimento, o catolicismo é apresentado como a base dos discursos de Oliveira Salazar e a fé é onde ele vai sustentar as suas argumentações políticas à nação. Os valores da família que são tão importantes para o responsável do regime, do mesmo modo são também para a Igreja Católica e para o Cardeal Cerejeira. Ou seja, nesta lógica são valores fundamentais para a estabilidade do Estado, como para a manutenção do poder espiritual da Igreja no interior do próprio Estado. Era a “comunhão perfeita” entre o poder espiritual e o poder temporal.

Retomando o conceito de “elites” e “pressões”, ideias também veiculadas por Bruno Cardoso Reis na sua tese, onde defende que a relação entre o catolicismo português e o Estado Novo é um dos fatores essenciais que condicionaram o relacionamento entre o regime e o Vaticano. Apesar de uma parte significativa da militância católica com organização no Centro Católico tivesse aceitado integrar a União Nacional, aderindo ao projeto de Salazar, estas mesmas elites não perderam por completo o seu sentido de alteridade, facto que se manifestou, por exemplo, nas pressões no contexto das revisões constitucionais para incluir uma referência a Deus na Constituição. Por sua vez, a maioria dos dirigentes em exercício do movimento católico, do clero e dos bispos, com mais ou menos reservas, aceitou a perda de real alteridade na esfera política até a fase final do regime. Por outro lado, houve também notabilidades católicas que muitas vezes representavam uma maioria e mantiveram-se politicamente apáticas. O episcopado português e um catolicismo tradicional marcado pelo nacionalismo viveram com algum desconforto e ambiguidade, o choque entre uma política cada vez mais rígida por parte do Estado Novo e um Vaticano cada vez mais aberto.⁴⁵

⁴⁴ Cf. Moisés Lemos Martins, *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Lisboa, Biblioteca das Ciências do Homem- Edições Afrontamento, 1990, p.57.

⁴⁵ Cf. Bruno Cardoso Reis, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências sociais, 2006, pp.328- 329.

O autor defende que o nacionalismo católico tinha naturais dificuldades em conviver com o agravar das distâncias entre o polo nacional e o polo católico das suas lealdades.

Bruno Reis invoca o debate historiográfico entre as posições defendidas por Fernando Rosas e as de Manuel Braga da Cruz, onde Fernando Rosas defende que a separação jurídica correspondeu, durante o Estado Novo, a realidade de uma subordinação funcional da Igreja ao Estado, que ele qualifica de neo-regalismo. Do outro lado a interpretação de Manuel Braga da Cruz, que defende que a separação, consagrada na Concordata de 1940, corresponde à concretização de um cato-laicismo de Salazar, substancialmente distinto do nacional – catolicismo confessional que triunfou, por exemplo, em Espanha. Segundo Bruno Reis, a separação durante o Estado Novo foi na perspetiva de Braga da Cruz, uma realidade substancial, ou seja, uma convergência de perceções e interesses entre um Estado Novo conservador e nacionalista e uma elite católica que não o era menos, mas que preservava, sobretudo ao nível do clero, uma relevante autonomia.⁴⁶

O chefe do governo delimitava muito a fronteira dos respetivos poderes. E numa entrevista concedida ao mesmo autor, pelo então Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, entre (1961-1968), vemos concretamente nesta entrevista que Salazar sabia bem diferenciar as esferas da Igreja e do Estado. Segundo as palavras do Embaixador «[...] *O Doutor Salazar distinguia muito bem, como deve ser, aquilo que eram as suas convicções pessoais, e a sua atuação como homem de Estado. Ele era acima de tudo um defensor dos interesses do Estado. Claro está que tinha perfeita noção da importância histórica da Igreja, mas não tinha pruridos em fazer o que considerava necessário em termos do interesse nacional {...}*».⁴⁷

Fernando Rosas sublinha a importância da separação do Estado das Igrejas como condição indispensável para uma verdadeira liberdade religiosa, liberdade de consciência, igualdade de ação dos diferentes cultos, e ainda a liberdade de escolha da religião ou mesmo da ausência dela. No período da afirmação do seu poder o regime vai equacionar um novo papel para a Igreja Católica no seu processo de consolidação e de legitimação. É curioso notar que Fernando Rosas é um dos poucos autores que defende que Salazar vai negociar a Concordata e o Acordo Missionário com a Santa Sé em 1937, precisamente quando se chega ao fim da consolidação do seu regime. E a partir de 1929 com a entronização de Manuel Cerejeira como Cardeal-Patriarca

⁴⁶ Idem, Ibidem.

⁴⁷ Cf. Entrevista do Embaixador António de Faria, Realizada por Bruno Cardoso Reis a 5 e 12 de Maio de 1997, In *Coleção Diplomatas Portugueses*; *Diplomatas Portugueses 2*, António de Faria, Coordenado por António José Telo, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, pp. 483-498.

de Lisboa, a Igreja Católica em Portugal assumiu de forma pública e ativa a principal força de legitimação ideológica do regime como o “esteio moral da Nação e do Império”, defende Rosas. Esse papel social e ideológico da Igreja Católica foi determinante segundo ele, entre os finais dos anos vinte e trinta tendo uma evolução que acompanha também a evolução do regime. Sublinha que a partir de 1938, a religião católica apoiando no fenómeno de Fátima tornou-se assim num instrumento de sujeição e obscurantismo das massas, cujos sentimentos religiosos são explorados no sentido de manter a ordem política. A doutrina católica constituía o núcleo da propaganda do Estado policial do regime. No período pós Segunda Guerra Mundial a Igreja desempenha um papel ativo contra a agitação política e reivindicativa face à oposição que se emerge em relação as políticas do regime. Paralelamente a isso e em torno das semanas sociais a Igreja apresenta a doutrina da Encíclica *Rerum Novarum*, como a via para a resolução dos problemas sociais.⁴⁸

Em contraponto e nas ideias defendidas pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, no tocante esta temática, encontramos ideias em que ele elucida o facto do período contemporâneo ter ficado marcado na história do catolicismo português como o da libertação e da restauração. Há uma delimitação nas esferas das autonomias em que cada uma dessas instâncias é independente e livre na sua respetiva esfera de competência. Nem o Estado tutela a Igreja, nem a Igreja se intromete nas coisas do Estado. O verdadeiro significado da Concordata resumia-se no reconhecimento e consagração pela Igreja e pelo Estado das suas respetivas autonomias e liberdade. Ele criticou o laicismo e a negação da ordem sobrenatural das coisas. Segundo o Cardeal, os Acordos celebrados entre Portugal e a Santa Sé não alterou os princípios constitucionais, regulou-os apenas. Reconheceu a Igreja como ela é, e garante-lhe a sua missão religiosa e moral. Nem o Estado faz religião e moral, nem a Igreja faz política. Cada um faz apenas o que lhe compete, na sua ordem própria, sem pretender tutelar o outro.⁴⁹

Já a autora Rita de Carvalho defende que através dos Acordos a Igreja Católica portuguesa adquiriu proteção necessária ao estabelecimento dos seus objetivos não só em Portugal continental como também nas colónias, afirmando a sua primazia confessional em relação às demais religiões. Segundo esta autora, com a assinatura desses Acordos, foi restituído à Igreja

⁴⁸ Fernando Rosas, A Igreja em Portugal nos anos 40, In *História*, Nº 46, 1982, p. 3-17. Idem, A Lenta Agonia do Salazarismo, In *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp.503-558.

⁴⁹ Cf. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca, A Igreja e o Estado Novo, *Obras Pastorais*, Vol.III, 1943/1947, Lisboa, União Gráfica, 1947, p. 185-189. Idem, Cardeal – Patriarca, «A Situação da Igreja em Portugal», Discurso a 29 de Novembro de 1956, In *Lumen*, p.22

portuguesa muito do que ela tinha «perdido» em 1911, pela promulgação da Lei de Separação do Estado das Igrejas. A autora vai mais longe e afirma que o conjunto de benesses concedidos à Igreja não visava repor exatamente a situação anterior à República, mas principalmente atenuar a radicalidade que tinha sido imposta aquando do período liberal e sossegar ainda que dum modo formal as consciências católicas do país. E ela conclui que os Acordos funcionaram como elementos de integração e solidificação do apoio político, nacional e internacional, necessário à conservação do regime de Oliveira Salazar. E acrescenta que esses Acordos serviram ainda que de modo incipiente para «silenciar» a chamada «questão religiosa» herdada do liberalismo novecentista e agravada pela Lei da Primeira República a partir de 1910, por um lado, mas, por outro, legitimou no contexto nacional e internacional o regime instaurado em 1926 e institucionalizado pelo Estado Novo em 1933.⁵⁰

Manuel Braga da Cruz colocará a tónica na natureza do regime, e a importância que ele atribui à questão religiosa no salazarismo como uma problemática que teve a sua origem na Primeira República, provocada pela Lei de Separação do Estado das Igrejas. E sublinha que o regime integrou no seu seio monárquicos, republicanos e laicos surgindo assim como um regime que resultou duma «Revolução Nacional». A sua Constituição consagrou um regime republicano, embora nacionalizado, manteve o seu quadro institucional, preservando os seus princípios eletivos e representativos, mas deu-lhe um novo conteúdo e um novo contexto político. Nesta perspetiva é uma Segunda República, não democrática, autoritária, nacionalista e corporativa. É também uma República que se conciliou com a Igreja sem se deixar confessionalizar, Concordatou um regime de separação, de respeito e de cooperação recíprocos. O laicismo do Estado compatibilizou com a orientação católica da ação governativa.⁵¹

De acordo com a sua tese (*O Partido e o Estado no Salazarismo*), o autor trata o problema da relação Partido/Estado no regime, e aborda as relações existentes na sociedade onde o regime nasceu e desenvolveu. Na sua análise essas relações mobilizaram e enquadraram os vários setores que compõem a sociedade, dando relevo ao catolicismo que neste período representava uma parte significativa da sociedade portuguesa. Deste modo, o autoritarismo do regime do Estado Novo foi de dominação tradicional, tendo uma visão paternalista do poder

⁵⁰ Cf. Rita Carvalho, In *História*, Ano XIX, (Nova Série), Nº 31, 1997, pp.4-15.

⁵¹ Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986, p.91- 102

político, mas que respeita a tradição militar e religiosa, conservando as instituições tanto do exército como da Igreja na sua autonomia. Procurou ganhar-lhes o apoio e a confiança, sem, no entanto, as absorver, o que afastou tendências militarizantes ou clericalizantes na orientação do Estado.⁵²

Em termos ideológicos o salazarismo é incompreensível sem o catolicismo, ao ser ele próprio a expressão de uma simbiose entre o conservadorismo nacionalista com a tradição do catolicismo social que vinha desde o século XIX. Do ponto de vista institucional não pode classificar esse regime como sendo confessional, já que o próprio Estado continuou a afirmar-se separado da Igreja e a funcionar com plena autonomia em relação a ela.⁵³

Deste ponto de vista o autor defende que as relações entre o Estado e a Igreja Católica acompanharam a evolução da sociedade portuguesa e do seu regime, ao longo sua existência, refletindo, porém, as tensões entre a modernização do Estado e a preservação da Igreja.

António Matos Ferreira retoma a ideia das elites ou dos setores católicos, no seu estudo “A Igreja e a República”, defendendo que é a partir desses diversos setores e das suas ações que a revolução republicana ganhou visibilidade e onde se exprimem de forma clara as principais questões em torno da problemática das relações Igreja/Estado. Outros fatores caracterizam a ação da Igreja e assinalam tempos de mudança. A organização do laicado católico e alguma importância dada ao desenvolvimento duma componente da religiosidade popular marcam esta nova fase da vida da Igreja. Durante esta fase ele distingue dois períodos distintos: o primeiro que vai de 1910 a 1917, com atenção especial para a Lei de Separação do Estado das Igrejas. Num segundo período, esta questão é posta num plano secundário para estabelecer uma estratégia de autonomia e de união dos católicos. O Concílio Plenário Português em 1926 e a criação da Ação Católica em 1933, já na fase de consolidação do Estado Novo, exemplificam bem este processo de autonomia da Igreja Católica face à nova ordem política instaurada.⁵⁴

O autor defende que há uma necessidade de fazer uma abordagem do catolicismo na sociedade portuguesa, enquanto experiência religiosa, que não pode ser reduzida somente às dimensões política e social. E envolve outras componentes para a sua análise. Essas componentes que abrangem os níveis organizativos, e hierárquicos do seu funcionamento interno, a forma de transmissão e de reelaboração dessas vivências, suas representações, os

⁵² Idem, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, 1988, p.52-58.

⁵³ Idem, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.

⁵⁴ Cf. António Matos Ferreira, *A Igreja e a República*, In *História de Portugal*, Direção de João Medina, Alfragide, Ed. Ediclube, Vol., 1998, p.339-370.

universos de espiritualidade individual e coletivo, as vivências devocionais, as formulações e debates doutrinários elaborados nas diversas circunstâncias. Para além destas componentes internas é importante salientar as externas, no seu contexto como um todo e ao nível internacional articulando com as estratégias da Santa Sé e suas sucessivas intervenções pontifícias. Para estas mudanças contribuíram de forma significativa o protagonismo de eclesiásticos, de religiosos consagrados e de leigos, que o autor divide em três grupos geracionais. Ele sublinha a importância da diversidade religiosa no espaço colonial português marcada largamente pela referência do catolicismo e da Igreja Romana. Sublinha também a importância do fator religioso enquanto elemento importante nas relações socioculturais entre as populações autóctones e a soberania portuguesa. Ao mesmo tempo, essa diversidade religiosa funcionou como elemento integrador, mas que vai sofrendo significativas mutações ao longo do Séc. XX. Estudos antropológicos, etnológicos, as novas doutrinas trazidas pelo Concílio II do Vaticano foram em certo sentido responsáveis por esta nova forma de entender e relacionar com esses universos religiosos, dando enfoque as Encíclicas desde Bento XV (1919) às de João Paulo II até 1975.

Na análise desse catolicismo contemporâneo e nas suas relações com a sociedade e com o poder político entram os estudos de Paulo Fontes na sua tese “As Elites Católicas na Sociedade e na Igreja em Portugal e o papel da Ação Católica”. Nessa Tese o autor estuda a complexidade das relações da Igreja Católica com a sociedade portuguesa e consequentemente com o poder político, onde joga várias sensibilidades, em que o papel da Ação Católica foi determinante neste processo. Esta complexidade torna-se mais visível a partir da rutura verificada na fase do pós-guerra em 1945, agudiza-se na década de cinquenta com maior relevo nas eleições presidenciais de 1958 e terá a sua expressão máxima com o eclodir da guerra colonial na década de sessenta.⁵⁵

Irene Pimentel enfatiza a relação da Igreja Católica em Portugal com o Estado Novo, espelhando o relacionamento complementar, e nem sempre fácil, também entre o líder do regime e o da Igreja Católica. Ela defende que o líder do regime mostrou desde cedo o interesse em manter com a Igreja «boas relações de colaboração». Ao mesmo tempo que em 1932 o Presidente do Conselho desenvolvia o seu pensamento sobre a intervenção secular dos

⁵⁵ Cf. Paulo F. de Oliveira Fontes, *Elites Católicas na Sociedade e na Igreja em Portugal: o Papel da Ação Católica Portuguesa (1940-1961)*. Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2006.

católicos, ao considerar conveniente «a intromissão da política na religião» e ao avisar que se impunha a continuidade do regime de «separação», situação que já vigorava no regime da Primeira República.⁵⁶

João Medina sublinha que a situação criada pela Primeira República tinha causado erros graves para os destinos democráticos no país. E um desses erros foi a hostilidade feita por um lado à Igreja Católica e por outro ao Exército, enquanto corpos influentes por tradição em Portugal. A posição que o chefe do Governo tomou face à Igreja Católica foi recordar-lhe de que devia acantonar-se no seu papel de um mero coadjutor da ação do Estado. A Igreja por seu lado teve uma posição de prudência nas suas relações com o poder político.⁵⁷

Para Maria Inácia Rezola, as relações entre o Estado Novo e a Igreja Católica durante o regime salazarista assumem uma importância que ultrapassa o aspeto institucional. A Igreja contribuiu para promover a ascensão de Salazar e do seu regime como também para a sua evolução e consolidação. Deste modo e segundo a autora há uma simbiose entre o conservadorismo nacionalista do regime com a tradição do catolicismo social do século passado, em que o regime do ponto de vista ideológico é inconcebível sem o apoio do catolicismo, embora não se possa classificá-lo como sendo um regime confessional. O que vigorou ao longo de todo este período no tocante às relações Igreja/Estado é um regime concordatário de separação.⁵⁸

João Almeida coloca a tónica novamente nos setores católicos que se posicionaram entre os anos 1958 a 1974 numa verdadeira oposição católica ao regime do Estado Novo. É uma oposição, embora difícil de caracterizar, formada por personalidades que constituíram uma referência à oposição católica, de lugares de socialização e consciencialização nos quais se iam definindo dinâmicas de grupos, apurando ideias, lançando iniciativas, definindo estilos, modos

⁵⁶ Cf. Irene Pimentel, *História Da Oposição À Ditadura 1926-1974*, Lisboa, Editora Figueirinhas, 2014. Idem. *Cardeal Cerejeira, O Príncipe da Igreja*, Lisboa, Editora Esfera dos Livros, 2010. Idem, Irene Pimentel, Cerejeira e Salazar: o Trono e o Altar, In *Os Anos de Salazar, O Que Se Contava e o Que se Ocultava Durante o Estado Novo*, Coordenado por António Simões do Paço, Lisboa, Ed. Centro Editor PDA/Planeta De Agostini, 2008, p.82-94.

⁵⁷ João Medina, O Estado Novo, «Deus, Pátria, Família...», In *História de Portugal*, Direção de João Medina, Vol. XII, Alfragide Ediclube, 1993, p. 11-148.

⁵⁸ Maria Inácia Rezola, O Estado Novo e a Igreja Católica. Breve Panorama da Situação da Igreja e da Religião Católica em Portugal (1930-1960), In *Nova História de Portugal*, Direção de Joel Serrão, e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, Vol. XII, 1ª Edição 1992, p. 222-224. Idem, O Sindicalismo Católico No Estado Novo, In *A igreja e o Estado em Portugal - Da Primeira República ao Limiar do Século XXI*, Atas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência – Museu Bernardino Machado – Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1ª Edição, 2004, 133-155.

de pensar e de intervir no espaço público. Estas personalidades desempenhavam papéis de liderança da oposição católica, elaborando textos de contestação ao regime, dirigindo revistas e jornais clandestinos ou semiclandestinos, promovendo iniciativas como as vigílias pela paz, e desempenhando várias funções de destaque, de formação religiosa diversificada, mas com aspetos comuns e defensores da Doutrina Social Católica.⁵⁹

Joana Lopes na sua obra “Entre as Brumas da Memória – Os Católicos Portugueses e a Ditadura,” dá enfoque ao papel que as elites católicas tiveram na “luta” contra o regime político vigente em Portugal, concretamente na década de sessenta. Na origem desses conflitos estiveram por um lado a abertura criada pelos “novos ventos” que o Concílio II do Vaticano trazia, por outro o conservadorismo da Igreja Católica portuguesa, a ausência de liberdades elementares, bem assim a manutenção da guerra colonial. Essa oposição católica foi-se concretizando em várias aspetos da vida social, e de forma organizada, tomando contornos de um movimento no interior do catolicismo e que envolveu cada vez mais um número significativo de pessoas que se iam demarcando do regime que dava sinais dalgum enfraquecimento.⁶⁰

António Araújo, na sua Tese “A Oposição Católica ao Marcelismo: o Caso da Capela do Rato”, coloca a tónica da sua dissertação no exemplo das Vigílias da Capela do Rato como ponto de partida para um posicionamento mais alargado duma oposição declarada de inspiração católica que na década de sessenta se tinha afirmado face ao regime e que atingiu o seu apogeu na década seguinte. Segundo o autor, estas vigílias organizadas em 1972 por grupos católicos de vanguarda, em protesto face à guerra colonial fora um dos momentos mais emblemáticos da oposição de matriz católica ao Estado Novo, em particular ao marcelismo. Na ótica do autor, estes encontros acabaram por atingir os seus objetivos que eram de trazer impacto e visibilidade, o que acabou por acontecer. As reações das autoridades civis não se fizeram esperar, o que resultou num novo conflito aberto com a Igreja Católica e mais concretamente com o novo Cardeal-Patriarca de Lisboa Dom António Ribeiro. Nesta tese, o autor coloca em relevo a complexidade dessas tensões e conflitos, as ruturas produzidas nesse período, mas também as continuidades entre a fase final do regime autoritário e a instauração dum novo

⁵⁹ João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008

⁶⁰ Cf. Joana Lopes, *Entre as Brumas da Memória, Os Católicos Portugueses e a Ditadura*, Porto, Editora Âmbar, 1ª Edição 2007.

regime, o democrático, pela via da revolução.⁶¹

José Barreto caracteriza as relações Igreja/Estado no pós 1968, sob a liderança de Marcelo Caetano como um relacionamento harmonioso, tanto quanto possível, livre de conflitos com a hierarquia católica, quer ao nível interno como externamente. Embora houve fatos que demonstraram que nem sempre foi possível essa desejada harmonia. Esses fatos ficaram patentes na revisão Constitucional de 1971, sobretudo nas políticas de ensino e também na questão colonial. Paralelamente, o novo chefe do governo teria de resistir às várias pressões quer dos setores católicos quer do próprio Vaticano que exigiam uma revisão da Concordata em relação ao casamento canónico, e na nomeação dos Bispos. A audiência que o Papa Paulo VI concedeu aos líderes dos movimentos independentistas em Africa, na ótica do Governo de Lisboa foi o mais duro golpe nas relações com o Papado em muitas décadas.⁶²

Duncan Simpson analisa as relações entre o Estado Novo e a Igreja Católica durante o regime de Salazar entre 1928-1968, dando relevância as múltiplas influências ideológicas, sublinhando que o regime continha no seu seio uma tendência particular da doutrina católica, forjada pela sua elite de cariz nacionalista, tradicionalista e antiliberal durante o primeiro quartel do século XX. Desta componente católica do programa salazarista emergiu uma aliança institucional douradora e abrangente com a Igreja, e consequentemente a participação na legitimação, no esforço doutrinário e na implementação das políticas do Estado Novo.

Na sua interpretação e no debate sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo, com autores contemporâneos portugueses, percebemos pela tónica dos discursos, que é dada muita importância ao fator ideológico.⁶³

No debate entre autores como Tom Gallagher e Richard Robinson, vemos posições completamente antagónicas. Onde o primeiro vê uma Igreja que necessitava da proteção do Estado face ao que tinha ocorrido durante a I República, e, portanto, limitada na sua campanha de «recristianização», o segundo destaca alguns aspetos genuinamente renovadores

⁶¹ Cf. António Araújo, *A Oposição Católica no Marcelismo: o Caso da Capela do Rato*, Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2011. Idem, “ «A paz é possível”: algumas notas sobre o caso da Capela do Rato» In *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomam XVI, Pp.432-438.

Cf. Paula Borges Santos, *Dom António Ribeiro*, TimeLine, Biografias Intemporais, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, pp. 254-268.

⁶² Cf. José Barreto, *O Marcelismo, a Igreja e os Católicos*, Versão Corrigida do texto publicado em F. Rosas e P. A. Oliveira, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp.137-170.

⁶³ Cf. Duncan A. H. Simpson, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70, 2014.

experimentados pela Igreja durante o regime, como a delimitação entre as esferas do poder «temporal» e «espiritual», respetivamente, consubstanciadas de forma simbólica em Salazar e Cerejeira.⁶⁴

Pedro Silva Rei, coloca a importância dessas relações na trajetória ascendente a partir de 1971, com a liderança do novo Patriarca de Lisboa, Dom António Ribeiro, em que a política religiosa seria gerida pela diplomacia Romana tendo em vista a obedecer a três propósitos inerentes à política externa do Papa Paulo VI em relação à Portugal no início dos anos setenta: modernizar a pastoral eclesial na perspetiva conciliar, reunificar o clero e os fiéis da Diocese de Lisboa em torno do Bispo, e promover uma transformação das relações institucionais entre a Igreja e o Estado, demarcando a Igreja em relação ao regime.⁶⁵

António Silva sublinha que o período pós-conciliar definiu uma nova estratégia da Igreja que valoriza o seu papel também no designado Terceiro Mundo. Afirma a sua universalidade e desvinculando-se do centro europeu, novos movimentos de contestação ao domínio do ocidente nesses países. Os ventos de mudança fizeram sentir como nunca na história, a geoestratégia mundial em que os antigos impérios cedem às reivindicações por todo o Terceiro Mundo. As exigências democráticas transformaram instituições como é o caso da Igreja Católica e também ao universo cultural e mental em que Salazar e o Estado Novo tinham lançado os seus alicerces doutrinários. O autor enfatiza ainda que não foi só o Estado que se revelou dificuldades em compatibilizar-se com os tempos modernos, mas também a Igreja Católica Portuguesa, que resistiu à mudança e perdeu todas as oportunidades de se reformar e adaptar às novas circunstâncias culturais, políticas e mentais. Nesta perspetiva ela permaneceu “amarrada” a conceções e estratégias que não se harmonizavam sequer com as orientações emanadas do Concílio II do Vaticano.⁶⁶

E seria nesse ambiente de mudança que emergia assim uma figura importante para a Igreja portuguesa, a do novo Patriarca de Lisboa Dom António Ribeiro, nomeado pelo Papa Paulo VI, sucessor do Papa do Concílio, João XXIII. Na ótica de José António Santos e Ricardo de Saavedra, jornalistas do Jornal *Diário de Notícias*, biógrafos do referido Cardeal Patriarca, sublinham que Dom António Ribeiro recebeu uma herança perturbadora. Essa herança

⁶⁴ Idem, *Op. Cit.*

⁶⁵ Cf. Pedro Silva Rei, Liderança Religiosa em Portugal entre a Ditadura e a Democracia. António Ribeiro, um Patriarca em Tempos de Rutura, In *Revista de História das Ideias*, Vol. 36, 2ª Série 2018, p.221-243.

⁶⁶ Cf. António Silva, *AS Relações entre a Igreja e o Estado 1911-1975*, <http://academia.edu>, 2008.

resultava dos estigmas da turbulência que marcaram a fase final do episcopado do Cardeal Cerejeira seu antecessor. Nas palavras desses autores, dom António Ribeiro, *«era um homem que pronunciava apenas o que tinha de pronunciar. Via-se que a pouco e pouco ia consolidando um pensamento e uma orientação que foram os que ele depois seguiu sempre, até hoje: de distância e discrição em relação à política e aos vários governos de antes e depois, nunca se ligando demasiadamente a nenhuma situação, defendendo sempre o ponto de vista da Igreja.»*.⁶⁷

Em síntese diríamos que, após um olhar sobre esta historiografia e sobre as diversas análises que os historiadores e outros autores dedicaram a esta temática, notamos que nestas relações jogaram de forma bem patente problemáticas importantes da nossa contemporaneidade, como: a liberdade e a legitimidade de dois poderes que se querem afirmar e portanto se confrontam entre si. Na generalidade dos historiadores e dos autores que abordam esta problemática partilham da opinião de que o poder político não tencionava reabrir uma nova questão religiosa, à semelhança do que tinha acontecido na Primeira República. Na fase final do regime esse confronto também foi evidenciado nos novos episódios protagonizados pelos responsáveis das respetivas lideranças das esferas de poder. Esse “confronto” levantou questões importantes em torno da Igreja Católica e do Estado: a autoridade do Estado, a legitimidade dum regime autoritário, a necessidade de uma Concordata que regulasse essas relações, a separação das esferas de competência, a soberania do Estado português face à mais alta instância da Igreja Católica, ou seja o Papado, a posição do Episcopado português face ao papel do catolicismo na sociedade portuguesa, o que implicaria uma vigilância acrescida das atividades católicas por parte do regime para o controle das suas implicações na esfera política. Nós sublinharíamos que o distanciamento verificado no apoio católico ao regime de Salazar e de Caetano nos seus anos finais deveu-se sobretudo ao importante papel dos setores católicos, ainda que minoritário, mas apoiado pelas doutrinas pontifícias dos papas João XXIII e Paulo VI que no campo internacional apelavam a uma renovação da Igreja Católica e na defesas dos direitos humanos. Esses fatores contribuíram de forma significativa para deslegitimar as funções que o Portugal do Estado Novo se apropriava de ser o arauto da “civilização cristã” nos territórios ultramarinos em África.

⁶⁷ Cf. José António Santos e Ricardo de Saavedra, *Dom António Ribeiro Patriarca de Lisboa*, Lisboa, Edição Revista e Aumentada, Edições Paulinas, 2021, p.19-22.

Capítulo III- A Continuidade do Regime e a Posição da Igreja Católica portuguesa a partir de 1968

A década de sessenta foi particularmente o início de uma fase muito difícil no interior do regime do Estado Novo, na sua relação com a Igreja Católica, não só na Metrópole como também nos territórios ultramarinos, e sobretudo a partir de 1961, com o eclodir da guerra. No final da década, precisamente em 1968, com o fim da liderança de Oliveira Salazar, o país se vê confrontado com mudanças significativas não só campo político, como também económico e social. A entrada de Marcelo Caetano na chefia do governo a partir de Setembro do mesmo ano, o país, em geral e os católicos em particular viram com “bons olhos” a escolha do Presidente da República. Também os seus pares aceitaram esta nomeação com uma enorme expectativa de mudança, não só pelo currículo político do novo presidente do Conselho de Ministros, como também pelo seu prestígio enquanto académico e até mesmo como tendo sido em algumas circunstâncias, um «crítico do salazarismo».⁶⁸

Como veremos, pouco tempo após o início desse mandato, estas aspirações de mudanças foram sendo frustradas, pelo rumo com que esta nova liderança implementara na governação do país.

Se por um lado a Igreja Católica portuguesa tinha sido apontada como um dos pilares de sustentação do regime do Estado Novo enquanto Salazar esteve a frente do governo, por outro e a partir de 1968, com Marcelo Caetano verificou-se um novo paradigma no relacionamento entre o Estado e a Igreja.⁶⁹

Segundo uma conversa entre Alberto Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, e o Cardeal e Nuncio Apostólico em Lisboa entre (1962-1967), Maximilien de Furstenberg, percebe-se alguns dos principais problemas que na ótica do segundo seriam as dificuldades mais significativas da Igreja Católica em Portugal por ocasião do fim da liderança do Cardeal Cerejeira que coincide com o período da primavera marcelista. Em carta enviada ao seu colega, descreve a referida conversa “(...) *Conheço o Cardeal de Furstenberg há cerca de 20 anos, desde os meus tempos do Japão, e tenho com sua Eminência afetuosas relações de intimidade. Das conversas que tive com aquele Prelado durante a sua recente permanência em Portugal recolhi os seguintes pontos: a) A Santa Sé está preocupada*

⁶⁸ Cf. Fernando Rosas, O Estado Novo (1926-1974), Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974), In *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 545-558.

⁶⁹ Cf. João Miguel Almeida, Mudanças e Crise na Igreja Católica em Portugal, In *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, p.192-240.

*com o Bispo do Porto, que estaria agindo sem a necessário prudência e discrição, receando que assim possa contribuir para agravar o problema da Igreja em Portugal; b) O Cardeal-Patriarca de Lisboa, embora mantenha toda a sua lucidez, não está obviamente à altura do cargo, por razões de idade e de saúde. Há que pensar na substituição de D. Manuel. Quando este há anos apresentou a sua carta de exoneração, o Santo Padre já então a teria aceite se na ocasião houvesse alguém de “trés bien” que pudesse suceder no patriarcado de Lisboa; c) O Problema da juventude preocupava o Vaticano, que não sabia como atuar nem compreendia bem o que se estava passando; d) os círculos da Santa Sé estavam preocupados com a crise da Igreja Portuguesa”.*⁷⁰

Neste excerto vemos o panorama que, segundo Franco Nogueira, seria o modo como o Vaticano olhava para a Igreja portuguesa. Todavia, as hostilidades por parte de um vasto setor da elite católica e as tensões com Roma, não ajudaram muito nesse sentido, e fizeram com que o relacionamento entre as duas instâncias, (Igreja e Estado), fossem muito mais difíceis nessa fase. O novo chefe do governo teria de lidar com essa inquietante herança deixada pelo seu antecessor. Marcelo Caetano vai enfrentar todos esses problemas tomando atitudes e medidas que mais se adaptariam aos tempos de mudança.

É de notar que o pilar ideológico católico onde o regime tinha assentado as suas bases, aquando da sua implementação e consolidação, “agora”, sofre grandes abalos, e é evidente um clima de mal-estar que vai minando o relacionamento até então considerado harmonioso entre o regime de Oliveira Salazar e a Igreja Católica em Portugal. Para Marcelo Caetano, o desejo de reunificação no campo católico, apoiado num ímpeto reformista e no seu programa da chamada “renovação na continuidade”, é na sua perspectiva condições necessárias para o retomar das bases do apoio católico. Contudo, essa aspiração do novo líder, não se concretizou, graças à oposição de alguns setores católicos que ganha dimensão maior e vai-se radicalizando, enquanto se dá o aparecimento de outros movimentos católicos internacionais, discordantes das políticas do governo de Lisboa, e acompanhadas pelas posições diplomáticas do Vaticano relativamente a Portugal e a sua política ultramarina. Esses fatores são sem dúvida decisivos no agravamento das tensões entre a Igreja Católica em Portugal com o Estado, e este com o Vaticano. Alguns católicos críticos do salazarismo que tinham acolhido com enorme expectativa

⁷⁰ Alberto Franco Nogueira, Confidencial, Relato da Conversa com o Cardeal Maximilien de Furstenberg, *Arquivo Nacional Torre do Tombo, AMC, Correspondência, “Igrejas”, CX.29, Nº1, 1 de Setembro de 1969.*

a nomeação de Caetano e consequentemente respondido ao seu apelo renovador, paulatinamente se vão demarcando do novo líder criando assim novas fraturas entre a Igreja e o Estado.⁷¹ Também o autor Duncan Simpson, na sua obra *“A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista, defende que a modernização social e o impacto do aggiornamento na Igreja universal fizeram com que fosse posta em causa a natureza da relação da Igreja com o regime ditatorial no âmbito de uma reflexão mais abrangente sobre a postura pastoral, eclesiológica e teológica da Igreja institucional em Portugal, começando pelo paradigma da própria «recristianização», cujas limitações eram cada vez mais expostas pelos setores mais progressistas dos meios católicos na sua busca de uma nova relação operacional entre a Igreja e a sociedade. E mais adiante continua o autor: “A negação conservadora do aggiornamento pela hierarquia eclesiástica, que em termos sociopolíticos se traduziu numa promiscuidade continuada com o regime vigente, levou a que a Igreja fosse cada vez mais contestada por uma parte da elite católica laica e pela geração mais nova de sacerdotes. Em suma, a dinâmica conciliar romana e o seu confronto com as realidades sociais, políticas e religiosas do Portugal salazarista começaram a despertar algumas consciências cristãs para um novo conjunto de valores absolutos impossíveis de conciliar com o quadro temporal do Estado Novo.”*⁷²

Notamos que o autor aqui sublinha as causas e as consequências das ruturas entre a Igreja e o regime, mas também as novas dinâmicas no interior do próprio catolicismo em Portugal, que provocaram outras ruturas entre os católicos conotados como «progressistas», que tinham acolhido as diretrizes conciliares, e os chamados «conservadores», afetos ao Cardeal Cerejeira e o seu possível comprometimento com o regime da ditadura salazarista-marcelista.

Como temos vindo a sublinhar o Concílio II do Vaticano realizado no início da década de sessenta, (1962-1965), fez um enorme apelo à renovação da Igreja Católica e teve um papel fundamental na forma como ela se posicionou ao longo das décadas seguintes. Pela primeira vez na história do catolicismo, um concílio é portador de novidades tão primordiais que até então nenhum outro concílio teria alcançado.

O processo de contestação católica ao Estado Novo já em marcha em Portugal desde os finais da segunda grande guerra e acentuado nos finais da década de cinquenta, sente-se

⁷¹ Cf. José Barreto, O Marcelismo, a Igreja e os Católicos, Versão Corrigida do Texto Publicado em F. Rosas e P. A. de Oliveira, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, 2004, p. 137-170.

⁷² Cf. Duncan A. H. Simpson, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70, 2014, p. 199- 200.

impulsionado e legitimado pelos documentos conciliares ao longo da década de sessenta. Esses documentos emanados pelo concílio proporcionaram uma viragem na perspetiva do catolicismo à escala mundial, dando relevância ao papel eclesial dos leigos, num conceito muito mais abrangente da Igreja enquanto “Povo de Deus”.⁷³

E isso foi uma novidade que veio opor-se a ideia duma Igreja fundada apenas na hierarquia. Houve outras “revoluções” que o concílio veio trazer e que estão ligadas à inovação litúrgica, à instituição dos princípios da corresponsabilização dos bispos com o papa, da colegialidade dos vários níveis da instituição eclesiástica, bem como a declaração do homem à liberdade religiosa, e a substituição da anterior condenação das outras religiões por valores de tolerância e fraternidade.⁷⁴

A par dos documentos conciliares, os pontificados dos Papas, quer de João XXIII (1959-1963), quer de Paulo VI (1963-1978), foram abundantes em matéria de doutrina através das suas encíclicas no domínio social e político dando enfoque a aberturas diplomáticas e políticas, com apoios claros à descolonização.

Na perspetiva de António Silva, “O Papa João XXIII, promoveu a maior revolução silenciosa da História do ocidente quando definiu em pleno concílio que a Igreja é uma comunidade de crentes. Não uma hierarquia, nem uma instituição, não uma ortodoxia, nem um Estado, não uma tradição nem um poder. Simplesmente uma comunidade de crentes. E o autor conclui que é necessário reconhecer o alcance desta profunda transformação na história da Igreja milenar.”⁷⁵

Já Anselmo Borges sublinha que “o concílio foi o «acontecimento mais decisivo» da história da Igreja: «foi com o concílio que a Igreja se viu a si mesma pela primeira vez como Igreja Universal. Antes, era uma Igreja romanocêntrica com sucursais ou filiais nos vários continentes. (...) Contra uma conceção clericalizada, afirmou-se a Igreja como Povo de Deus».”⁷⁶

Esses ecos conciliares que vinham de Roma contrastavam com as políticas levadas a cabo pelo governo de Portugal e com as posições das mais altas autoridades eclesiásticas portuguesas, representadas na pessoa do Cardeal-Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves

⁷³ Cf. *Documentos Conciliares e Pontifícios, Concílio Ecuménico do Vaticano II, Decreto O Apostolado dos Leigos*, 11ª Edição, Braga, Editorial A. O, 1992, p. 57 -86.

⁷⁴ Cf. *Documentos Conciliares e Pontifícios, Op. Cit.*

⁷⁵ Cf. António Silva, *AS Relações entre a Igreja e o Estado 1911-1975*, <http://academia.edu>, 2008, p.14-15.

⁷⁶ Cf. Anselmo Borges, *Religião – Opressão ou Libertação?* Porto, Campo de Letras, 2004, p.160.

Cerejeira.

Nos primórdios da primavera marcelista houve uma aposta significativa num relacionamento harmonioso e tanto quanto possível com a hierarquia católica quer do ponto de vista interna como externamente. Esse facto nem sempre foi possível manter, e, é visível um ambiente de alguma desconfiança de parte a parte já pelos antecedentes ocorridos ainda no consulado de Oliveira Salazar, em torno do Papa Paulo VI, e das orientações do seu pontificado em relação à Índia e a África portuguesas. Marcelo Caetano teria de resolver contenciosos importantes com a Igreja Católica logo no início da sua governação, no sentido de “apaziguar” as relações bilaterais. Um dos casos mais difíceis foi o do regresso do exílio do Bispo do Porto Dom António Ferreira Gomes em 1969, e mais tarde do processo contra o padre da paróquia de Belém, Felicidade Alves, ou mesmo dos missionários angolanos deportados para Portugal desde o início da década de sessenta. Um novo clima de tensão é novamente aberto pela audiência que o Papa Paulo VI concedeu aos líderes dos movimentos independentistas africanos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique em Julho de 1970. Para o governo de Marcelo Caetano esse episódio foi considerado um dos golpes mais duros nas relações com o Vaticano.

O descontentamento do poder político face à Santa Sé perante esse episódio é manifestado pelo próprio Marcelo Caetano no seu programa televisivo “*Conversa em Família*” transmitida pela RTP, em Julho de 1970.

O presidente do Conselho iniciava assim o programa, “*O país ficou profundamente chocado com a notícia publicada em termos de escândalo na imprensa de todo o mundo que o Papa teria recebido durante sete a oito minutos os três chefes do terrorismo que perturba a vida das nossas Províncias Ultramarinas de Angola, Guiné e Moçambique. A falta de imediato desmentido pela Santa Sé e as explicações confusas dadas pelo informador do Vaticano levaram o Governo português a determinar ao seu Embaixador que manifestasse na Secretaria de Estado a surpresa e o profundo desgosto com que tomara conhecimento de tão extraordinária audiência*”.⁷⁷

Também pelas palavras do Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Eduardo Brazão percebemos o grau de descontentamento com que o poder político recebeu a notícia desse

⁷⁷ Cf. Arquivos RTP, *Conversa em Família*, Programa de Reflexões de Marcelo Caetano, Presidente do Conselho, sobre o Incidente diplomático com o Vaticano, na sequência do encontro entre Paulo VI e dirigentes do MPLA, FRELIMO, e PAIGC no âmbito da “Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas realizada em Roma, 07 de Julho de 1970.

encontro que foi noticiado pelos vários meios de comunicação nacionais e internacionais. E citamo-lo, *“Este grave incidente que surgiu nas relações de Portugal com a Santa Sé, depois do Papa Paulo VI ter recebido em audiência semi-privada (a antiga receção de baciamento) os três chefes do terrorismo em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, causou uma justificada, surpresa, dados alguns antecedentes muito de fresca data. Assim, para não referir outras declarações particulares do Pontificado, a sua atitude na visita que fez a Uganda, defendendo-se de todas as pressões que seriam certamente muitas e muito fortes, e procurando não ferir de qualquer modo a política africana de Portugal; a sua recentíssima conversa de cerca de quarenta minutos com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, onde parece se mostrou compreensivo e atencioso perante os nossos melindres. Mas se voltarmos os olhos para trás, ao longo do percurso de muitos séculos de relações de Portugal com a Santa Sé não podemos deixar de verificar que a linha de conduta do Vaticano tem sido constante”*.

O Embaixador faz uma crítica muito forte perante a posição do Papa em receber no Vaticano os líderes africanos, em guerra contra a Metrópole e faz uma incursão à História das relações da Igreja com o Estado e mostra como nem sempre foram lineares essas relações. E continua o embaixador, *“A Igreja tem como suprema finalidade a expansão do Credo Católico. E se os seus atos essencialmente religiosos esbarram tantas vezes com os interesses políticos dos outros Estados, é sobretudo porque a sua observação se desfigura por formação e origem das informações que recebe. E incidentes graves tem-se produzido entre a Igreja e os Estados, mesmo os de melhor tradição católica, no decorrer de muitos da sua existência. Roma mede os seus interesses, mesmo abstraindo da sua deformação, numa escala que não pode ser a dos Estados laicos.”*⁷⁸

Em síntese, diríamos que a onda de contestação no interior do catolicismo e este com o regime nos finais da década de sessenta que tinha saudado a chegada de Marcello Caetano ao poder, rapidamente se vai afastando das linhas gerais da governação do novo presidente do Conselho, assumindo cada vez mais atitudes de uma oposição declarada ao poder político e a própria liderança do Cardeal-Patriarca de Lisboa. Desta crescente contestação surgem cada vez mais vozes pedindo a sua substituição. Essa reivindicação dos católicos só se viria a concretizar em Maio de 1971, com a nomeação do novo Patriarca Dom António Ribeiro. Considerada uma personalidade moderada em consonância com o espírito conciliar, que já tinha dado sinais de

⁷⁸ Cf. Eduardo Brazão, Carta do Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, à Marcelo Caetano, *Arquivo Nacional Torre do Tombo, AMC, Correspondência, “Igrejas”*, CX.29, N°1, 14 de Agosto de 1970.

independência face ao regime de Marcelo Caetano, foi o escolhido para a difícil sucessão do longo pontificado do Cardeal Cerejeira. Essa nomeação de Paulo VI para além de ter sido acolhido com surpresa junto do poder político também não o agradou. A partir desta fase as relações entre a Igreja e o Estado segundo o novo Patriarca se vai impor-se sob o signo de uma mútua cooperação situada nos justos limites das respetivas esferas de competência e no respeito recíproco da legítima liberdade.⁷⁹

⁷⁹ José António Santos e Ricardo de Saavedra, *D. António Ribeiro Patriarca de Lisboa*, Prefácio de Manuel Clemente, Edição Revista e Aumentada, 1ª Edição Editorial Notícias, Lisboa, 1996, Lisboa, Paulinas Editora, 2021, p.40-59.

Capítulo IV- O Papel dos Setores Católicos

Neste capítulo olhamos para os setores católicos, e o seu papel na implementação das diretrizes conciliares, dando ênfase às dinâmicas que ocorrem no interior do catolicismo, bem como o esforço desejado do “descomprometimento” da Igreja relativamente ao regime do Estado Novo. Esses setores, através das suas ações, incluindo as organizações da ACP potenciaram aquilo que alguns historiadores apelidaram de opositores católicos ao regime.⁸⁰

O catolicismo social enquanto corrente de ideias, iniciativas e projetos desenvolvidos pelos católicos no seio das sociedades, em ordem à Doutrina Social da Igreja teria sido o motivo inspirador para todas as atividades desenvolvidas pelos setores católicos na era marcelista.⁸¹

O conceito de “setores católicos” é definido como grupos fortes de componentes organizativos da Igreja Católica em Portugal que já estavam formados desde o início dos anos trinta, que coincide com o início do regime e que perduram pelas décadas seguintes. Esses setores tiveram um papel importante na construção e na consolidação do regime e que é formado pela elite hierárquica que integra os Bispos e o alto clero, mas também pelos leigos que agem na vida pública, (profissionais políticos, intelectuais ou culturais). Estes profissionais nesta época agiam em estreita ligação e obediência às diretrizes das autoridades eclesiásticas. Estes, protagonizaram uma enorme pressão sobre o poder político, representados pela Conferencia Episcopal Portuguesa de então, mas também na pessoa do Cardeal-Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira.⁸²

Lentamente observamos como esses segmentos vão sofrendo alterações na forma e no entendimento com o poder político e com a própria hierarquia católica. Como sublinha José Barreto, “*na última década da governação Salazarista, assistiu-se em Portugal a formação gradual de uma inédita vaga de dissidência política católica, protagonizada por grupos de jovens militantes e intelectuais com ligações às organizações da Ação Católica e a algumas figuras tutelares do clero*”.⁸³

⁸⁰ João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Prefácio de Fernando Rosas, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, pp.46-53.

⁸¹ Cf. Paulo F. de Oliveira Fontes, *Catolicismo Social*, In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, Vol. I, A-C, Círculo de Leitores, C.E.H.R, da Universidade Católica Portuguesa, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, 2000, pp.310-323.

⁸² Cf. Pedro Ramos Brandão, *Salazar-Cerejeira, A «Força» da Igreja, Cartas do Cardeal – Patriarca Ao Presidente do Conselho*, 1ª Edição 2002, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

⁸³ Cf. José Barreto, *Uma Elite Católica contestatária*, In *O Marcelismo a Igreja e os Católicos*, Versão corrigida do texto publicado em F. Rosas e P. A. de Oliveira, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp. 137-170.

No interior dos setores católicos também se destacaram alguns elementos do clero regressados de Roma ou de Lovaina onde tinham concluído seus estudos teológicos e filosóficos que começaram a questionar e formular posições críticas face à hierarquia e também ao regime.

Influenciados pelo catolicismo social e pelo movimento conciliar que se vivia na Europa de então trazem uma nova concepção de ser Igreja para Portugal e novas perspectivas de lidar com os problemas sociais e políticos, onde a Igreja teria de desenvolver a sua missão. Também um grupo de leigos e padres colocaram questões ao presidente do Conselho através de cartas no sentido de fazer diligências para o regresso do então exilado Bispo do Porto. E numa dessas cartas os autores agradecem ao presidente pelo bom acolhimento que este tinha dado às exposições por eles colocados, e o envio de novas exposições com o mesmo objetivo. Dizem os autores: *“Temos a honra de nos dirigir de novo a Vossa Excelência para expor o seguinte:”*

“O Senhor Núncio Apostólico recebeu, há dias em audiência separadas um grupo de padres e um grupo de leigos desta Diocese do Porto, que lhe foram expor uma vez mais, a situação criada pelo impedimento de entrada no país do Senhor Dom António Ferreira Gomes.

*Aos padres, que lhe solicitaram uma resposta da Santa Sé, o Senhor Núncio Apostólico afirmou que “a responsabilidade do encerramento das fronteiras não cabe a mesma Santa Sé”. Aos leigos, que lhe exprimiram estranheza e desapontamento perante a inexplicável morosidade em solucionar este caso, Sua Excelência Reverendíssima acentuou que se o Senhor Dom António se encontrasse já no País, seria fácil o problema da sua reintegração na Diocese. O receio, aqui e além manifestado, de que a presença do Senhor D. António pode causar mal-estar, tem algo de equívoco e injusto. Quem conhece o Prelado, o seu modo de ser e de pensar, a plena ortodoxia do seu ensino, bem como o seu silêncio e a recusa de conceder, ao longo destes dez anos, entrevistas, tantas vezes solicitadas, tem de reconhecer como são infundados esses receios. Está a preocupar-nos, cada vez mais, a exploração feita por alguns setores políticos, que compromete e desvia este caso das suas justas motivações. Por outro lado, o adiamento da solução está a provocar impaciência e crescente ansiedade, que podem vir a traduzir-se em atitudes irrefletidas e incontroláveis. De tudo quanto fica dito, parece-nos urgente uma solução”.*⁸⁴

Através desta exposição do grupo de católicos ao presidente do Conselho de Ministros

⁸⁴ Cf. António Henrique de Figueiredo, Padre, à Marcelo Caetano, *Arquivo Nacional Torre do Tombo, AMC, Correspondência, “Igrejas”, CX. 29, Nº1 – 12, 04 de Junho de 1969.*

dando conta dos seus esforços junto do representante da Santa Sé em Lisboa, percebemos as preocupações políticas e religiosas que os nortearam em relação a situação do prelado do Porto. Na perspetiva desses católicos, ao encontrarem-se com o Núncio Apostólico, não viram grande empenho nas diligências diplomáticas para que fosse possível o regresso do Bispo, quer por parte da Santa Sé, nem mesmo do episcopado português, ou do próprio poder político. A interpelação desses católicos aos poderes instituídos consubstancia em grande medida esse desejo de confronto com as autoridades políticas e eclesiásticas no sentido de dar solução a um problema que já vinha se arrastando por mais de uma década. Nesta ótica, o regresso do exílio do Bispo do Porto à sua Diocese após uma longa permanência no estrangeiro seria encarado como um novo fôlego às atitudes oposicionistas desses setores católicos.

Assim, esse movimento de contestação social, política e religiosa vai ganhando contornos importantes ao levantarem questões de vária ordem como: as liberdades individuais e políticas, a justiça social, a política económica, a política ultramarina ou mesmo às questões sindicais. O contributo de alguns jovens economistas e outros universitários foi relevante nesse processo. As publicações como a Revista *O Tempo e o Modo*, as Cooperativas Pragma e Confronto, o Direito a Informação serão relevantes no contexto da oposição desses católicos conotados como Progressistas.

Como afirma José Barreto, “*O relacionamento entre a elite contestatária católica e os Bispos era, pois, bastante difícil, mutuamente acusatório de parcialidade política, mas muitas vezes também ambigualmente afetivo – pelo menos numa primeira fase, em que a “indisciplina” e “desobediência” dos contestatários não atingira o ponto de rutura com a hierarquia.*”⁸⁵

Pelas palavras do autor deduzimos o clima de tensão que se vivia no seio do catolicismo e que resultou em dinâmicas internas cada vez mais conflituosas centradas em reflexões sobre a Igreja, sua natureza, a sua relação com a sociedade e com o regime. O Cardeal-Patriarca de Lisboa já com idade avançada mostrava dificuldades em lidar com a situação e alguma incapacidade na resolução dos problemas.

Citando Luís Salgado de Matos, percebemos a dimensão das dificuldades do referido Cardeal.

“*Cerejeira não pode mudar de quadriga a meio do prélio. O preço que paga, porém é elevado. É nesta postura doente, com 77 anos que vai dirigir a fase pós-conciliar de Igreja.*

⁸⁵ Cf. José Barreto, *Op. Cit.*

Tem de pilotar as reformas inevitáveis em ambiente de contestação crescente. O abandono do sacerdócio e das ordens e congregações femininas é a face visível de uma crise que divide a Igreja universal (e não apenas a portuguesa) entre uma corrente conservadora, que por vezes se deixa tentar pelo integrismo, e uma ala modernizadora, seduzida pelos valores não religiosos. O conflito entre elas crescerá durante o pontificado de Paulo VI.”⁸⁶

Para enfatizar o ambiente de contestação no interior da Igreja Católica portuguesa, Jaime Nogueira Pinto afirma: “*D. Manuel Cerejeira esteve no fulcro deste ciclone: os “progressistas” atacavam-no, acusando-o de ser um joguete ou um instrumento dócil do Estado autoritário, um cúmplice da repressão, ou um daqueles falsos profetas farisaicos, que deixava de ter olhos para ver e ouvidos para ouvir quando lhe convinha. Os ortodoxos do Regime, pelo contrário, queixavam-se da sua falta de poder disciplinador em relação aos contestantes, como os padres do Seminário dos Olivais, ou o Padre Felicidade Alves. O próprio Salazar, teria uma vez comentado com ironia: “Sua Eminência sempre teve um espírito mais liberal que o meu...”*”⁸⁷

E seria nessa conjuntura que em 1971 a Santa Sé acabaria por aceitar o pedido de resignação do Cardeal Cerejeira, pedido esse que já teria sido formulado ao Papa Paulo VI anos antes. É nomeado o jovem Bispo António Ribeiro para a sucessão do velho Cardeal nos destinos do Patriarcado de Lisboa. Logo na sua homilia proferida no dia da sua entrada solene na Sé Patriarcal, apresentou em linhas gerais o programa do seu magistério num momento particular de crise, não só política como também eclesial.⁸⁸

Toda a ação do seu pontificado seria no sentido duma mútua cooperação com o poder político rejeitando qualquer tentativa de enfeudamento da Igreja face ao regime. Sentia-se que o ambiente em que se vivia era de evolução e prudência nas atitudes do novo Patriarca, mas muito temido pelos setores mais conservadores, e criticado pelos setores mais radicais que

⁸⁶ Cf. Luís Salgado de Matos, Cardeal Cerejeira: Universitário, Militante, Místico, In *Análise Social*, Nº 160, 2001- p.824.

⁸⁷ Jaime Nogueira Pinto, *Os Católicos e o Estado Novo, Identidade e Crise, Povos e Cultura*, UCP, 2014.

⁸⁸ Cf. José António Santos e Ricardo de Saavedra, *D. António Ribeiro Patriarca de Lisboa*, Prefácio de Manuel Clemente, Edição Revista e Aumentada, 1ª Edição Editorial Notícias, Lisboa, 1996, Lisboa, Paulinas Editora, 2021, pp.106-161.

Cf. *Arquivos RTP*, Discurso de Tomada de Posse na Sé Catedral de Lisboa, Entrada Solene de Dom António Ribeiro que assume as funções de Patriarca de Lisboa, sucedendo a Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, em cerimónia religiosa na presença do Presidente da República, do Presidente do Concelho, Membros do Governo e Autoridades civis, Militares, Judiciais e Religiosas, 21 de Setembro de 1971.

pediam denúncias fortes face as injustiças vigentes. As atitudes contestatárias ganham novos rumos através da mobilização desses setores sobretudo de leigos, apoiados por alguns eclesiais através dos encontros como as sessões da vigília na Capela do Rato ou nas celebrações referentes ao dia Mundial da Paz convocado pelo Papa Paulo VI. Aproveitando essas comemorações o Bispo do Porto já de regresso à sua Diocese fala de paz enquanto Bispo e uma voz importante desses setores, fazendo alusão à mensagem do Papa para esse dia, onde dizia: “Nestas considerações necessariamente muito breves, que aqui dedicamos ao tema da paz segundo o Evangelho, aquela que Cristo encomendou e legou nestes termos “ Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz”... JO. 14, 27. Ele é a nossa paz. Paz que é definida e concretizada para os dias de hoje como ordem humana autêntica que repousa sobre a verdade edifica-se segundo a justiça, recebe da caridade a sua vida e plenitude, enfim se exprime eficazmente na liberdade.” (Encíclica Paz in Terris, 167)⁸⁹

As propostas do Sumo Pontífice levantadas nesta Encíclica sobre a paz, proclamada pelos setores católicos mais afetos às diretrizes de Roma, no rescaldo do *aggiornamento* conciliar do qual o Bispo do Porto estava em sintonia, contrastavam com o ambiente mais conservador da Igreja portuguesa e do poder político numa guerra travada nos territórios ultramarinos sob administração portuguesa.

Esta elite contestatária ao regime tem a sua origem no período pós segunda grande guerra, acentua-se nos anos cinquenta, tem um desenvolvimento significativo nos anos sessenta, atingindo o seu ponto alto nos anos finais do regime do Estado Novo. Foi uma oposição que não tinha uma organização própria, um estatuto programático ou mesmo uma liderança definida. O que os unia apenas seria o desejo de descomprometimento da Igreja face ao poder político e as orientações da Doutrina Social da Igreja, inspirada na Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Esses católicos teriam um papel significativo nos governos do período revolucionário mas que na fase posterior foram perdendo esse protagonismo. De uma sintonia generalizada com os propósitos da reposição da autoridade, do restabelecimento da ordem e da liberdade religiosa que tinham sido as bandeiras do regime desde o seu início, se passa a atitudes e exigências duma maior participação política por parte dos cristãos católicos, enquanto cidadãos, a maiores exigências no que toca a justiça social e ao desenvolvimento económico,

⁸⁹ Cf. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, AMC, *Voz Portucalense*, Semanário da Diocese do Porto Nº 2, Ano III, O Bispo do Porto fala de Paz, Diretor, M. Álvaro V. de Madureira, Chefe de Redação, Rui Osório, Editor, J. S. Martins, Correspondência, “Igrejas”, CX. 29. Nºs 1-12, 08 de Janeiro de 1972.

que certamente o regime não poderia satisfazer. Por seu lado, a Igreja continuava a defender nos seus discursos, políticas que iam de acordo com a Doutrina Social Católica, através dos seus organismos como a ACP e da própria hierarquia. O que provocou cada vez mais um distanciamento de posições e uma degradação cada vez maior das relações entre a Igreja Católica e o Estado da era marcelista. Concluímos que as razões que nortearam muito as atitudes contestatárias desse setores católicos, (clérigos, leigos, militantes e dirigentes), estavam relacionadas mais com as suas concepções religiosas e morais do que propriamente concepções e motivações de ordem política.

Segunda Parte: Contextualização das abordagens sobre as Relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo no Consulado de Marcelo Caetano

Capítulo V- O Período do Cardeal António Ribeiro: Percurso e Liderança

Neste capítulo olhamos para o período transitório quer no campo eclesial, como económico e social, mas também político, em que depois de uma longa liderança protagonizada pelo Cardeal Cerejeira, o papado escolhe um jovem Bispo para a Igreja de Lisboa num contexto de particular importância para esta, mas também para o país.

Assim, a 10 de Maio de 1971 o Papa Paulo VI por bula apostólica nomeara o então Bispo auxiliar de Lisboa, Dom António Ribeiro para suceder o Cardeal Patriarca de Lisboa Dom Manuel Gonçalves Cerejeira que se tinha resignado. Cargo que viria a tomar posse a 21 de Novembro do mesmo ano. Nascido a 21 de Maio de 1928, em São Clemente de Bastos, distrito e arquidiocese de Braga, cedo entrou para o seminário da mesma cidade onde concluía com sucesso os estudos no seminário menor, ingressando nos estudos teológicos no seminário Conciliar entre 1949-1952, e ordenado presbítero a 5 de Julho de 1953. Por indicação do arcebispo bracarense o Padre António Ribeiro segue no mesmo ano para a Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, onde se forma bacharel em Teologia no ano de 1954. Dois anos mais tarde concretamente em Julho 1956 termina a licenciatura com uma boa classificação.

Segundo Paula Borges Santos, na Biografia de Dom António Ribeiro sublinha que *“durante a sua estadia em Roma ele contactou com uma diversidade de autores que gozavam de grande autoridade na Santa Sé e no mundo teológico, não só através das aulas, mas também de conferências, congressos e publicações, explorando uma abundante oferta anual de eventos científicos na Universidade Gregoriana e nos vários estabelecimentos de ensino superior católicos e laicos da cidade, que lhe era possível acompanhar”*.⁹⁰

E seria nesse ambiente teológico de Roma que ele ingressara no doutoramento nesse mesmo ano, o qual viria a concluir com a defesa da sua tese em Março de 1959. Após o doutoramento o Padre Ribeiro regressa a Braga, a sua Diocese de origem, e seguidamente a pedido do Cardeal-Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, é transferido para Lisboa.

Foram-lhe atribuídas algumas responsabilidades pastorais como o de assistente nacional e

⁹⁰ Cf. Paula Borges Santos, *Dom António Ribeiro*, Coleção TimeLine – Biografias Intemporais, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, p.31-51.

diocesano junto da Ação Católica (ACP), com destaque para a Liga Universitária Católica (LUC/F) e das associações profissionais católicas. Dirige o Instituto de Cultura Superior Católica, e o Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina onde também é docente. Apresenta também programas televisivos na RTP, como «Encruzilhadas da Vida», e mais tarde aos Domingos apresenta outro programa «Dia do Senhor».

Em Janeiro de 1967 o Papa Paulo VI o nomeou para Bispo da Beira, fato que não se concretizaria por veto do governo português que fez uso da prerrogativa de reprovar nomes de bispos para titulares de dioceses nas designadas províncias ultramarinas conforme a Concordata lhe conferia, o que provocou um incidente diplomático nas relações entre Portugal e a Santa Sé.

Paulo VI não alterou a decisão de elevar o Padre Doutor António Ribeiro ao Múnus episcopal, e a 17 de Setembro de 1967 é sagrado Bispo pelo então Cardeal Patriarca de Lisboa Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, onde permaneceu como Bispo auxiliar da Arquidiocese de Braga e vigário-geral da Arquidiocese. Em Junho de 1969 foi transferido para Lisboa como Bispo Auxiliar do Patriarcado.⁹¹

Como auxiliar de Lisboa ele desenvolve uma ação pastoral intensa junto das comunidades até Maio de 1971 em que é nomeado o novo Patriarca de Lisboa e elevado a Cardeal em Março de 1973.

Ao assumir o cargo de Patriarca de Lisboa, e segundo os autores da sua Biografia, o legado que ele recebeu do seu antecessor foi uma herança perturbadora.⁹²

Ele assume o Patriarcado e consequentemente herdou os estigmas de tudo aquilo que tinha marcado o longo episcopado do Cardeal Cerejeira, e do apoio consubstancial ao regime como alguns dos autores já citados defendem, mas também os anos turbulentos dos finais desse mesmo episcopado. Convém lembrar que desde os finais da década de sessenta que os seminários estavam em crise latente, e no dos Olivais essa crise foi mais visível no abandono de muitos estudantes, ficando o seminário com pouquíssimos candidatos ao sacerdócio, enquanto outros sacerdotes abandonaram o estado clerical e optando pelo estado laical. No interior da Igreja Católica “sopravam ventos de mudança provocados pelos ecos do Concílio Ecuménico do Vaticano II.”

⁹¹ Cf. José António Santos e Ricardo de Saavedra, *D. António Ribeiro Patriarca de Lisboa*, Prefácio de Manuel Clemente, Edição Revista e Aumentada, 1ª Edição Editorial Notícias, Lisboa, 1996, Lisboa, Paulinas Editora, 2021, p.22-36

⁹² Idem, *Op. Cit.*, p.20-21.

Pelas funções desempenhadas em Lisboa, pelo contato com as elites, pelo exercício da docência e da experiência dos programas televisivos deram ao Padre Ribeiro uma elevada notoriedade. No entanto, com apenas 42 anos o novo Patriarca teria desafios importantes a enfrentar para o desempenho das novas funções. E entre os meios progressistas da Igreja Católica de Lisboa crescia uma enorme expectativa em relação ao novo Patriarca. A sua formação teológica em Roma, e a sua experiência pastoral enquanto sacerdote davam garantias de um apostolado moderno e em plena sintonia com as diretrizes emanadas pelo Concílio II do Vaticano.

Logo no discurso na sua tomada de posse o novo Bispo da Igreja de Lisboa traçou em linhas muito gerais aquilo que seria no seu entender toda a ação do seu pontificado. Após a saudação às autoridades civis e militares presentes, ao Núncio Apostólico acreditado em Lisboa e em representação do Santo Padre a quem na sua pessoa ele presta obediência e comunhão, Dom António Ribeiro repete as mesmas palavras proferidas pelo Papa Paulo VI, no seu discurso inaugural da 2ª sessão do Concílio em 1963. «(...) *Cristo é o nosso Princípio; Cristo é a nossa Vida; Cristo é o nosso Guia; Cristo é nossa Esperança; Cristo é o nosso Fim. Nenhuma outra luz brilhe sobre esta assembleia que não seja a de Cristo Luz do mundo, nenhuma outra verdade interessa as nossas almas que não seja as palavras do Senhor e nosso Mestre, nenhuma outra aspiração nos guia que não seja o desejo de lhes sermos absolutamente fiéis, nenhuma outra confiança nos mantenha senão através da sua palavra que sustenta a nossa fraqueza desolada. “Eis que estou todos os dias até ao fim dos tempos”*». Neste excerto notamos a primazia que o novo Patriarca dá em relação à Igreja e a sua mensagem evangélica. Ao mesmo tempo que faz uma apologia daquilo que deve ser a missão da Igreja quando ele diz: «*A Igreja não existe para servir interesses meramente humanos por mais nobres que eles sejam. Não pode enfeudar-se em ideologias terrenas por mais universalistas e transcendentais que eles se apresentem. Não deve escravizar-se a nenhum poder senão ao poder de Cristo e da sua mensagem salvadora. A Igreja encontrará sempre o princípio e a garantia da sua radical liberdade*».

E continua o Patriarca, «*Cabe aos poderes públicos da comunidade civil promover o bem comum temporal dos cidadãos. Consiste este, no conjunto das condições da vida social que permitem aos grupos alcançar mais plena e facilmente a própria satisfação. Por outra parte compete a Igreja cuidar do bem comum dos seus membros, isto é, promover as ações que facilitam o acesso aos homens à condição plena de filhos de Deus e herdeiros da glória*

eterna». E adverte que, “esta doutrina de clareza, no domínio dos princípios deixa de ser tão claro quando passa ao campo das aplicações concretas. Com efeito nem o Estado pode desinteressar-se da promoção efetiva dos valores espirituais, pois também eles contribuem para a perfeição temporal dos Homens, e nem a Igreja pode aliar-se das condições materiais do viver, dado que a ausência ou a presença de certas realidades desse género dificulta ou facilita a ação da graça de Deus nas pessoas”. Quanto ao relacionamento entre a Igreja e o Estado, o novo Patriarca diz “ (...) Impõe-se, portanto, uma cooperação mútua entre o Estado e a Igreja situada nos justos limites das respetivas esferas de competência e no respeito recíproco da legítima liberdade”. Mais uma vez invoca as palavras do Papa Paulo VI ao qual agradece e diz “(...) Ainda que o Estado e a Igreja sejam independentes, cada qual na sua esfera só poderá ser frutuosa uma colaboração confiante entre as duas instituições para o benefício do povo que deste modo desenvolverá suas melhores capacidades”.⁹³

Vemos nessa primeira intervenção como Bispo de Lisboa, quase como uma demarcação daquilo que ele entendia ser as condições necessárias para que as relações entre o Estado e a Igreja fossem frutíferas.

O próprio antecessor de Dom António Ribeiro, no seu discurso de passagem de testemunho ao novo Patriarca, resumia aquilo que no seu entendimento iria definir a ação pastoral do novo Bispo. “O meu sucessor é presente e futuro; traz consigo o mundo novo que o concílio está criando.»⁹⁴

A liderança eclesial do Cardeal Ribeiro ocorre num período particularmente difícil em que o país atravessava. É um período de mudanças significativas quer no campo político-social e económico como também eclesial, com dinâmicas próprias no mundo católico com orientações saídas do Concílio Ecuménico II do Vaticano em que a Igreja Católica portuguesa encontrava-se numa fase de redefinição. Se por um lado no âmbito interno a Igreja tinha legitimado a grosso modo o regime salazarista e a sua política colonial e ultramarina como apelidava Marcelo Caetano, contrariamente, em Roma, o Papa João XXIII no início da década de sessenta tinha dado o mote, ao convocar o Concílio sob o signo de *aggiornamento*, e com as suas encíclicas apelavam a abertura do catolicismo à aspirações de modernidade e da democracia. E

⁹³ Cf. *Arquivos RTP*, António Ribeiro, Entrada Solene de Dom António Ribeiro como Patriarca de Lisboa, Discurso da sua Tomada de Posse, 21 de Novembro de 1971.

⁹⁴ Cf. José António Santos e Ricardo de Saavedra, *D. António Ribeiro Patriarca de Lisboa*, Prefácio de Manuel Clemente, Edição Revista e Aumentada, 1ª Edição Editorial Notícias, Lisboa, 1996, Lisboa, Paulinas Editora, 2021, p.22-36

é a partir deste ambiente conciliar de Roma que emergiu a figura do novo Patriarca de Lisboa.

Foi logo no início do seu múnus pastoral, que ele definiu em traços gerais aquilo que ficou conhecido como o programa do seu pontificado. Ele procurou uma posição de isenção em relação ao regime liderado por Marcelo Caetano e que na sua perspetiva a Igreja não poderia nem deveria estar sujeita a nenhum poder temporal, reivindicando apenas a sua “liberdade necessária para o exercício da sua missão.” Dom António Ribeiro defendeu uma cooperação institucional entre as duas instâncias como condição primordial para as relações Igreja-Estado e sem nenhum “enfudamento” de um poder face ao outro.

O Patriarca de Lisboa foi, na perspetiva de Paula Borges Santos, “*o arauto da transição eclesial para uma Igreja sintonizada com as orientações conciliares e aberta à democratização da sociedade amplificando o que em alguns media se evocou sobre o Patriarca por ocasião do seu falecimento.*”⁹⁵

Na sua carta de princípios publicada pela Conferência Episcopal Portuguesa em 4 de Maio de 1973, por ocasião do décimo aniversário da Encíclica do Papa João XXIII, *Pacem in Terris*, Dom António Ribeiro proclamava assim palavras com prenúncios de aspirações democráticas num país que vivia os anos mais duros da ditadura sob a égide de Marcelo Caetano. «*Salvaguardando o bem comum, a Igreja reconhece e defende o pluralismo de opções políticas. Elas são a consequência necessária das solidariedades económicas, sociais e culturais em que as pessoas se movem, e resultam ainda dos diferentes prismas de relação das realidades de vida com os critérios evangélicos. (...) É no pluralismo que os homens crescem para a Verdade (...). Nenhum povo sobreviverá a longo prazo, se não proceder ao reconhecimento efetivo do pluralismo legítimo. Isto é, do valor real da personalidade própria de cada homem, assegurando-lhe a participação nas responsabilidades do conjunto social.*»⁹⁶

Nesse mesmo documento o Patriarca escrevia: «*Um dos fatores de maior significado, na existência real do pluralismo político, é o que se refere aos meios de comunicação social. O seu papel é decisivo na formação e informação da opinião pública. Numa constante procura da verdade objetiva e na justa avaliação das responsabilidades sociais e morais que lhes cabem, devem refletir o reconhecimento da liberdade de expressão das opiniões legítimas dos*

⁹⁵ Cf. Paula Borges Santos, *Dom António Ribeiro*, Coleção TimeLine – Biografias Intemporais, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, p.22-23.

⁹⁶ Cf. José António Santos e Ricardo de Saavedra, *D. António Ribeiro Patriarca de Lisboa*, Prefácio de Manuel Clemente, Edição Revista e Aumentada, 1ª Edição Editorial Noticias, Lisboa, 1996, Lisboa, Paulinas Editora, 2021, p.40-41.

indivíduos e dos grupos.”⁹⁷

Nestes dois excertos vemos de forma explícita as opções que o novo Bispo de Lisboa tomou em relação ao regime e na sua determinação na defesa dos valores sociais, tão relevantes e valorizados pela Doutrina Social da Igreja. Em sintonia e total obediência ao Papa, o Patriarca escreve uma Carta Pastoral a 4 de Maio de 1973, e subscrita pelo conjunto do Episcopado português. Precisamente uma década antes, o Papa João XXIII publicara a encíclica *Pacem in Terris*, de tanta relevância para a temática sociopolítica e o incremento dos direitos humanos. O Episcopado português não deixou passar a oportunidade, acabando por apresentar o quadro geral do que era preciso melhorar ou corrigir, num âmbito em que Portugal se inscrevia.

O Patriarca diz... «Ao olhar para o mundo contemporâneo, no qual a Igreja se encontra e age, não pode ela permanecer indiferente perante múltiplas situações de injustiça que impedem o correto desenvolvimento dos homens, tais como: a condição infra-humana em que tantos vivem, diminuídos por graves carências alimentares, habitacionais, sanitárias, de emprego, educacionais e culturais; a existência de limitações, não raro injustificadas, ao pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais das pessoas e dos grupos; o agravamento de numerosas formas de alienação, de medo e de mentira; a expansão de uma economia que não está ao serviço de todos e cujo móbil primário é o lucro; a difusão de motivações que induzem a satisfazer necessidades não verdadeiramente sentidas nem conducentes à genuína realização humana; a oferta e aceitação de condições de trabalho despersonalizantes, nas quais o homem é equiparado à máquina, com prejuízo da sua capacidade criadora; a implantação de estruturas urbanas em que faltam condições dignas de alojamento, de acesso aos locais de trabalho e aos equipamentos coletivos; o alastramento de formas de marginalidade, algumas criminosas e imorais; e a crescente insatisfação da juventude que não encontra padrões de vida ajustados às suas reais necessidades. [...] Não tem a Igreja, enquanto comunidade religiosa e hierarquicamente organizada, competência para oferecer soluções concretas aos problemas que hoje se põem no domínio económico, social, cultural e político. Mas “os membros da Igreja, enquanto membros da sociedade civil, têm o direito e o dever de procurar o bem comum, com os demais cidadãos.”⁹⁸

⁹⁷ Idem, Op. Cit, p. 41-42

⁹⁸ Cf. Conferência de Manuel Clemente, *Sobre “Igreja e 25 de Abril”*, (CEP, Carta Pastoral no décimo aniversário da “*Pacem in Terris*”, 4 de Maio de 1973, (Notas para uma Intervenção nos dias 22, 23, 24 de Abril de 2014.

Ainda a propósito da carta pastoral por ocasião do décimo Aniversário da Encíclica *Pacem in Terris*, Dom António Ribeiro afirmava: «A possibilidade dos indivíduos se associarem em grupos de expressão de opinião e de prática política é consequência lógica do princípio pluralista e constitui um direito essencial, cuja observância nem sempre é fácil, dada a imaturidade política de muitos cidadãos. Mas a grande empresa do político ...] “está em promover a maturidade política ...], conduzindo] o povo, sem precipitações suicidas, mas com honrada e contínua vontade evolutiva, ao grau de plena maturidade política».⁹⁹

Esta carta, pelas questões que abordou, certamente trouxe algum desagrado junto do poder político, o que contribuiu para um mau estar nas relações entre a Igreja e o Estado.¹⁰⁰

Na conclusão da sua mensagem de Natal dirigida à Nação no ano de 1974, a seguir a revolução de Abril, o Patriarca faz um apelo à reconciliação que no seu entender o país muito precisava. “É hora da reconciliação, da concórdia, do empenhamento sério e eficaz, na força coletiva e na construção dum país renovado. Esta é a hora providencial de emendar o que estava errado, de corrigir os desvios da missão de um povo, de lançar os alicerces de uma nova organização social onde reinam a verdade, a justiça, a fraternidade, a solidariedade, o amor e a paz. Firmar um regime verdadeiramente democrático em que os reais interesses coletivos prevalecem sobre os egoísmos individuais e sobre o exclusivismo monopolista das fações partidárias. A sociedade existe para o Homem e não o Homem para a sociedade. E conclui com o desejo de um ano de reconciliação, de renovação, de progresso, de prosperidade e de paz”.¹⁰¹

Em síntese diríamos que, o período em que o Cardeal Ribeiro exerceu a sua liderança, como Patriarca de Lisboa (1971-1998), marcado por grandes alterações internas e externas à Igreja Católica e que se inscreve numa das fase mais decisivas e dinâmicas de renovação conciliar, soube com muita sabedoria e prudência conduzir os destinos da Igreja com o seu estilo próprio, no antes e no após a revolução de Abril de 1974. Essa liderança demarcou e distanciou a Igreja Católica do poder político em Portugal procurando marcar diferenças em relação ao

⁹⁹ Cf. António Ribeiro, (CEP, *Carta Pastoral no décimo aniversário da “Pacem in Terris”*), 4 de Maio de 1973. Op. Cit.

¹⁰⁰ Cf. Pedro Silva Rei, *Liderança Religiosa em Portugal entre a Ditadura e a Democracia*, Dom António Ribeiro, um Patriarca em Tempos de Rutura, *Revista de História das Ideias* Vol.36, 2ª Série, (2018), p. 221-243.

¹⁰¹ Cf. António Ribeiro, *Arquivos RTP*, Mensagem de Natal do Ano de 1974, “ Saudação e Mensagem para o Natal” de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa Dom António Ribeiro, 24 de Dezembro de 1974.

seu antecessor, que tinha sido acusado pelos opositores do regime como sendo o responsável da Igreja Católica que mais contribuiu para que esta fosse apontada como a principal base de apoio do próprio regime até então. O Cardeal Ribeiro pautou o seu relacionamento com o Estado numa base de respeito mútuo, sem se deixar “enfeudar-se” a nenhum poder temporal e sobretudo defendendo sempre aquilo que ele chamava a “legítima liberdade da Igreja para o pleno exercício da sua missão”.

Capítulo VI- Marcelo Caetano e a Igreja Católica

Neste capítulo analisamos as relações da nova liderança do regime do Estado Novo a partir de 1968, não só a com a Igreja Católica em Portugal, mas também com a Santa Sé.

Marcelo Caetano sucede a Oliveira Salazar a 27 de Setembro 1968, e o país viveu a expectativa daquilo que ficou conhecido na historiografia como a primavera marcelista. O novo Presidente do Conselho foi acolhido com uma enorme vontade de mudança sobretudo pela ala mais progressista do regime, mas que não se concretizou esse desejo nem a médio, nem a longo prazo.

Formado em direito, ainda jovem colaborou na redação da constituição do Estado Novo, sufragada em 1933. Esteve ligado ao ensino do direito ao longo de várias décadas e começou a sua carreira política nos anos quarenta na liderança da Mocidade Portuguesa.

Apontado como um dos possíveis sucessores de Oliveira Salazar, assume a Presidência do Conselho de Ministros nos finais da década de sessenta por incapacidade física do seu antecessor. A sua nomeação, em 1968, abre grandes expectativas entre as correntes mais progressistas da União Nacional, partido único no país, mas rapidamente essas expectativas foram frustradas, e Marcelo Caetano vê-se cada vez mais sozinho e abandonado tanto pela chamada linha dura como pelos progressistas do regime.

Por mais de cinco anos numa difícil governação, em 1974, Caetano resiste à uma tentativa de golpe que tem lugar a 16 de Março do mesmo ano. Mas, o mesmo não aconteceria passado pouco mais de um mês, e a 25 de Abril de 1974, foi isolado e preso no quartel do Carmo, rendendo-se e entregando o poder ao General António Spínola. Seguidamente, e na continuidade dos acontecimentos, Caetano foi exilado para o Brasil onde viria a falecer em 1980.¹⁰²

Ao assumir a liderança do governo a partir de 1968, o novo líder do regime apostou em manter um relacionamento baseado na harmonia com a hierarquia da Igreja Católica, quer ao nível interno como externamente. Os problemas suscitados a volta do Bispo do Porto no exílio estavam ainda por resolver. O crescente paradigma de oposição no seio do catolicismo passaria para uma fase de bipolarização política, enquanto outros setores católicos embora críticos do

¹⁰² Cf. José Manuel Tavares Castilho, *Uma Biografia Política de Marcelo Caetano*, com Prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa, Coimbra, Edições, Almedina, 2012.

regime, identificavam-se com as propostas de liberalização política protagonizadas pelo governo de Marcelo Caetano.

Algumas políticas foram levadas à cabo como a lei da liberdade religiosa ou a própria revisão constitucional de 1971, onde exemplificam bem o anseio do regime em contar com um significativo número de católicos. O novo chefe do governo dava assim o mote às suas políticas reformistas, que ficou conhecida como a era da chamada “renovação na continuidade”.

Por ocasião da tomada de posse do novo Presidente em 1968, o Cardeal-Patriarca de Lisboa escrevia assim à Marcelo Caetano: “*ouvi atentamente o seu discurso e estou convencido que hoje abre-se um capítulo novo na História de Portugal*”.¹⁰³

Esta observação entusiástica por parte do Cardeal mostra uma atitude acolhedora dos católicos representados pela sua máxima autoridade em Portugal.

O novo Presidente do Conselho teria a consciência de que o pilar católico da “frente nacional” em que o seu antecessor tinha apoiado as bases da instauração e conservação do regime estava nessa fase muito abalado. Seria necessário inverter a situação começando por estabelecer relações de políticas de proximidade quer com as elites católicas quer com as instâncias do Vaticano. Como veremos os atritos e os conflitos com os setores católicos progressistas e com o Papado vão manter-se sem alterações durante todos os anos do seu consulado. Pelas inúmeras correspondências que o novo Presidente do Conselho partilhou com os diversos setores da Igreja Católica em Portugal, mostra a importância que foi dada a esses setores no sentido de corresponderem ao seu apelo congregador e renovador que tanto ansiava. Todavia o que se assistiu a partir desse período seria tudo menos acalmia nas relações entre o Estado e a Igreja.

O novo chefe do governo olhava com alguma desconfiança para o posicionamento de Paulo VI e suas observações face a política ultramarina portuguesa. Na perspetiva de José Barreto, não se pode afirmar que as políticas diplomáticas do Vaticano iam no sentido de apoio aos movimentos de libertação em África, ou que quisesse desestabilizar a política interna portuguesa. Pelo contrário, defende o autor que, “*a Santa Sé sempre se absteve cuidadosamente, temendo gravosas consequências para a Igreja nacional. Já com a sucessão de Salazar consumada, em 1969, Paulo VI faria chegar sucessivas mensagens tranquilizadoras*

¹⁰³ Cf. Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, Cartas à Marcelo Caetano, *Arquivo Nacional Torre do Tombo*, AMC, *Correspondência*, “*Igrejas*”, CX. 29, N°1 – 21, 27 de Setembro de 1968.

e de encorajamento a Marcelo Caetano, que na opinião do Papa precisaria “que o deixasse tranquilo para a continuação da sua obra”, acrescentando que “era preciso poupar Portugal a tudo o que provocasse qualquer movimento de protesto ou de perturbação”. Sabendo-se ou suspeitando-se em Lisboa que um setor da Cúria Romana “hostilizava” o governo português, era precisamente na disposição favorável de Paulo VI para com Portugal que a diplomacia lusa confiava, no início do consulado de Marcelo Caetano, para neutralizar a alegada hostilidade da secretaria de Estado da Santa Sé.¹⁰⁴

As relações entre o Estado e a Igreja tinham sido muito difíceis nos últimos anos da governação do seu antecessor provocado por alguns fatores relacionados com as posições tomadas pela Igreja portuguesa e pelo Papa Paulo VI.

O caso do Bispo do Porto em exílio, as prisões e deportações para a Metrópole de elementos destacados do clero angolano acusados de serem aliados dos movimentos independentistas, o grave conflito diplomático provocado em Lisboa pela participação de Paulo VI no Congresso Eucarístico Internacional em Bombaim em 1964, fato que foi visto pelo governo como um reconhecimento por parte da Santa Sé da anexação de Goa, constituíram razões de desconfianças de ambas as partes. Paralelamente a todos esses acontecimentos, convém destacar os conflitos latentes entre o conhecido Bispo da Beira Dom Sebastião Soares de Resende com as autoridades de Moçambique e também com as da Metrópole pelas suas posições face as políticas do Estado Novo no Ultramar. A renitência do Governo de Lisboa nas nomeações dos bispos para as colónias, as pressões exercidas sobre a Santa Sé pelos bispos e pelas conferências episcopais do Ultramar, bem como os posicionamentos dos vários movimentos católicos fizeram com que o relacionamento diplomático entre as duas instâncias conhecesse ruturas significativas tendo como pano de fundo das divergências, a problemática das colónias e da guerra. Apesar de todos esses constrangimentos e desentendimentos diplomáticos Paulo VI visitaria Portugal concretamente ao Santuário de Fátima em 1967, considerado um acontecimento em contraciclo.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Cf. José Barreto, *O Marcelismo, a Igreja e os Católicos*, Versão Corrigida do texto publicado em F. Rosas e P. A. Oliveira, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp.137-170.

Cf. Eduardo Brazão, *Cartas do Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, à Marcelo Caetano*, *Arquivo Nacional Torre do Tombo*, AMC, *Correspondência*, “Igrejas”, CX.29, Nº1, 14 de Agosto de 1970. Idem, *Cartas do Embaixador no Vaticano*, Eduardo Brazão a Marcelo Caetano, 30 de Abril e 6 de Junho de 1969, In J. Freire Antunes, 1º vol. P.242-243.

¹⁰⁵ João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, Op. Cit, pp. 170-177.

As políticas levadas a cabo pela liderança de Caetano teriam em conta todos esses constrangimentos e por esta razão tentou pelo menos no início do seu consulado contar com o apoio de notáveis católicos, alguns conotados como liberais. Contudo, esses católicos como já vimos acabariam por se desencantar com as políticas liberalizantes do novo chefe do governo afastando-se do regime. Algumas dessas personalidades viriam a desempenhar papéis de relevo no sistema político somente após o 25 de Abril de 1974.

Uma das políticas que mereceu atenção do governo liderado por Caetano em matéria religiosa seria a lei de liberdade religiosa negociada com as autoridades eclesiásticas em finais de 1970, o que gerou muitos contatos com o então Cardeal-Patriarca de Lisboa, envolto também em muitas controvérsias. Um outro dossier relevante por resolver prendia-se com o regresso de Dom António Ferreira Gomes, Bispo do Porto à sua Diocese após 10 anos de exílio no estrangeiro e que mereceu atenção política e diplomática por parte do novo governo. Pela correspondência trocada entre o líder do regime e o prelado do Porto percebe-se como inicialmente houve uma aproximação de posições e alguma simpatia entre ambos. Numa dessas correspondências entre os dois responsáveis, Marcelo Caetano escrevia em Junho de 1969 ao Bispo dizendo: *“Recebi a carta que Vossa Excelência Reverendíssima de 29 de Maio que li com toda a atenção devida. O meu desejo era de que o regresso de Vossa Excelência reverendíssima pudesse efetuar através do Santuário de Fátima, como deseja, e quando quiser. Peço, porém, que não se dirija ao Porto enquanto a Santa Sé não resolver a situação do Administrador Apostólico.”*

A 14 de Junho de 1969, o Presidente voltaria a escrever o Bispo em que dizia *“(…) Como não foi possível até agora o desejado entendimento com a Santa Sé sobre o assunto, resolvi, já há dias, comunicar à Vossa Excelência Reverendíssima não ver inconveniente em que viesse para Fátima, como desejava, até estarem resolvidos por quem de direito os problemas eclesiásticos.”*

Em resposta o prelado dizia ao Presidente, *Recebida a carta de Vossa Excelência, em conformidade com o pensamento que sempre mantive de evitar quanto possível a publicidade e possíveis especulações, pus-me a caminho de Portugal, evitando apresentar-me naquele posto de fronteira para onde se voltaram as atenções. Entrei, pois, pela fronteira do Caia em Elvas, sendo tratado pelos serviços fronteiriços com toda a naturalidade e correção, e de aí vim diretamente para Fátima, tomando residência transitoriamente nesta casa das Irmãs Dominicanas.”*

Pelo diálogo que encontramos nestas correspondências percebemos que há uma vontade por parte do poder político no regresso do Bispo, mas as diligências diplomáticas junto das instâncias da Santa Sé, mostra como as relações entre a Igreja e o Estado não estavam a atravessar os melhores momentos.

Dom António escreveria ao Presidente do Conselho em 23 de Julho de 1969, agradecendo-lhe pela carta recebida, e dizia: *“Sinto vivamente que Vossa Excelência só pelos jornais tenha sabido da revogação da Administração Apostólica e consequentemente da minha entrada no exercício da jurisdição ordinária. Tudo farei por mim e procurarei com os diocesanos e todos os meus amigos, quer pessoais quer de princípios, me ajudem a restabelecer um clima de calma, diálogo, respeito mútuo e normalidade nesta nossa Igreja do Porto.”*¹⁰⁶

Por essa ocasião o Bispo já se encontrava de regresso à sua Diocese e em pleno exercício das suas funções, agradece ao Marcelo Caetano pelos esforços que este dedicou ao seu caso e pelos desejos formulados notamos vontade de uma paz anunciada. Mas, ao longo de todo o seu episcopado, Dom António seria uma voz incómoda perante o poder político, mas também uma oposição para o próprio episcopado português.

No seguimento das suas políticas liberalizadoras, Caetano anunciava no seu programa televisivo *“Conversa em Família”*, em finais de 1970, os traços gerais da proposta de lei sobre a liberdade religiosa enviada à Câmara Corporativa, em que dizia: *“Um caso muito diferente que vejo estar a causar apreensões em muitas consciências é o da iniciativa tomada pelo governo de enviar para estudo da Câmara Corporativa o Projeto de Proposta de Lei acerca da liberdade religiosa. Reparem mais uma vez em como se caminha com cautela. O governo enviou à Câmara Corporativa onde aliás a Igreja Católica está representada um simples projeto de proposta (...)”*.¹⁰⁷

Pelo tom e pela forma do discurso do Presidente do Conselho nota-se a sua preocupação em comunicar a decisão e explicar a medida tomada pelo governo que certamente trouxe algum desconforto perante as autoridades eclesásticas.

Pelas inúmeras correspondências trocadas pelos dois responsáveis percebe-se da pertinência do tema e pelos problemas suscitados. Em carta enviada à Marcelo Caetano pelo

¹⁰⁶ Cf. Dom António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, Cartas, à Marcelo Caetano, *Arquivo Nacional Torre do Tombo*, AMC, *Correspondência*, “Igrejas”, CX.29, N°s 1-12, 12 de Junho de 1969.

¹⁰⁷ Cf. Arquivos RTP, “*Conversa em Família*”, Programa de Reflexões de Marcelo Caetano, Presidente do Conselho, sobre a Importância dos Órgãos de Comunicação Social, a Execução de Reformas pelo Governo e a Liberdade Religiosa, 16 de Novembro de 1970.

então Cardeal Cerejeira em que este dizia “(...) *De novo agradeço a V. Ex^a. a atenção, que muito apreciei, de me ter enviado o texto da Proposta de Lei que lhe diz respeito. Tomei o facto como distinção particular: e, nesta conformidade, estudei-o, logo que me foi possível, com o interesse que V. Ex^a. calcula, valendo-me do conselho dum ilustre canonista, o P. António Leite, da Companhia de Jesus.*

Não deixei, porém, de informar discretamente o Episcopado da doutrina do texto e da resposta que a respeito dele dera a V. Ex^a. Devo acrescentar que, não constando da agenda o assunto, e não estando publicada a Proposta de Lei, portanto ainda sujeita a alterações, o Episcopado não entrou no exame minucioso do documento. Ficou porém seriamente apreensivo pelo impacto que a divulgação da Proposta de Lei, e sobretudo a sua discussão na Assembleia Nacional, necessariamente virão a causar na opinião pública.”¹⁰⁸

O Cardeal apresenta as suas preocupações em relação a proposta de lei e pelo seu impacto na Igreja e na sociedade, sublinhando a importância do ensino da religião e moral nas escolas públicas. O Cardeal afirma que a sua resposta ao texto não havia contradição, admitindo porém que o mesmo poderia ser melhorado. Os artigos 45º e 46º foram os que mais suscitaram pontos de discordâncias entre as instâncias da Igreja e do Estado. O Artigo 45º dizia: “ *O Estado assegura a liberdade de culto e de organização das confissões religiosas cujas doutrinas não contrariem os princípios fundamentais da ordem constitucional nem atentem contra a ordem social e os bons costumes e desde que os cultos praticados respeitem a vida, a integridade física e a dignidade das pessoas.*”

O Artigo 46º, afirmava que “*A religião católica, apostólica romana é reconhecida como religião tradicional da Nação portuguesa. A Igreja Católica goza de personalidade jurídica. O regime das relações do Estado com as confissões religiosas é o de separação, sem prejuízo da existência de concordatas ou acordos com a Santa Sé. E acrescentava o mesmo artigo: As missões católicas portuguesas do Ultramar e os estabelecimentos de formação do seu pessoal serão protegidos e auxiliados pelo Estado como instituições de ensino e de assistência e instrumentos de civilização.*”

Marcelo Caetano respondia ao Cardeal dizendo que o caso não teria seguido o melhor processo de ajustes de pontos de vista da Igreja e do Estado. Os contatos pessoais teriam tido a seu ver, melhores resultados do que às declarações tornadas públicas de forma imprudente

¹⁰⁸ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, *Correspondência, “Igrejas”*, AMC, Cx. 29, Nº 22-40, 30 de Outubro de 1970.

por parte da imprensa católica, neste caso o Jornal “*Novidades*”. Declara que por sua vontade não tocaria em mais nada que pudesse bulir nas relações do Estado e a Igreja. Na perspectiva de Caetano seria necessário alterar a redação dos artigos acima referidos.¹⁰⁹

E apresenta razões para essas alterações dizendo: “*Dentro do conceito de Nação pluricontinental e plurirracial, não convinha excluir espiritualmente do agregado nacional as massas de população africanas e asiáticas que não professam a religião católica, Esses portugueses, porém não tem que se escandalizar por se reconhecer o caráter da religião tradicional da Nação, ligada portanto à formação histórica e à expansão de Portugal, à fé católica.* E conclui Caetano:

“*Eis, Senhor Cardeal, as razões que ditaram a redação que vai ser proposta pelo Governo, depois de cuidadoso exame e de larga consulta em que procedi sempre com o espírito mais aberto, acentuando que não se trata de obra minha e sim do trabalho coletivo onde se procura atualizar e aperfeiçoar o texto constitucional.*”

Nas várias tentativas de entendimento em torno da liberdade religiosa ou de outros temas caros ao catolicismo, assistimos momentos de aproximação ou de distanciamento conforme as posições, ora do poder político ora das autoridades eclesiásticas. Cessando funções por limite de idade em 1971, o antigo Patriarca Cerejeira foi sucedido pelo então Bispo auxiliar de Lisboa, Dom António Ribeiro que era visto com preocupação por parte do regime e com enorme expectativa pelo clero. Dom António Ribeiro seria o impulsionador do processo do aggiornamento anunciado pelo Concílio Vaticano II e pelos documentos pontifícios em Portugal que iria conduzir os destinos da Igreja a partir de então. As orientações pastorais que ele introduz no patriarcado, ficariam plasmadas na Carta Pastoral no Décimo Aniversário da Encíclica *Pacem in Terris* de João XXIII, onde ele considerava o papel da Igreja na transformação das sociedades sublinhando os direitos fundamentais do homem como o da liberdade. Esta carta pastoral do novo Patriarca e assinada pela Conferência Episcopal inaugurava uma nova era na vida da Igreja e pela primeira vez vemos uma Igreja a tomar atitudes de distanciamento de forma oficial face ao regime liderado por Marcelo Caetano. Desnecessário dizer que as posições tomadas pela nova liderança da Igreja não foram toleradas pelo poder político o que geraria novos conflitos entre as duas instâncias de poder. A

¹⁰⁹ Cf. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Resposta do Presidente do Conselho, Marcelo Caetano ao Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, *Correspondência*, “*Igrejas*”, AMC, Cx. 29, Nº 22-40, 19 de Outubro de 1970.

problemática em torno da guerra no Ultramar e os acontecimentos da Capela do Rato exemplificam bem o estado em que se encontravam essas relações.

Capítulo VII - A Questão Social

Neste capítulo analisaremos a problemática social no período em causa, os conflitos e as tensões que funcionaram como fator desagregador do regime do Estado Novo nos seus anos finais, bem assim a forma como as autoridades eclesásticas se relacionaram com esses fatos. As preocupações sociais sempre constituíram prioridades para o catolicismo, e desde as Encíclicas (*Rerum Novarum*) do Papa Leão XIII de 1891, passando pela Encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, publicada em 1961, sobre a questão social, ou a *Pacem in Terris* do mesmo Papa de 1963, a Igreja Católica vinha-se destacando nas suas intervenções e doutrinas sobre os problemas sociais, e sobre a paz, dando um maior relevo a Doutrina Social da Igreja.¹¹⁰

Em Portugal, a doutrina social católica encontrava-se muito pouco difundida. E foi precisamente o contributo de jovens sacerdotes formados pela Universidade de Lovaina, que regressando ao país seriam os responsáveis pelo impulsionamento dos setores católicos na formação de uma consciência crítica face aos acontecimentos em que as questões sociais ganhavam relevância. Quer o Concílio Vaticano II (1962-1965), quer as Encíclicas papais tiveram um impacto significativo nas sociedades e na Igreja Universal, onde Portugal não fugiu à regra nesse processo. Contudo, esses movimentos de cariz internacional contrastavam com o imobilismo do Estado e da Igreja portuguesas, onde já se encontravam em marcha movimentos de contestação no seio do catolicismo protagonizados quer por leigos que viram o seu papel eclesial reforçado pela ação conciliar, como também por alguns poucos elementos destacados do clero.

Como afirma João Almeida, “a oposição católica é um movimento formado essencialmente por leigos que intervém na vida pública sem o aval do episcopado português. Progressivamente vão tomando consciência das razões que os identificam, que os legitimam, que os colocam em confronto com a «Situação» sem se cristalizarem num partido, numa organização formal. Os católicos portugueses que dizem não à ditadura portuguesa seguem com crescente interesse as intervenções do Papa João XXIII, interpelam os bispos portugueses,

¹¹⁰ Cf. Paulo F. de Oliveira Fontes, Doutrina Social da Igreja, In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, Vol. I, A-C, Círculo de Leitores, C.E.H.R, da Universidade Católica Portuguesa, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, 2000, pp.310-323.

e têm em Dom António Ferreira Gomes uma referência.”¹¹¹

Com a nova liderança política sob a égide de Marcelo Caetano a problemática social não foi resolvida, pelo contrário, a situação social no país tornou-se muito mais difícil, e o conflito nas designadas províncias ultramarinas tiveram um papel devastador. Esses fatos viriam revelar-se terrenos propícios ao desenvolvimento de movimentos de contestação social na sociedade portuguesa, onde os setores católicos, impulsionados pelos “ventos conciliares que sopravam a partir de Roma”, tiveram uma intervenção de relevo. A Conferência Episcopal de Angola, pela voz do Arcebispo de Luanda, Dom Manuel Nunes Gabriel, escreveria ao Presidente do Conselho Marcelo Caetano, dando conta da situação social que se vivia na então colónia portuguesa, e a certa altura dizia, “ *Como mais de uma vez o temos afirmado em documentos oficiais, não pretendemos intrometer-nos na vida política, no sentido em que este termo é geralmente tomado, mas temos procurado pregar sempre, num clima de ordem, de disciplina social e de respeito pela autoridade, a verdadeira doutrina social da Igreja e denunciar os erros e abusos que porventura se vão espalhando ou que se enquistaram na nossa sociedade, por os considerarmos um perigoso corrosivo da comunidade que pretendemos sempre mais humana, mais justa e mais cristã.*”¹¹²

Através das palavras descritas pelo arcebispo percebe-se a preocupação das autoridades eclesiásticas em se justificarem as suas ações junto do poder político de que as suas posições não eram políticas mas somente ações que visavam a defesa da doutrina social católica. Vemos uma Igreja local preocupada na defesa das suas populações e em plena sintonia com as doutrinas emanadas pelo Concílio.

José Barreto sublinha que a *Encíclica Pacem in Terris*, de 11 de Abril de 1963, “*testamento pastoral*” de João XXIII e nova magna carta católica sobre os direitos do homem e dos povos, continha nas suas entrelinhas, para quem quisesse ver, uma condenação da situação dos direitos do homem e das liberdades públicas sob o regime português, na Metrópole como no Ultramar. Dez dias depois, falando em Lisboa perante cinquenta mil jovens (Encontro Nacional da Juventude), o Cardeal Cerejeira referiu-se à *Encíclica* apenas de raspão, protocolarmente, tal como já fizera em 1961 com a *Encíclica Mater et Magistra* sobre a

¹¹¹ Cf. João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo*, (1958-1974), Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, p.47

¹¹² Cf. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Carta do Arcebispo de Luanda, Dom Manuel Nunes Gabriel, ao Presidente do Conselho Marcelo Caetano, *Correspondência*, “*Igrejas*”, AMC, Cx. 29, Nº 1 -5, 05 de Abril de 1974.

questão social, contornando assim mais uma ocasião de expor os inovadores ensinamentos pontifícios, como se eles não contivessem novidade, não dissessem respeito a Portugal ou encerrassem doutrina irritante para a ordem social e política vigente.”¹¹³

É curioso notar que pela intervenção do referido Cardeal como aponta o autor, percebe-se que o catolicismo caminhava à duas velocidades: se por um lado vemos um Vaticano a propor o *aggiornamento* da Igreja em que o Concílio e as doutrinas emanadas pelos próprios papas conciliares apontavam um novo rumo para sociedades à escala mundial, por outro vemos uma Igreja em Portugal muito próxima do regime e conotada como seu pilar de sustentação, e preocupada com a sua “missão civilizadora no Ultramar”.

Um alto dirigente da PIDE escreveria Marcelo Caetano em Dezembro de 1968 a partir de Lourenço Marques (Atual Maputo), dando conta da situação política que se vivia naquela então colónia e as posições que a Igreja Católica local vinha tomando.¹¹⁴

De Moçambique também chegavam vozes discordantes em relação a política do governo de Marcelo Caetano, e uma delas seria a do então Bispo da Beira, Dom Sebastião Soares de Resende que através dos meios de comunicação locais e sobretudo o *Diário de Moçambique e da Rádio PAX*, denunciava a situação do indigenato e os abusos da administração colonial, apelando à consciência dos cristãos para que prestassem maior atenção aos deveres de justiça e de caridade para com os povos indígenas. A abertura do Liceu da Beira em concorrência direta com o ensino da Igreja naquela cidade e com a crescente reivindicação da autonomia universitária, partilhada pelas organizações estudantis e também pelas organizações católicas motivaram novos atritos entre o regime a Igreja Católica em Portugal e também com a Igreja local.¹¹⁵

A problemática social foi também a preocupação de um outro bispo desta vez o de Nampula que viria a ser expulso em 1974, e na causa da sua expulsão estava a divulgação de um documento elaborado por 94 missionários Combonianos da Diocese de Nampula, o qual mereceu a aprovação e assinatura do bispo Dom Manuel Vieira Pinto. O referido Documento intitulado “Imperativo de Consciência”. Esse documento foi considerado uma interpelação e ao

¹¹³ Cf. José Barreto, *O Marcelismo, a Igreja e os Católicos*, Versão Corrigida do texto publicado em F. Rosas e P. A. Oliveira, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp.137-170.

¹¹⁴ Cf. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, AMC*, Polícia Internacional e de Defesa do Estado, *Correspondência*, CX. 45, Nº1, 12 de Dezembro de 1968.

¹¹⁵ Cf. Dom Sebastião Soares de Resende, *Bispo da Beira. Profeta em Moçambique*, Lisboa, Difel, 1994.

mesmo tempo uma resposta corajosa aos graves problemas do povo e da Igreja em Moçambique.¹¹⁶

Como se constatou os problemas sociais suscitados pelas políticas levadas a cabo pelo governo resultaram fraturas significativas quer na Metrópole como também nos territórios ultramarinos. Essas fraturas estão presentes também no interior do catolicismo onde essas vozes discordantes se levantam mesmo a revelia duma parte substancial da hierarquia que continuava conivente com o regime e mais afastados das posições de Paulo VI.

Duncan Simpsom defende que “*o Concílio do Vaticano II (elemento central do processo de aggiornamento) foi um acontecimento desgraçado para o episcopado português. As sessões expuseram cruamente o atraso do catolicismo português no âmbito da reflexão teológica e da prática eclesiológica. Quer fosse no domínio social, patrístico, litúrgico ou bíblico, o catolicismo português não deu «qualquer contribuição notável» para a preparação do concílio.*”¹¹⁷

Também um dos autores do corporativismo em Portugal, Manuel de Lucena, na sua obra “*A Evolução do Sistema Corporativo Português, Vol. II, O Marcelismo*”, realça a formação do regime do Estado Novo na sua componente corporativa e a sua evolução. Ele descreve as alterações decorridas no interior do regime e nomeadamente do sistema corporativo, sobretudo no período em que Marcelo Caetano esteve na liderança do Governo.

O autor parte da análise das instituições e concretamente da revisão constitucional de 1971, no seu ímpeto reformista que comportava três aspetos: modernização, liberalização e integração. Defende que o Estado é de carácter fascista, privilegia a sua estrutura e revela a sua função. Há um Estado forte porque não há nenhuma classe ou fração de classes capaz de homogeneizar toda a sociedade. O Estado é apresentado como mediano e não um árbitro imparcial. E não se subordinou a nenhum interesse particular. Neste sentido, a ausência da iniciativa privada fez com que o Estado em Portugal fosse o arquiteto do sistema capitalista do país. Enquanto Salazar esteve à frente do Governo, defendeu que o exercício das liberdades tinha como objetivo a consolidação da ordem e não o contrário. Na sua perspetiva o que diferenciou o marcelismo do salazarismo foi a ideia de «liberalização» como um pluralismo

¹¹⁶ Cf. Pedro Ramos Brandão, A Expulsão do Bispo de Nampula, *In História*, Ano XXV, (III Série), Nº63, Lisboa, Publicações e Conteúdos Multimédia, Lda, 2004, 46-51.

¹¹⁷ Cf. Duncan Simpson, As Dinâmicas Internas Antagónicas do Movimento Católico português: o Impacto do Concílio Vaticano II, *In A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70, 2014, pp, 218-230.

domesticado.¹¹⁸

A problemática social é também objeto de análise de Paula Borges Santos que sublinha, “o processo de adaptação pós-conciliar foi assumido pelas autoridades eclesiais de Portugal a começar pelo Cardeal Patriarca, mais em termos do dever de colaboração com a autoridade papal do que uma profunda identificação com as diretrizes conciliares.”¹¹⁹

Uma voz em total sintonia com as diretrizes conciliares e com o processo de aggiornamento seria o sucessor do Cardeal Cerejeira, Dom António Ribeiro, que, ao assumir a liderança do Patriarcado de Lisboa em 1971, conduziria a Igreja portuguesa para novos tempos de mudança. Na perspetiva de Paulo Mendes Pinto e Fernando Catarino, o sucessor de Cerejeira seria o responsável duma mudança total de um novo paradigma de entender o catolicismo em Portugal a partir de 1971, nunca visto. Observam os autores: “Não será errado dizer que havia, apesar das diferenças, mínimos denominadores comuns entre os cristãos católicos portugueses. Esses denominadores estavam, grosso modo, reunidos na reinterpretação que regularmente a Igreja Católica faz da *Rerum Novarum*, de 1891, que em 1961 voltará a ter novo documento interpretador (João XXIII). Nos denominadores conseguidos, não só nessa visão social, como também no Concílio Vaticano II, António Ribeiro vai dar início a uma verdadeira primavera ribeirista, preparando, em muito, uma aproximação aos valores que seriam inevitavelmente, os decorrentes e centrais numa mudança de regime que se adivinhava como inevitável a um médio prazo.”¹²⁰

Concluimos o capítulo dizendo que, os autores mais uma vez convergem em aspetos que achamos importantes no tocante ao apoio quase generalizado nos primórdios do regime pelos setores católicos, mas à medida que esse regime se vai consolidando, emergem atitudes de desencantos e de algum ceticismo na instauração do sistema corporativo. As aspirações das elites católicas iam ao encontro da Doutrina Social Católica, o que originou conflitos com o poder político. A ação subsequente desses setores, o conflito prolongado nos territórios ultramarinos teria o seu significado nas linhas de força que levaram mais tarde na década de

¹¹⁸ Cf. Manuel de Lucena, *Evolução do Sistema Corporativo Português I – O Salazarismo*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, 1976. Cf. Manuel de Lucena, *Evolução do Sistema Corporativo Português II – O Marcelismo*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, 1976.

¹¹⁹ Cf. Paula Borges Santos, *Igreja Estado e Sociedade 1968-1975. O caso da Rádio Renascença*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

¹²⁰ Cf. Paulo Mendes Pinto e Fernando Catarino, *Sobre as Razões da inexistência de Uma Questão Religiosa Aquando do 25 de Abril de 1974. Alguns aspetos da Ação de António Ribeiro, Cardeal-Patriarca de Lisboa*, Universidade Lusófona, 2015.

setenta à queda do regime. Se por um lado é verdade que a posição oficial da hierarquia católica manteve basicamente o apoio ao regime, em particular no início da guerra colonial, por outro também é verdade que se tornou mais visível a atitude de certos membros do clero, das elites católicas contra o sistema. Vimos oposições assumidas desde Padres e Leigos católicos, mas também por membros do próprio Episcopado, como foi o caso do Bispo do Porto e outras figuras do episcopado português que levantaram as suas vozes em total desacordo com o rumo que o regime ia impondo ao país. Todos estes conflitos sociais e políticos fizeram com que a Igreja fosse distanciando cada vez mais do regime e as relações entre as duas instituições Igreja/Estado tornaram-se muito mais difíceis. E toda a ação do pontificado do Cardeal António Ribeiro vai no sentido de um distanciamento das políticas do regime liderado por Marcelo Caetano.

Capítulo VIII- As Transições e a Descolonização

Neste último capítulo dedicaremos a nossa atenção nas transições quer políticas como eclesiais que confluíram na fase final do regime, e as problemáticas relacionadas com a descolonização no quadro das relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo. Nessa fase as relações entre as duas instâncias sofrem uma deterioração significativa não só por fatores internos à sociedade portuguesa, mas também por fatores externos, nomeadamente das dificuldades no relacionamento com o Vaticano face os problemas provocados pela guerra nos territórios ultramarinos.

Há todo um dinamismo que se verifica nessa fase de rutura, mas mostra também a forma como os católicos se posicionam perante a situação da guerra, bem como as posições do novo Patriarca de Lisboa e da sua Conferência Episcopal.

A questão colonial tornar-se-ia assim no maior problema não só do país, mas também do regime. Na esfera internacional verificam-se alterações significativas no campo político, económico e social, o que obrigou Portugal a uma viragem política no domínio interno. Ao longo da década de sessenta, assistiu-se ao agravamento da questão ultramarina, com crescentes pressões internacionais em favor da descolonização, enquanto se assistia a um progressivo isolamento diplomático de Portugal e por esta razão a uma complexificação das relações diplomáticas com a Santa Sé.¹²¹

Com a eclosão da guerra colonial em 1961 e a sua persecução até Abril de 1974 são várias as transformações que se passaram no interior do catolicismo português. Esta situação torna-se visível na emergência duma pluralidade no seio da Igreja Católica e a sua intervenção na sociedade ocorre de forma diversificada. Desde o final da década de cinquenta que o catolicismo em Portugal tinha intensificado a sua intervenção no contexto social onde as diversas sensibilidades no campo católico demonstraram reações diferentes em relação as ações do regime. As elites católicas fizeram ouvir, defendendo os seus pontos de vista, invocando sempre a Doutrina Social Católica, embora isso muitas vezes constituiu motivos de conflitos e tensões com as autoridades do regime. A guerra colonial marcaria sem dúvida uma fase aguda nas relações da Igreja Católica com o Estado. A problemática desta guerra seria assim encarada

¹²¹ Cf. Manuel Braga da Cruz, A Igreja na Transição Democrática. Problemática Religiosa no Portugal Contemporâneo, In *Lusitânia Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, Tomo VIII/IX, Lisboa, 1996/1997, pp.519-536.

como um novo fator de divisão na sociedade portuguesa, e que deixaria repercussões profundas, também no interior do próprio catolicismo. As várias sensibilidades no campo católico não deixaram de estar influenciadas por estas mesmas transformações.¹²²

A situação social e política criou um grande mal-estar nas relações entre a Igreja e o Estado e com o catolicismo português em particular. Ao longo da década de sessenta assistiu-se ao agravamento da questão ultramarina, perante a inflexibilidade da política ultramarina do governo de Lisboa na recusa em atender as crescentes reivindicações de autonomia por parte das elites africanas e de com elas dialogar. Com o levantamento armado e o alastrar da guerra colonial, Portugal ficou isolado perante a política diplomática do Vaticano e dos outros Estados ocidentais.¹²³

A rádio “*Voz do Papa*” encorajava, não só no ultramar, mas também no continente, uma série de atitudes de católicos contra o prosseguimento da guerra em África. É uma fase de viragem política e eclesial em que se extremam posições no campo católico face à política ultramarina do regime. A perspetiva dum catolicismo homogéneo e centralizado que tinha presidido à sua recomposição nos anos iniciais, nesta fase deixa de estar no centro das atenções dessas elites católicas. As pluralidades de posições com que essas mesmas elites assumem neste período estariam consubstanciadas nas atividades agendadas, como a convocação de debates com temáticas ligadas à cidadania, à liberdade e à democracia. A emergência de novas formas de manifestações e reivindicações sociais também são sinais claros que evidenciam esse novo contexto social e eclesial em Portugal.¹²⁴

Para o novo Patriarca de Lisboa a situação exigia muita prudência face aos acontecimentos. Na sequência do que aconteceu em Wiriamu, (Moçambique), na Diocese de Tete, Paula Borges Santos, afirma que “*o Cardeal teria vindo então a Roma para consultar o Papa. Esse gesto do Patriarca agravava substancialmente o seu relacionamento com Marcelo Caetano, mas pelo que atualmente é possível conhecer do desenrolar posterior dos acontecimentos, Paulo VI não terá incentivado novas ações, designadamente pela ameaça que terá existido da parte do*

¹²² Cf. José Freire Antunes, *A Guerra de África – 1961-1974, Vol.III, Inspiração do Bispo*, Maia, Edição Círculo de Leitores, 1994, pp.641-646.

¹²³ Cf. Idem, *A Guerra de África – 1961-1974, Vol.III, Orar no Rato*, Maia, Edição Círculo de Leitores, 1994, pp.647-650.

¹²⁴ Cf. *Arquivos RTP*, “*Mensagem de Natal*”, do Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom António Ribeiro, 24 de Dezembro de 1973. Cf. Conferência Episcopal Portuguesa – *Documentos Pastorais (1967-1977)*, Lisboa, União Gráfica, 1978, p. 119-123. Cf. Paula Borges Santos, Igreja Católica, Estado e Sociedade, (1968-1975): o Caso da Rádio Renascença, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.84.

Governo português de denunciar os acordos concordatários.”¹²⁵

Para a restante hierarquia católica era importante assegurar a sua autonomia de atuação face ao Estado, o qual este não deveria interferir nos assuntos internos da organização eclesiástica face a sua tarefa evangelizadora. Por outro lado, a Ação Católica constituiria uma organização centralizada que visava tornar homogênea a ação dos católicos. O seu espaço de atuação seria sem dúvida o religioso, o moral e o social, estando para tal vedadas as intervenções no campo político. O embate que a intervenção da Ação Católica teria com o regime do Estado Novo seria evidenciado por diversas vezes e particularmente em momentos de tensão. As ações de alguns católicos proeminentes, leigos, membros do Clero e do próprio episcopado tiveram um papel fundamental na forma como se posicionaram face a política liderada por Marcelo Caetano. Por outro lado, e como era de esperar a atitude do regime perante esses setores revelou-se uma enorme intolerância. A apertada vigilância da censura nos meios católicos seria uma presença constante. Sacerdotes, leigos e bispos ficaram sob os olhares dos agentes da PIDE.¹²⁶

O padre José da Felicidade Alves, Pároco de Belém, o Bispo do Porto Dom António Ferreira Gomes, já de regresso ao país após o exílio, os Bispos da Beira ou de Nampula respetivamente, exemplificam o ambiente de tensão entre as autoridades do regime e as eclesiásticas. Recorde-se que através da Concordata e do Acordo Missionário o Estado tinha reconhecido as missões católicas portuguesas como instituições de utilidade imperial e, portanto, com uma missão eminentemente civilizadora. Da aliança entre os atos de civilizar e cristianizar resultava uma autonomia organizada do catolicismo nas colónias portuguesas em África, enquanto se reafirmava que a Igreja não exercia ação política. Na Assembleia Nacional o líder do regime afirmava “(...) *O Estado vai abster-se de fazer política com a Igreja, na certeza de que a Igreja se abstém de fazer política com o Estado*”.¹²⁷

A colonização tão defendida e reafirmada pelas elites do regime estaria na génese da guerra

¹²⁵ Cf. Paula Borges Santos, *Dom António Ribeiro*, TimeLine, Biografias Intemporais, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, pp.274.

¹²⁶ Cf. Paulo Fontes, *A Ação Católica Portuguesa (1933-1974)*, E a Presença da Igreja na Sociedade na Época Contemporânea, In *Lusitânia Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Vol. VI, 2ª Série, Tomo VI, Lisboa, 1994, p.61-100.

Cf. Irene Pimentel, *História da Pide*, Lisboa, Editora Temas e Debates. 1ª edição 2011.

¹²⁷ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Intervenção do Presidente do Conselho Marcelo Caetano, na Assembleia Nacional sobre a Liberdade Religiosa, *Correspondência*, “*Igrejas*”, AMC, Cx. 29, Nº 1– 6, 23 de Julho de 1971.

colonial e no discurso oficial do regime não só não havia colónias, como nos territórios do ultramar português decorria uma missão civilizadora assente numa cristianização dissociada do paradigma colonizador perpetrado por outras potências europeias.¹²⁸

Seria desta forma que na ótica do regime se daria uma simbiose entre a portugalidade e o cristianismo a fundamentar a defesa de Portugal perante a ONU à medida que o conflito colonial prosseguia.

Nos discursos produzidos pelas autoridades eclesiásticas existem claramente uma Igreja que se congratula com os processos independentistas em África e que estaria ao lado dessas novas nações. Todavia, estas mensagens foram mal recebidas pelas elites do regime. Apesar dessa quase contradição, sabe-se que desde a formação da Ação Católica Portuguesa (ACP) toda a intervenção de carácter político estava vedada aos católicos. Quaisquer posicionamentos quanto à guerra colonial estariam sempre confrontados com essa determinante do regime.¹²⁹

Os conceitos de independência ou autonomia constituem reivindicações desajustadas no contexto da “África Portuguesa” e neste sentido a guerra colonial era encarada como uma resposta clara a uma agressão ocorrida em território nacional. Seria desta forma que o regime liderado por Marcelo Caetano, legitimaria a guerra colonial nos territórios sob domínio português. Este seria o panorama onde se articulavam as principais coordenadas dos posicionamentos das elites católicas no que se refere à situação colonial e à eclosão do conflito armado nos diferentes territórios ultramarinos. Essa guerra seria motivo de grandes contestações, os discursos dos Papas João XXIII e Paulo VI sobre a autodeterminação estariam na génese destas formas de contestação.¹³⁰

Os recursos humanos e materiais implicados nesta guerra, a situação económica e social do país, iriam alargar ainda mais as vozes discordantes face ao regime e todos estes fatores conjugados estariam na origem do seu derrube em 1974.

Esta guerra tornar-se-ia também uma questão inadiável no interior do universo católico português. Temas como a autodeterminação dos povos africanos, a autonomia e a

¹²⁸ Cf. *Conversa em Família*, Arquivos RTP, Programa de Reflexões de Marcelo Caetano, Presidente do Conselho sobre Os Acontecimentos Ocorridos no Ultramar e as Reformas que decorrem em Portugal, 15 de Junho de 1971.

¹²⁹ Cf. João Miguel Almeida, A Oposição Católica ao Marcelismo, In *Lusitânia Sacra*, Revista da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, Nº16, 2004, p.273-293.

¹³⁰ Cf. *Arquivos RTP*, Discurso do Papa Paulo VI na Visita ao Santuário de Fátima, 13 de Maio de 1967, por ocasião das celebrações do 50º das aparições de 1917. Cf. Carta do Padre Felicidade Alves aos paroquianos de belém de 5 de Março de 1968 publicada por Abílio Tavares Cardoso e João Salvado Ribeiro em *Testemunho aberto. O „Caso do padre Felicidade Alves*, Lisboa, Multinova, 1999, p.27-33.

independência dos Estados, a participação política, a reivindicação da liberdade e da democracia tornavam-se prementes nas agendas de grupos organizados de católicos. Surgiram também focos de contestações por parte de setores e elementos que se apresentavam como católicos progressistas. Alguns membros da hierarquia e do laicado viriam a protagonizar outro tipo de problematização, em relação à liberdade e a paz. Anteriormente o Papa João XXIII, referia a sua satisfação com os acessos à soberania que se verificava em África. O seu gesto solidário com estas mudanças no contexto africano, em 1962, fez com ele recebesse o Presidente da República do Alto Volta, e em 1963 publicaria a *Encíclica Pacem in Terris* onde afirmava estas transformações como verdadeiros sinais dos tempos.

Paulo VI iria prosseguir a sua ação pastoral na mesma linha do seu antecessor, mas viria alargar o âmbito do seu posicionamento. As autonomias eram já uma realidade incontornável pelo que a tónica do discurso papal situar-se-ia na mobilização e no tipo de recursos a aplicar na sua consolidação. Neste contexto convém realçar que existiam várias sensibilidades no campo católico com posicionamentos diferentes face à questão da guerra colonial. Se por um lado, existem setores do catolicismo português que se reviam nas intervenções de Paulo VI e conferiam legitimidade para a explicitação de uma contestação ao regime, no seu aspeto geral e no tocante à guerra colonial em particular, por outro lado, existem outros setores mais vasto e com outro tipo de responsabilidades, que achavam uma interferência inadmissível na autónoma esfera do catolicismo, mas que mesmo assim não deixariam de causar um certo mal-estar que iria intensificar-se com o tempo. E isso estaria visível na receção de Paulo VI aos líderes africanos dos movimentos independentistas em 1970. Esta atitude do Vaticano seria sem dúvida um dos momentos mais marcantes do ponto de vista diplomático entre o Estado Novo e a Santa Sé, com algumas repercussões nas relações entre os políticos do regime e as autoridades eclesiásticas portuguesas.¹³¹

Também um momento alto de tensão foi registado por ocasião da divulgação da mensagem do Papa Paulo VI à África e O *Boletim de Informação Pastoral* transcrevia na primeira fase as seguintes afirmações pontifícias:

“O período que a África vive atualmente é extremamente delicado. Depois de vencida a primeira

¹³¹ Cf. Arquivos RTP, *Conversa em Família*, Programa de Reflexões de Marcelo Caetano, Presidente do Conselho, sobre o Incidente diplomático com o Vaticano, na sequência do encontro entre Paulo VI e dirigentes do MPLA, FRELIMO, e PAIGC no âmbito da “Conferencia Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas realizada em Roma, 07 de Julho de 1970.

fase da independência, os novos Estados entraram num período de organização e de consolidação. Que a passagem para a independência se tenha efetuado, na quase totalidade dos casos, sem desordem e duma maneira pacífica, é um fato que a todos honram, governantes e governados que contribuíram para esse êxito.[...] Os felizes resultados obtidos pela proclamação da independência necessitam ser fortalecidos por leis inteligentes postas em prática num país onde reine a tranquilidade.”¹³²

Começavam também a circular algumas publicações que, embora de forma clandestina, condenavam a guerra colonial, cuja produção era da responsabilidade de grupos católicos, tais como: *o Direito à informação* (1963-1969), os Sete Cadernos sobre a guerra Colonial, Colonialismo e Lutas de Libertação (1971) e *o Boletim Anti - Colonial em 1972-1973*.¹³³

Paralelamente à denúncia explícita da guerra e da crítica aberta ao regime, constantes nestas publicações, o Dia Mundial da Paz, proclamado por Paulo VI em 1968, seria ocasião para outro tipo de iniciativas e de contestação à guerra colonial. Outras atividades também seriam levadas a cabo, como o caso da Capela do Rato, que enquanto ação de protesto causou uma série de acontecimentos que se prolongaram no tempo, não só pelo aproveitamento político que mereceu, mas também por colocar de forma visível as tensões e os conflitos presentes no seio da Igreja de Lisboa, e esta com o regime. Paula Borges Santos enfatiza que, “os acontecimentos da Capela do Rato no imediato chamou a atenção da opinião pública quer nacional como internacional, pela atuação da polícia do regime, num local de culto e com um número tão elevado de detenções”.¹³⁴

O debate que este episódio suscitou na sociedade portuguesa, e também no campo internacional concretizou os objetivos dos seus organizadores. Que seria trazer impacto e visibilidade à causa da paz, correspondendo assim aos apelos do Papa Paulo VI.

Esta ação de protesto na Capela do Rato protagonizada pelas elites católicas que tinham como pano de fundo a problemática da paz, também contribuiu de forma significativa para a abertura de novos conflitos no relacionamento entre a Igreja Católica e o regime. E as posições tomadas pelo Patriarca de Lisboa Dom António Ribeiro exemplificam o ambiente de rutura. Outras atividades como os documentos distribuídos nas Igrejas do Porto em 1969 ou das Vigílias de

¹³² *Boletim de Informação Pastoral*, Nº 53/54, 1968, p.37,

¹³³ Cf. João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, p.112-138.

¹³⁴ Cf. Paula Borges Santos, *Dom António Ribeiro*, TimeLine, Biografias Intemporais, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, pp.256-261. Cf. António Araújo, «“A Paz é Possível”, algumas notas sobre a Capela do Rato», In *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, Tomo XVI, p.432-438.

São Domingos também em Lisboa inscrevem-se nesse contexto. Deste modo, a contestação passava a ter lugar no tempo e no espaço que eram inequivocamente dedicados à presença pública dos católicos. Nas expressões de culto ocorridos nas Igrejas, declaravam ser contraditório querer a paz em consonância com Paulo VI, numa situação de guerra como aquela que Portugal mantinha nos territórios africanos. O impacto na imprensa internacional das denúncias dos missionários moçambicanos face aos massacres perpetrados pelas tropas portuguesas foi enorme. A reivindicação pelo fim da guerra feita pelo Bispo de Nampula, Dom Manuel Vieira Pinto e, consequentemente, a sua expulsão em 1974 demonstram como as relações entre o poder temporal e o espiritual estavam tão dissociados nos anos finais do regime do Estado Novo.¹³⁵

Em todo este processo, a reivindicação da liberdade e da democratização face ao regime surgiam em alguns setores católicos como uma realidade premente, que era experimentada em conjunto com outros ideários e organizações. Diferentes grupos de cidadãos, entre os quais os católicos, reivindicavam a liberdade e a democracia, enquanto eixos estruturantes de uma intervenção de contornos estritamente políticos.

No catolicismo português, a prossecução da guerra colonial constitui um relevante foco de debate tendo originado fortes fraturas no interior da sociedade portuguesa. Tendo uma orgânica específica não só ao nível interno como também no âmbito internacional, a Igreja Católica portuguesa seria atravessada pelas inúmeras contradições no tocante à questão colonial. As posições dos Papas João XXIII e de Paulo VI entravam em conflito com os particularismos da colonização e da missão portuguesa relacionados com o esquema Metrópole – Província. A problemática da descolonização tornar-se-ia num dos maiores dramas que atravessou o regime até aos seus anos finais. Os conflitos diplomáticos entre Portugal e a Santa Sé geraram importantes tensões entre o regime e as autoridades eclesiais. Paralelamente a todas estas tensões, alguns setores do catolicismo português acentuavam as suas críticas ao Estado Novo e alargavam as suas influências, emergindo assim novas expressões de confronto. A partir daí sucederam-se aos manifestos, as publicações clandestinas, e também os espaços e tempos litúrgicos foram ocasiões de grandes manifestações. Isto não significou que todos os católicos portugueses no seu conjunto ou numa atuação global e concertada contestaram a guerra colonial. Referimo-nos aqui alguns setores circunscritos, cuja ação possui um inegável impacto público,

¹³⁵ Cf. Pedro Ramos Brandão, A Expulsão do Bispo de Nampula, *In História*, Ano XXV, (III Série), Nº63, Lisboa, Publicações e Conteúdos Multimédia LDA, 2004, 46-51.

que assumiria grandes repercussões no conjunto do catolicismo português. O Episcopado reconhece em 1973, que a tão desejada unidade não implicaria necessariamente unicidade de ações, ainda que fosse requerida coordenação, ou seja um equilíbrio entre pluralismo e complementaridade. Ao mesmo tempo que o documento atribuía relevo à esfera sociopolítica no âmbito do exercício correto e livre do direito de participação.¹³⁶

O discurso das autoridades eclesiásticas manifestava assim uma perspetiva distinta daquela que o caracterizava no início da década de sessenta. Ainda que não tenha sido o único fator a determinar esta mutação, a posição dos católicos em face da guerra colonial constitui um elemento influente ou um dos principais planos para o desenvolvimento destas perspetivas. As atitudes do Papa face à situação que se vive em África iria encorajar um vasto setor católico, quer no Ultramar quer na Metrópole, a manifestar-se contra a continuidade desta guerra. Os missionários que tinham estado em Moçambique desde muito cedo decidiram abandonar o território em 1971, conscientes de que o direito natural dos povos à independência para a sua consolidação seria uma condição essencial para esses mesmos povos. Havia uma ambivalência nos discursos não só por parte das autoridades do regime como também das próprias autoridades eclesiásticas.

A Igreja Católica em Portugal que tinha sido acusada em várias ocasiões de ser o sustentáculo moral do regime nesta fase demonstra um distanciamento em relação à política colonial do Estado Novo. As orientações papais são em certo sentido um exemplo mais elucidativo destas posições. Perante este quadro, vemos de forma bem explícita, uma divergência de pontos de vista no interior do catolicismo em que elementos do laicado, do Clero e do próprio Episcopado não partilham das mesmas linhas orientadoras de pensamento. A situação gerada pelas guerras em África, o enfraquecimento das relações diplomáticas entre a Igreja Católica e o poder político, bem como a situação social e económica do país, confluíram para a queda do regime em 1974.

Como vimos, ao longo de todo o período da guerra, as dificuldades sociais e políticas do regime tiveram enormes repercussões no interior da Igreja e no apoio católico a esse mesmo regime. E isso teve como consequência o aparecimento de focos de contestação e de distanciamento, com sucessivas dificuldades decorrentes não só de tensões internas ao mundo

¹³⁶ Cf. António Ribeiro, Cardeal Patriarca de Lisboa, *Carta Pastoral no Décimo Aniversário da «Pacem in Terris», de 4 de Maio de 1973*. A Igreja no Mundo. Doutrina Social da Igreja. Documentos pontifícios e Episcopais, Lisboa, União Gráfica, pp.413-443.

católico, mas também externas. O desenvolvimento do «progressismo» e alguns problemas com determinados Dicastérios do Vaticano, nomeadamente a Propaganda Fidei, foram exemplos dessa situação.

Concluimos dizendo que, quando se chega à fase final da guerra colonial verificou-se um fenómeno novo, que foi a emergência de autonomias políticas crescentes no terceiro mundo, acompanhado por uma crescente autonomia eclesial, muito apoiada pela política do Vaticano. A manutenção com alguma firmeza da política ultramarina portuguesa, num quadro de mudanças internacionais produziu certamente novas e crescentes tensões entre a lógica da Santa Sé e a lógica do Governo de Portugal, o que agravou ainda mais as relações diplomáticas criando uma nova questão missionária, paralelamente ao da questão ultramarina. E seria neste contexto que se daria um processo evolutivo e muito significativo na sociedade portuguesa que foi visível sobretudo a partir dos finais da década de cinquenta do Século XX e que a Igreja Católica acompanharia nos seus mais variados aspetos: social, económico, político, cultural e eclesial. Lentamente o país caminha para aquilo que ficou denominado por democratização e que teria o seu desfecho em 1974 com o fim do regime do Estado Novo. As problemáticas da liberdade e da paz tornar-se-iam em questões importantes nesta evolução e na abertura da Igreja Católica em Portugal, em estreita articulação com a sua dinâmica à escala mais universal. No entanto, estas questões não marcaram de modo uniforme o catolicismo português nem a sua importância foi percebida de forma idêntica pelos responsáveis eclesiais.

Conclusão

Ao concluirmos esse estudo em torno das relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo nos seus anos finais, queremos sublinhar dois conceitos fundamentais da nossa contemporaneidade: a liberdade e a legitimidade. Estes dois conceitos estão subjacentes ao longo de todo o debate historiográfico que aborda essas relações. A liberdade, não apenas uma ideia abstrata, mas algo decisivo para todo o sistema político dos Estados, que passou a ser um valor e uma reivindicação. A ilimitação do poder conduziu à guerra, e o alcance da paz pressupunha a liberdade crítica, o pluralismo e a democracia. Todas essas mudanças potenciaram o desenvolvimento duma nova consciência democrática, social e política, o que fomentou divergências geracionais no interior da sociedade portuguesa e da própria Igreja Católica. Divergências que foram acentuando não apenas no plano interno como também nas relações com os Estados, incluindo a Santa Sé. Nestas relações estariam em jogo a liberdade e a legitimidade de dois poderes que queriam afirmar-se e, portanto, confrontavam-se entre si.

Este “confronto” levantou questões importantes no que diz respeito à temática das relações entre a Igreja Católica com o Estado, evidenciando o questionamento sobre a autoridade do Estado, a legitimidade do regime, o posicionamento do poder político face à hierarquia portuguesa e à Santa Sé. Paralelamente a estas questões, também a da separação dos poderes das esferas (temporal e espiritual), bem como a soberania do Estado português face à mais alta instância da Igreja Católica foram preocupações relevantes dos setores católicos.

Outras questões também foram colocadas como o Estatuto Jurídico da Igreja Católica, a sua autonomia face ao Estado, a importância nacional do catolicismo e o seu contexto da missão no Ultramar. Há uma grande pluralidade de opiniões que se jogaram nesta fase em que o dinamismo dos sectores católicos e da sociedade portuguesa em geral fizeram abalar as estruturas do regime, mas também abalou em grande medida as relações entre a Igreja Católica e o Estado. Nesta pluralidade de posições há uma secundarização da questão política em detrimento da questão social.

A problemática social tinha ganho contornos nunca vistos em Portugal, desde os finais da década de trinta, aos anos quarenta a esta parte. Figuras de proa do sindicalismo católico como o Padre Abel Varzim e seus companheiros protagonizaram em grande medida estes movimentos.

Com estes “ventos de mudança” trazidos pelos últimos anos da década de sessenta, pelo isolamento de Portugal face ao resto do mundo, pela posição da Igreja consubstanciada nos

chamados católicos progressistas que tiveram em D. António Ferreira Gomes, seu maior representante, e pelas intervenções dos Papas Conciliares, o regime sentiu-se fragilizado e as relações da hierarquia com o poder político bem como as relações com o próprio Papado conheceram momentos de grandes tensões. A década que se seguiu não seria propriamente propícia para o regime de Marcelo Caetano. Com a guerra já desencadeada nos territórios africanos sob domínio português o regime ficaria cada vez mais isolado do resto dos Estados Ocidentais, incluindo o Vaticano.

A posição do poder político face ao clero indígena e com os próprios missionários nesses territórios contribuiu de forma decisiva para o azedar das relações entre estas duas instâncias. A censura e a PIDE tiveram um papel fundamental na repressão que seria levada a cabo contra as populações locais.

Em 1968, com a sucessão de Salazar no poder e com a ascensão de Marcelo Caetano, não se verificou grandes alterações no relacionamento entre o Papado e o Estado. Pelo contrário houve um enfraquecimento provocado pela fragilidade e pela incerteza do consulado de Marcelo Caetano, onde a Santa Sé sentia-se constrangida a prosseguir uma estratégia internacional pós-colonial e uma renovação do Episcopado português que ignorava ou chocava mesmo frontalmente com os interesses do regime. Também em 1971 deu-se a sucessão no interior do catolicismo português com o fim do pontificado do Cardeal-Patriarca Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, pelo novo Patriarca Dom António Ribeiro que teria uma nova atitude perante o poder político.

A fragilidade do regime liderado por Marcelo Caetano, e a sua débil política para as colónias em guerra, conduziram ao processo das independências dos territórios na década de setenta, o que contribuiu para o enfraquecimento do regime do Estado Novo.

Diríamos que partindo dum desejo de regulação das relações com a Igreja Católica através dos acordos concordatários de 1940, os dirigentes do regime optaram por não reabrir uma nova questão religiosa. Esses acordos não conseguiram apaziguar totalmente as relações bilaterais. Na fase de formação e consolidação do poder, o regime tinha tido um apoio quase unânime dos setores católicos. Após a Segunda Guerra Mundial os setores católicos iniciaram um distanciamento, o que marca o surgimento duma oposição de denominação católica. Entre os finais da década de 1950 e inícios da de 1960 a oposição católica confrontou diretamente as autoridades do regime. O início da guerra colonial desempenhou um papel decisivo no processo de confronto e rutura entre os católicos e o regime do Estado Novo. Com a saída de Oliveira

Salazar da chefia do governo em 1968 e a entrada de Marcelo Caetano, não houve alterações significativas nas relações entre o regime, a Igreja portuguesa e o Vaticano. A Igreja enfrentou enormes dificuldades na implementação das diretrizes do Concílio Vaticano II, que divergiam da lógica do poder político. A substituição do Cardeal Cerejeira pelo Patriarca António Ribeiro em 1971 trouxe novas perspectivas nas relações entre a Igreja e o Estado em Portugal. Sob a liderança do Patriarca Ribeiro a Igreja Católica soube distanciar-se do poder político, marcado por grandes alterações internas e externas à Igreja que se inscreve numa das fases mais decisivas e dinâmicas de renovação conciliar.

Com as novas lideranças, quer no âmbito político como eclesial, deparamos com novos paradigmas no catolicismo em particular, e na sociedade portuguesa em geral. As questões sociais e políticas foram questionadas pelos católicos à luz da Doutrina Social da Igreja. Esses questionamentos foram impulsionados pelos ecos conciliares mas também pelos apelos de Paulo VI à problemática da paz, em que ele convocava o mundo e os “*Homens de Boa Vontade*”, para o despertar para as novas realidades em que viviam os povos nos territórios colonizados. A lógica do poder político estaria em total desacordo com esses apelos o que agravaria ainda mais as relações bilaterais. Apesar das muitas vicissitudes que essas relações sofreram ao longo de todo esse período, a tônica dominante que se verificou seria duma tentativa de entendimento.

Em Síntese, constatamos que, durante o período analisado, o catolicismo em Portugal experimentou a emergência de um paradigma caracterizado pelo pluralismo como abordagem para compreender o desenvolvimento social. Paralelamente, observou-se também uma abertura democrática, manifestada através de interações sociais concorrenciais. Este cenário se inscreve num contexto mais amplo de crescente secularização, evidenciando uma separação gradual entre as esferas religiosas, culturais, políticas e sociais.

Fontes

- Arquivo Oliveira Salazar, Arquivos Nacionais Torre do Tombo (AOS)
- Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Fundo Cardeal Dom António Ribeiro: diversos.
- Arquivo Marcelo Caetano, Arquivos Nacionais Torre do Tombo (AMC)
- Arquivos RTP, “Conversa em Família” Programa de Reflexões de Marcelo Caetano Presidente do Conselho, Sobre o Incidente Diplomático com o Vaticano, na sequência do encontro entre o Papa Paulo VI e dirigentes do MPLA, FRELIMO, e PAIGC no âmbito da “Conferência Internacional de Solidariedade com os povos das colónias portuguesas”, realizada em Roma, 07 de Julho de 1970.
- Arquivos RTP, “Conversa em Família” Programa de Reflexões de Marcelo Caetano Presidente do Conselho, Sobre a Nova Lei Orgânica do Ultramar e a Guerra do Ultramar, 03 de Julho de 1972.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, Obras Pastorais. A Solução da Questão Romana. O Acordo de Latrão. Lisboa, União Gráfica, 1ª Edição, (1928/1935), 1936, p.239-254.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, Obras Pastorais. A Igreja e o Estado Novo. Lisboa, União Gráfica, 1ª Edição, Vol. III, (1943/1947), 1947, p.185-195.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, Obras Pastorais. A posição da Igreja e dos Católicos perante a política. Lisboa, União Gráfica, 1ª Edição, Vol. III, (1943/1947), 1947, p. 85-95.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, Obras Pastorais. A Concordata e o Acordo Missionário, Lisboa. União Gráfica, 2ª Edição, vol.II, (1936/1943), 1961, p.215-226.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, Obras Pastorais. A Situação da Igreja no Regime da Concordata Lisboa, União Gráfica, 2ª Edição, Vol. II, 1961, p.275-299.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, A Situação da Igreja em Portugal. Discurso a 29 de Novembro de 1956, In *Lúmen*, Revista de Cultura do Clero, Dirigido por Avelino Gonçalves, Vol. XX, Lisboa, União Gráfica, 1956, p.786-793.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, A Verdade Incontestável sobre a Igreja e o Estado Novo, Discurso de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, Coimbra, Tipografia Gráfica de Coimbra, 1946.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – __A Situação da Igreja em Portugal. Discurso a 29 de Novembro de 1956, In *Lúmen*, Revista de Cultura do Clero, Dirigido por Avelino Gonçalves, Vol. XX, Lisboa, União Gráfica, 1956, p.786-793.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – __*A Verdade Incontestável sobre a Igreja e o Estado Novo*, Discurso de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, Coimbra, Tipografia Gráfica de Coimbra, 1946.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – __*Obras Pastorais*. A Ação Católica – Presença da Igreja (seu Significado e Razão de Ser). Lisboa, União Gráfica, Vol. IV, (1948-1953), 1954, p. 285-292.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – __*Obras Pastorais*. A Concordata e o Acordo Missionário, Lisboa. União Gráfica, 2ª Edição, vol.II, (1936/1943), 1961, p.215-226.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – __*Obras Pastorais*. A Igreja e o Estado Novo. Lisboa, União Gráfica, 1ª Edição, Vol. III, (1943/1947), 1947, p.185-195.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – __*Obras Pastorais*. A posição da Igreja e dos Católicos perante a política. Lisboa, União Gráfica, 1ª Edição, Vol. III, (1943/1947), 1947, p. 85-95.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – __*Obras Pastorais*. A Situação da Igreja no Regime da

- Concordata. Lisboa, União Gráfica, 2ª Edição, Vol. II, 1961, p.275-299.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – *___Obras Pastorais*. A Solução da Questão Romana. O Acordo de Latrão. Lisboa, União Gráfica, 1ª Edição, (1928/1935), 1936, p.239-254.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – Uma Geração Anti-republicana C A D C, de Coimbra e «o Imparcial». In *História Contemporânea de Portugal*. Direção de João Medina. Lisboa, Ed. Multilar, Tomo I, Vol. I, 1988, p.231-236.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – Uma Geração Anti -republicana CADC, de Coimbra e «o Imparcial». In *História Contemporânea de Portugal*. Direção de João Medina. Lisboa, Ed. Multilar, Tomo I, Vol. I, 1988, p.231-236
- FALCÃO, Manuel (Dir.) – *Boletim de Informação Pastoral*. A Igreja e o Poder Político, Ano VII, Julho – Agosto, Nº 44-45, Lisboa, União Gráfica, S.A.R.L, 1965-1966, p. 57-58.
- FALCÃO, Manuel (Dir.) – *Boletim de Informação Pastoral*. Alocução de Paulo VI aos chefes Africanos, Ano IX, Janeiro – Fevereiro, Nº 51-52, Lisboa União Gráfica, S.A.R.L, 1967 – 1969, p.50-53.
- FALCÃO, Manuel (Dir.) – *Boletim de Informação Pastoral*. Alocução de Paulo VI aos chefes Africanos, Ano IX, Janeiro – Fevereiro, Nº 51-52, Lisboa União Gráfica, S.A.R.L, 1967 – 1969, p. 50- 53.
- FALCÃO, Manuel (Dir.) – *Boletim de Informação Pastoral*. Uma pastoral Nova num Mundo em Transformação, Ano VII, Julho – Agosto, Nº 41-42, Lisboa, União Gráfica, S.A.R.L, 1965-1966, p.253. *Boletim de Informação Pastoral*. A Igreja e o Poder Político, Ano VII, Julho – Agosto, Nº 44-45, Lisboa, União Gráfica, S.A.R.L, 1965-1966, p.57-58.
- FALCÃO, Manuel (Dir.) – *Boletim de Informação Pastoral*. Uma pastoral Nova num Mundo em Transformação, Ano VII, Julho – Agosto, Nº 41-42, Lisboa, União Gráfica, S.A.R.L, 1965-1966, p.253.
- RIBEIRO, António, “Carta Pastoral no Décimo Aniversário da «Pacem in Terris»”, de 4 de Maio de 1973, In *A Igreja no Mundo*. Doutrina Social da Igreja. Documentos Pontifícios e Episcopais, Lisboa, União Gráfica, 1973, pp. 413-443.
- RIBEIRO, António “O Momento Atual da Vida Portuguesa. Homilia do Cardeal--Patriarca de Lisboa, na missa da peregrinação de 13 de Maio de 1974, em Fátima”. In *A Igreja no Mundo*. Doutrina Social da Igreja. Documentos Pontifícios e Episcopais. Lisboa: UniãoGráfica, 1974, pp. 451-458.
- RIBEIRO, António, Cardeal Patriarca de Lisboa, Mensagem de Natal 1974, Lisboa, Centro de Documentação Pastoral do Patriarcado, Lisboa, 1974.
- RIBEIRO, António, Cardeal Patriarca de Lisboa, Homilia do Cardeal Patriarca, na missa da meia-noite do Natal de 1974, na Sé Patriarcal, Lisboa, Centro de Documentação Pastoral do Patriarcado, Lisboa, 1974.
- RIBEIRO, António, Cardeal Patriarca de Lisboa, Nota pastoral sobre o dia da paz de 1975, Lisboa, Centro de Documentação Pastoral do Patriarcado, 1957.
- RIBEIRO, António Cardeal Patriarca de Lisboa, Homilia do Cardeal na missa da celebração do dia mundial da Paz de 1975 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa, Centro de Documentação Pastoral do Patriarcado, 1975.
- RIBEIRO, António, O Fermento Velho e o Pão Ázimo da Pureza e da Verdade. (Homilia no Pontifical do Domingo de Páscoa, 26 de março de 1978), Lisboa.
- RIBEIRO, António, Arquivos RTP, “Saudação e Mensagem para o Natal” de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, 24 de Dezembro de 1974.
- SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas 1928-1934*, Quarta Edição, Revista e Acrescida de Novo Prefácio do Autor Vol. I, Coimbra, Coimbra -Editora Limi- tada, 1948, p.5-40.

SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas 1935-1937*, Segunda Edição, Vol. II, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1937, p.49-56.

SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas 1951-1958 – A Obra do Regime na Campanha Eleitoral*, Vol. V, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1959, p.453 –481.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim – Ato Colonial. In *Dicionário de História de Portugal*. Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Vol. VII, Suplemento A/E, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1ª Edição 1999, p. 43-45.
- ALEXANDRE, Valentim – *O Roubo das Almas, Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006.
- ALMEIDA, João Miguel – *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008.
- ALMEIDA, João Miguel – *A Oposição Católica ao Marcelismo (1968-1974). Mutações Religiosas na Época Contemporânea, Figuras e Pensamento*, In *Lusitânia Sacra*, C. E. H.R, da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, Tomo XVI, 2004, p.273-2
- ALVES, José da Felicidade – *Católicos e Política*, De Humberto Delgado A Marcelo Caetano, Lisboa, Ed. Tipografia Leandro Lda. 1958.
- ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África (1961-1964)*, vols. I, II, III, IV, Maia, Edição Círculo de Leitores, 1194.
- ARAÚJO, António de – “Morte à Pide!” *A Queda da Polícia Política do Estado Novo*, Lisboa, Tinta-da- China, MMXIX.
- ARAÚJO, António de – O «Caso» do Padre Felicidade Alves; Por determinação do Cardeal Cerejeira, o Padre José da Felicidade Alves é suspenso a Divinis das suas funções Sacerdotais. In *Os Anos de Salazar*, Vol. XXIV, Coord. De António Simões do Paço, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008, p.49-59.
- BARBOSA, David Sampaio Dias – Concílios Ecuménicos. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. I, A-C, Lisboa Edição Círculo de Leitores, 2000, p.405-413.
- BARBOSA, David Sampaio Dias – Concílios Ecuménicos. In *Dicionário de História*
- BRAGA, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração – *Declaração, A Liberdade Religiosa. Concílio Ecuménico do Vaticano II, Documentos Conciliares e Pontifícios*, 11ª Edição, Braga, Editorial A. O, 1992, p. 264 -274.
- BRANDÃO, Pedro Ramos – A Expulsão do Bispo de Nampula, In *História*, Lisboa, Ano XXV, (III Série), Nº 63, Lisboa, 2004, p.46-51. Salazar – Cerejeira a «força» da Igreja.
- BRANDÃO, Pedro Ramos – A Expulsão do Bispo de Nampula, In *História*, Lisboa, Ano XXV, (III Série), Nº 63, Lisboa, 2004, p.46-51.
- BRANDÃO, Pedro Ramos – *Cartas do Cardeal – Patriarca ao Presidente do Conselho*. Lisboa, Editorial Notícias, 1ª Edição, 2002. Pressões Sócio-Políticas da Igreja Católicas sobre Salazar; Cerejeira e o “Ungido de Deus”. In *História*, Lisboa, Nº 45, Maio 2002, p.46-51.
- BRANDÃO, Pedro Ramos – *Salazar – Cerejeira a «força» da Igreja*. Cartas do Cardeal – Patriarca ao Presidente do Conselho. Lisboa, Editorial Notícias, 1ª Edição, 2002.
- BRANDÃO, Raul – A Política Anticlerical e a Agitação no País. In *História Contemporânea de Portugal*. Direção de João Medina, Lisboa, Ed. Multilar, Tomo I, Vol. I, 1988, p.223-230.
- BRANDÃO, Raul – A Política Anticlerical e a Agitação no País. In *História Contemporânea de Portugal*. Direção de João Medina, Lisboa, Ed. Multilar, Tomo I, Vol. I, 1988, p.223-230.
- BRAZÃO, Eduardo – *Academia Portuguesa da História, Coleção das Concordatas Estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*, Lisboa, Imprensa Portugal – Brasil, [s. d] p.219-257.

- BRITO, Bárbara Correia de – Paulo VI em Fátima: «Um povo Bom e Piedoso». Num ambiente tenso, em Maio de 1967, o Papa Paulo VI visita o santuário de Nossa Senhora de Fátima. In *Os Anos de Salazar*, Vol. XXIII, Coord. De António Simões do Paço, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008, p.50- 59.
- BRITO, José Maria Brandão de – Corporativismo. In *Dicionário de História do Estado Novo*, Direção de Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. I, 1996, 216-224.
- CARVALHO, Rita – ____Concordata. In *Dicionário de História de Portugal*, Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Lisboa, Livraria Figueirinhas, Vol. VII, Suplemento A/E, 1ª Edição 1999, p. 388-391.
- CARVALHO, Rita – ____Org. *António de Oliveira Salazar/Manuel Gonçalves Cerejeira*, Correspondência (1928-1968), Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates, Instituto de História Contemporânea, Direção Geral de Arquivos, 1ª Edição 2010.
- CARVALHO, Rita – Salazar e a Concordata com a Santa Sé. In *História*, Lisboa, Ano XIX, (Nova Série), Nº31, 1997, p.4-15.
- CATROGA, Fernando; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado – O Duplo Centenário. In *História da História em Portugal séc. XIX-XX*, [s. l], Edição Círculo de Leitores, 1996, p.578-582.
- CLEMENTE, Manuel – A Vitalidade Religiosa do Catolicismo Português: do Liberalismo à República. In *História Religiosa de Portugal*. C.E.H.R. Da Universidade Católica Portuguesa, Direção de Carlos Moreira de Azevedo. Lisboa, Edição Círculo de Leitores, Vol.3, 2002, p.65-127.
- CLEMENTE, Manuel – *Igreja e Sociedade Portuguesa – Do Liberalismo à República*, Lisboa, Grifo Editores, 2002.
- CORREIA, José Manuel Pinto – O Concílio Ecuménico Vaticano II, In *O Tempo e o Modo*, *Revista de Pensamento e Ação*, Dirigido por António Alçada Baptista, Lisboa, Livraria Morais Editora, Julho/Agosto, 29-33, 1965, p. 1007-1045.
- CRUZ, Manuel Braga da – A Igreja na Transição Democrática Portuguesa. Problemática Religiosa no Portugal Contemporâneo. In *Lusitânia Sacra*. Lisboa, 2ª Série, Tomo VIII, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, 1996-1997, p.519-536.
- CRUZ, Manuel Braga da – A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo. *Monárquicos e Republicanos No Estado Novo*. Lisboa Publicações Dom Quixote, 1986, p.75-100.
- CRUZ, Manuel Braga da – Ação Nacional Popular. In *Dicionário de História do Estado Novo*. Direção de Fernando Rosas; J.M. Brandão de Brito, Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. I, A-L, 1996, p.13-15.
- CRUZ, Manuel Braga da – As Elites Católicas nos Primórdios do Salazarismo, In *Análise Social*, 116- 117, Quarta Série, Lisboa, 1992, p. 547-574. Igreja e Estado. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. II, C-I, Lisboa, Edição Círculo de Leitores, 2000, p. 388-411.
- CRUZ, Manuel Braga da – As Elites Católicas nos Primórdios do Salazarismo, In *Análise Social*, 116- 117, Quarta Série, Lisboa, 1992, p. 547-574.
- CRUZ, Manuel Braga da – As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940, In *Análise Social*, Vol. XXXII, (143 -144), Lisboa, 1997, p. 815-845.
- CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa Editorial Presença, 1980.
- CRUZ, Manuel Braga da – Eleições. In *Dicionário de História de Portugal*. Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica. Lisboa, Livraria Figueirinhas, Vol. VII, Suplemento

- A/E, 1ª Edição 1999, p. 607-615.
- CRUZ, Manuel Braga da – Igreja Católica e Estado Novo. In *Dicionário de História de Portugal*. Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica. Lisboa Livraria Figueirinhas, Vol. VIII, 1ª Edição, 2000, p.233-242.
- CRUZ, Manuel Braga da – Igreja Católica. In *Dicionário de História do Estado Novo*. Direção de Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito. Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. I, A – L, 1996, p.434- 438.
- CRUZ, Manuel Braga da – Igreja e Estado. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. II, C-I, Lisboa, Edição Circulo de Leitores, 2000, p. 388-411.
- CRUZ, Manuel Braga da – O Estado Novo e a Igreja Católica. As Relações entre o Estado e a Igreja. In *Nova História de Portugal*, Direção de Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa, Editorial Estampa, Vol. XII, 1ª Edição, 1992, p.201-221.
- CRUZ, Manuel Braga da – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa, 1ª Edição 1998, Editorial Bizâncio, 2ª Edição 1999.
- CRUZ, Manuel Braga da – *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa Editorial Presença, 1980.
- DOMINGOS, Frei Bento; PINHO, Arnaldo – Debate. Que Mudanças na Igreja Portuguesa após o Concílio Vaticano II? Questionar a Hierarquia da Igreja e a do Regime; Mal armada para entender a nova consciência eclesial. In *Os Anos de Salazar*, Vol. XXI, Coord. De António Simões do Paço, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008, p.203.
- DUARTE, Herlânder – *Salazar e a Santa Igreja*, 1ª Edição 1999, Lisboa, Ed. Nova Arran- cada, 2ª Edição 2000.
- DURÃO, António – A Concordata e o Acordo Missionário – Seus Princípios Fundamentais, In *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, Direção de Domingos Maurício dos Santos, Série Mensal, Vol. XXXI, Lisboa, Ed. Tipografia Porto Médico, 1940, p. 46-55.
- DURÃO, António – As Concordatas da Santa Sé em Direito Internacional, In *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, Direção de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Série Mensal, Vol XXII, Lisboa, Ed. Tipografia Porto Médico, 1936, p.454-470.
- DURÃO, António – Legislação Complementar da Concordata com a Santa Sé. Decreto-lei nº 30615 de 25 de Julho de 1940, In *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, Direção de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Série Mensal, Vol. XXXI, Lisboa, Ed. Tipografia, Porto Médico, 1940, p.195-199.
- DURÃO, António – Portugal e a Santa Sé – Texto da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa. In *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, Direção de Domingos Maurício dos Santos, Série Mensal, Vol. XXX, Lisboa, Ed. Tipografia Porto Médico, 1940, p. 636-683.
- DURÃO, António – Relações entre a Igreja Católica e o Estado – À Luz das Concordatas de Pio XI, In *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, Direção de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Série Mensal, Vol. XXII, Lisboa, Ed. Tipografia Porto Médico, 1936, p. 197-214.
- DURÃO, António – Soberania e Independência da Igreja, In *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, Direção de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Série Mensal, Vol. XXIII, Lisboa, Ed. Tipografia Porto Médico, 1936, p. 277-278.
- DURÃO, António – Uma Concordata com a Santa Sé: o que não é e o que deve ser. In *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, Direção de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Série Mensal, Vol. XXV, Lisboa, 1937, p. 560-575.
- EPISCOPADO Português – Cristianismo. In *Dicionário Político. Os Bispos e a Revolução de Abril*. Dirigido por Miguel de Araújo, Lisboa, Ed. Espagal, [s. d.], p. 75-76.

- EPISCOPADO Português – Mensagem de Natal de 1975. Democratização. In *Dicionário Político. Os Bispos e a Revolução de Abril*. Dirigido por Miguel de Araújo, Lisboa, Ed. Espagal, [s. d], p. 89-90.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés – *A Religião na Mudança. A Nova Era*. Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- ESTEVÃO, Nuno – O Catolicismo Português e a Guerra Colonial: Legitimação e Contestação. *A Igreja e o Estado em Portugal: da Primeira República ao Limiar do Século XXI*. Atas dos encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão – Museu Bernardino Machado, 2004, p.173-183.
- ESTEVÃO, Nuno – Os Meios Católicos Perante a Guerra colonial: Reconfigurações da Questão Religiosa em Portugal. *Protestantismo e Catolicismo em Portugal, nos Séculos XIX e XX. Lusitânia Sacra*. Lisboa, 2^a Série, Tomo XII, C.E. H.R da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 221-265.
- FELÍCIO, Manuel da Rocha – Ecumenismo. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. II, C-I, Lisboa, Edição Círculo de Leitores, 2000, p.68-100.
- FERREIRA, António Matos – A Igreja e a República. In *História de Portugal*. Direção de João Medina, Alfragide, Ed. Ediclube, Vol. X, 1998, p.339-370.
- FERREIRA, António Matos – Acordo Missionário. In *Dicionário de História de Portugal*. Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Lisboa Livraria Figueirinhas, Vol. VII, Suplemento A/E, 1^a Edição 1999, p.39-41.
- FERREIRA, António Matos – Aspetos da Ação da Igreja no Contexto da I República. In *História Contemporânea de Portugal*. Direção de João Medina. Camarate, Ed. Amigos do Livro, Multilar, Tomo I, Vol. I, 1985, p.207-218
- FERREIRA, António Matos – Catolicismo. In *Dicionário de História de Portugal*. Coord. Por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Lisboa, Livraria Figueirinhas, Vol. VII, Suplemento A/E, 1^a Edição 1999, p.257-269.
- FERREIRA, António Matos – Cristianismo e Espaço Ultramarino. Igrejas e Correntes Religiosas em Face do Império e da Descolonização, In *História da Expansão Portuguesa*, Direção de Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri, [s.l], ed. Círculo de Leitores, 1999, p.384-405.
- FERREIRA, António Matos – I República. Catolicismo e Direitas Políticos (parte II), In *História*, Ju- lho/Agosto, Ano XXVI, III Série, 2004, p. 40-49.
- FERREIRA, António Matos – Laicidade. In *Dicionário de História Religiosa, de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. III, J-P, [s.l], Edição Círculo de Leitores, 2001, p.58-65.
- FERREIRA, António Matos – Pensar o Catolicismo na Europa Hoje: A Igreja Católica –Desafios Presentes e Futuros, In *A Igreja e o Estado em Portugal: da Primeira República ao Limiar do Século XXI*. Atas dos encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão – Museu Bernardino Machado, 2004, p. 289-300.
- FERREIRA, António Matos – Religião e Sociedade na Época Contemporânea. In *História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C. E. H. R da Universidade Católica Portuguesa, [s.l], Ed. Círculo de Leitores, 2002, Vol. III, p. 15-60.
- FERREIRA, António Matos – Secularização. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. IV, P-V, [s.l], Edição Círculo de Leitores, 2001, p.194 – 200.
- FERREIRA, António Matos – *Um Católico Militante Diante da crise Nacional*. Manuel Isaías

- Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, (C.E.H.R.), 2007.
- FERREIRA, David – Lei de Separação do Estado das Igrejas. In *Dicionário de História de Portugal*. Direção de Joel Serrão. Porto, Iniciativas Editoriais, Vol. III, 1971, p.834-838.
- FERRO, António – *Salazar O Homem e a sua Obra*, 3ª Edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira – A Ação Católica Portuguesa (1933-1974). E a Presença da Igreja na Sociedade. Igreja e Sociedade na Época Contemporânea. In *Lusitânia Sacra*, Revista do C. E. H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. VI, 2ª Série, Tomo VI, Lisboa, 1994, p.61-100.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira – As Organizações de Juventude e o Movimento Católico no Século XX em Portugal. In *História*, Ano XIX, (Nova Série), Nº 31, 1997, p.16-29.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira – Catolicismo Social. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. I, A-C, [s.l], Edição Círculo de Leitores, 2000, p. 310-324.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira – *Elites Católicas na Sociedade e na Igreja em Portugal: o Papel da Ação Católica Portuguesa (1940-1961)*. Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2006.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira – O Catolicismo Português no Século XX: da Separação à Democracia, In *História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, [s.l], Edição Círculo de Leitores, Vol.3, 2002, p.129-351.
- FRANCO. António de Sousa – A Igreja e o Poder: 1974 – 1987. In *Portugal e o Sistema Político e Constitucional (1974 – 1987)*, Coord. De Mário Baptista Coelho, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989, p. 403- 425.
- FRANCO. António de Sousa – As Finanças do «Estado Novo»: o mito realizado e os seus frutos. In *História de Portugal*, Direção de João Medina, Vol. XVI, O Estado Novo (II), Alfragide, Ed. Ediclube, 2004, p.249-285.
- FRANCO. António de Sousa – Princípios Gerais da Nova Concordata. In *Concordatas Santa Sé – Portugal- 18 de Maio de 2004; 7 de Maio de 1940; Lei de Liberdade Religiosa da República Portuguesa*, Coord. De Manuel Saturnino Costa Gomes, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2ª Edição Revista, 2005, p.7-18.
- FREIRE, José Geraldes – *Resistência Católica ao Salazarismo – Marcelismo*. Com carta – Prefácio pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, Porto, Livraria Telos Editora, 1976.
- GODINHO, António Maria – Concordata. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Direção de António Mendes Correia, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Limitada, Vol. VII, 1940, 369-371.
- GOMES, D. António Ferreira – Cristão. In *Dicionário Político. Os Bispos e a Revolução de Abril*. Dirigido por Miguel de Araújo, Lisboa, Ed. Espagal, [s. d], p.60-74.
- GOMES, D. António Ferreira – Militância Católica. In *Dicionário Político. Os Bispos e a Revolução de Abril*. Dirigido por Miguel de Araújo, Lisboa, Ed. Espagal, [s. d], p. 239-240.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *O Padre num Mundo em Transformação*, Coimbra, Livraria Almedina, 1968.
- GOMES, Pinharanda – Laicado. Época Contemporânea. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Vol. III, J-P, Lisboa, Edição Círculo de Leitores, 2001, p.51-58.
- GONÇALVES, Avelino (Dir.) – O Capitalismo e o Comunismo à Luz da Doutrina Social da Igreja.

- Revista Lumen*, Vol. XVII, Fasc. III, Ano XVII, 1953, p. 143.
- LEAL, Ernesto Castro – Forças Políticas dentro do Estado Novo. In *História de Portugal*. Direção de João Medina, Alfragide, Ed., Ediclube, Vol. XII, 1993, p.183-223.
- LEITE, António – A Concordata e o seu valor Jurídico. Contemporânea In *Brotéria, Revista de Cultura*, Direção de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Série Mensal, Vol. L, Lisboa, Ed. Tipografia Porto Médico, 1950, p.696-711.
- LEITE, António – Acordos entre a Santa Sé e Portugal anteriores à Concordata de 1940. In *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940)*, Texto Integral da Concordata e do Acordo Missionário. Estudos, Comentários; Legislação Executória. Coord. Científica de Manuel Saturnino Costa Gomes, Coimbra, Almedina, 2001, 47-63.
- LEITE, António – As Relações entre a Igreja e o Estado. A Propósito da Próxima Revisão Constitucional. In *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, Direção de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Série Mensal, Vol. XXXIX, Lisboa, Ed. Tipografia Porto Médico, 1944, p. 436-453.
- LEITE, António – Concordata, Sim ou Não? Em Apêndice: Texto da Concordata e do Missionário, Coimbra, Edição Casa do Castelo, 1971.
- LEITE, António – Liberdade Religiosa. Comentário. In *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940)*, Texto Integral da Concordata e do Acordo Missionário. Estudos; Comentários; Legislação Executória. Coord. Científica de Manuel Saturnino Costa Gomes, Coimbra, Almedina, 2001, p. 89- 93.
- LEITE, António – Natureza e Oportunidade das Concordatas. In *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940)*, Texto Integral da Concordata e do Acordo Missionário. Estudos; Comentários; Legislação Executória. Coord. Científica de Manuel Saturnino Costa Gomes, Coimbra, Almedina, 2001, p. 39-46.
- LOPES, Joana – “Entre as Brumas da Memória” Os Católicos Portugueses e a Ditadura, Porto, Editora Âmbar, 1ª Edição 2007.
- LUCENA, Manuel – *Evolução do Sistema Corporativo Português*. I - O Salazarismo, Lisboa, Perspetivas & Realidades, 1976.
- LUCENA, Manuel – *Evolução do Sistema Corporativo Português*. II – O Marcelismo, Lisboa, Perspetivas & Realidades, 1976.
- LUCENA, Manuel – Fascismo, Colonialismo e Revolução: uma leitura de Eduardo Lourenço. In *Análise Social*, Vol. XIII, (49), Lisboa, 1977, p. 211-237.
- LUCENA, Manuel – Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica – I. In *Análise Social*, Vol. XX, (83) Lisboa, 1984, p. 423-451.
- MADEIRA, João – A Esperança Frustrada das Eleições 1958. A Candidatura Presidencial do General Humberto Delgado Abalou o País e o Regime. In *Os Anos de Salazar*, Vol. XV, Coordenado por António Simões do Paço, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008, p.7-27.
- MADUREIRA, Arnaldo – “O 28 de Maio,” *Elementos para a sua compreensão na Génese do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1978, p. 59-68.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – Igreja e Estado. *História de Portugal*. Lisboa, Ed. Palas Editores, Vol. III, 3ª edição, 1986, pp.452-458.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – Panorama Religioso. *História de Portugal*. 1ª Edição 1972, Lisboa, Palas Editores, Vol. II, 1973, p.392-402.
- MARTINS, Moisés de Lemos – *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 1990.
- MARTINS, Susana – O Bispo Do Porto Questiona Salazar. Um «Pró – Memória» De D. António Ferreira Gomes A Salazar Abre Uma Crise Entre A Igreja E O Estado Novo. In *Os Anos de Salazar*, Vol. XV, Coordenado por António Simões do Paço, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008,

p. 29-37.

- MATOS, Luís Salgado de – A Campanha de Imprensa contra o Bispo do Porto como Instrumento político do Governo Português (Setembro de 1958 – Outubro de 1959, In *Análise Social*, Vol. XXXIV, (150), Lisboa, 1999, p. 29-90.
- MATOS, Luís Salgado de – Os Bispos Portugueses da Concordata ao 25 de Abril: alguns aspetos, In *Análise Social*, (125 – 126), Lisboa, 1994, p. 319- 383.
- MATOS, Sérgio Campos – Historiografia Contemporânea. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, [s.l], Edição Círculo de Leitores, Vol. II, 2000, p.368-373.
- MATOS, Sérgio Campos – O ultranacionalismo da memória institucional. In *Portugal Contemporâneo*, Direção de António Reis, Lisboa, Ed. Publicações Alfa, Vol. IV, 1990, p.339-348.
- MEDINA, João – A Ditadura do «Estado Novo». *História de Portugal Contemporâneo (Político e Institucional)*. Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p.214-228.
- MEDINA, João – O Estado Novo «Deus, Pátria, Família...», In *História de Portugal*, Direção de João Medina, Vol. XII, Alfragide, Ediclube, 1993, p.11-148.
- MIRANDA, Jorge – A Concordata e a Ordem Constitucional Portuguesa. In *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1640): Texto Integral da Concordata e do Acordo Missionário*. Estudos; Comentários; Legislação Executória. Coord. Científica de Manuel Saturnino Costa Gomes, Coimbra, Almedina, 2001 p. 65-82
- MONIZ, Egas – As Negociações em Madrid, para o Reatamento das Relações de Portugal com a Santa Sé. In *História Contemporânea de Portugal*. Direção de João Medina, Lisboa, Ed. Multilar, Tomo I, Vol. I, 1988, p. 236-239.
- MOREIRA, António – Estado Novo. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Coordenado por José Costa Pereira, Lisboa, Edição Publicações Alfa, S.A.R.L. Vol. I, 1985, p.222-223.
- NEIVA, Adélio Torres – Acordo Missionário. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E. H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Edição Círculo de Leitores, Vol. I, A-C, 2000, p.18-20.
- NETO, Victor – *O Estado a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- NOGUEIRA, Franco – A Política Externa. In *História de Portugal*, Direção de Damião Peres, II Suplemento, Porto, Livraria Civilização Editora, 1981, p.149-232.
- NOGUEIRA, Franco – *Salazar, As Grandes Crises (1936-1945)*. Coimbra, Atlântida Editora, 1978, Vol. III, p. 116-117.
- NOGUEIRA, Franco – *Salazar, Os tempos Áureos (1928-1936)*. Estudo Biográfico, Coimbra, Atlântida Editora, 1997, Vol. II, 9-11.
- OLAVO, Carlos – Sindicalismo. In *Dicionário de História de Portugal*, Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Lisboa, Livraria Figueirinhas, Vol. IX, Suplemento P/Z, 1ª Edição, p. 432-434.
- OLIVEIRA, César – Programa para a Democratização da República. In *Dicionário de História do Estado Novo*, Direção de Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. II, M/Z, 1996, p.806-807.
- OLIVEIRA, Leonel (Dir.) – Corporativismo, In *Nova Enciclopédia Larouse*, Casal de Mem Martins – Rio de Mouro, 1ª edição 1994, Vol. VII, Edição Círculo de Leitores, 2003, p.2002.
- OLIVEIRA, Leonel (Dir.) – Corporativismo, In *Nova Enciclopédia Larouse*, Casal de Mem Martins – Rio de Mouro, 1ª edição 1994, Vol. VII, Edição Círculo de Leitores, 2003, p. 2002.
- PATRIARCA, Fátima – A Questão Social no Salazarismo (1930-1947), Lisboa, INCM, Volumes.

- I, II, 1995. PAULO, João Carlos – Igreja Católica em África. In *Dicionário de História de Portugal*, Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Vol. VIII, 1ª Edição, 2000, p. 243-244.
- PATRIARCA, Fátima – *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, Lisboa, INCM, Volumes. I, II, 1995.
- PAULO, João Carlos – Igreja Católica em África. In *Dicionário de História de Portugal*, Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Vol. VIII, 1ª Edição, 2000, p. 243-244.
- PERES, Sousa – *Memórias do «28 de Maio»*, Cartas ao Historiador Rodrigues Cavalheiro, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1968.
- PIMENTEL, Irene Flunser – D. António Ribeiro sucede ao Cardeal Cerejeira; Defensor da Independência da Igreja, Cerejeira amarrou-a ao Estado Novo. O D. António caberia o fardo da transição. In *Os Anos de Salazar*, Vol. XXVII, Coord. De António Simões do Paço, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008, p.60-70.
- PINHO, Arnaldo de – D. António Ferreira Gomes, Um Paradigma de Liberdade Cristã. *Cerimónias Evocativas da sua Memória*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1993, p.66-96.
- PINTO, António Costa – A Guerra Colonial e o Fim do Império Português. In *História da Expansão Portuguesa*. Direção de Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri, [s.l], Edição Círculo de Leitores, Vol. V, 1999, p.65-98.
- PINTO, António Costa – Portugal e a Resistência à Descolonização. In *História da Expansão Portuguesa*. Direção de Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri, [s.l], Edição Círculo de Leitores, Vol. V, 1999, p.51-64.
- PINTO, Joaquim da Silva – Algumas Considerações e Evocações sobre os Anos Finais do Salazarismo e a Fase Marcelista do Regime da Constituição de 1933. In *História de Portugal*. Direção de João Medina, Alfragide, Ed. Ediclube, Vol. XII, p.288-315.
- RAMOS, Luís de Oliveira – Regalismo. In *Dicionário da História de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, [s.l], Ed. Círculo de Leitores, Vol. IV, P/V, 1ª Edição 2001, p.96-99.
- REIS, António – A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime. In *Portugal Contemporâneo*, Direção de António Reis, Lisboa, Ed. Publicações Alfa, Vol. V, 1990, p.45-60.
- REIS, António – A política de ensino: do controlo ideológico às exigências da industrialização. In *Portugal Contemporâneo*, Direção de António Reis, Lisboa, Ed. Publicações Alfa, Vol. IV, 1990, p. 271-278.
- REIS, António – Os Valores Salazaristas. In *Portugal Contemporâneo*, Direção de António Reis, Lisboa, Ed. Publicações Alfa, Vol. IV, 1990, p. 333-338.
- REIS, Bruno Cardoso – A Concordata de Salazar? Uma Análise a partir das Notas Preparatórias de Março de 1937. Protestantismo e Catolicismo em Portugal nos Séculos XIX e XX. *Lusitânia Sacra*, [s.l], 2ª Série, Tomo XII, C. E. H. R, da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 186-220.
- REIS, Bruno Cardoso – Entrevista ao Embaixador António de Faria, feita entre 5 e 12 de Maio de 1997, In *Coleção Diplomatas Portugueses; Diplomatas Portugueses 2, António de Faria*, Coordenado por António José Telo, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p.483-498.
- REIS, Bruno Cardoso – Fátima: a receção nos Diários Católicos (1917-1930). In *Análise Social*, Vol. XXXVI, (158-159), Lisboa, 2001, p. 249-299.
- REIS, Bruno Cardoso – Guerra. III. *Época Contemporânea. A Santa Sé a Guerra*. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, (s.l), Edição Círculo de Leitores, Vol. IV, P-V, 1ª Edição,

- 2001, p. 396-400.
- REIS, Bruno Cardoso – *Portugal e a Santa Sé da Paz ao Conflito? As Relações Diplomáticas (1940– 1968)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.
- REIS, Bruno Cardoso – Portugal e a Santa Sé no Sistema Internacional (1910 – 1970). In *Análise Social*, Vol. XXXVI (161), Lisboa, 2002, p.1019-1059.
- REIS, Bruno Cardoso – *Salazar e o Vaticano*. Lisboa, I.C.S. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1ª Edição 2006.
- REZOLA, Maria Inácia – Católicos Progressistas. In *Dicionário de História do Estado Novo*, Direção de Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. I, 1996, p. 137-139.
- REZOLA, Maria Inácia – Movimento Operário Católico nos Anos 40. Desativação ou Rutura? In *História*, Ano, XIX, (Nova Série), Nº 31, 1997, p.31-44.
- REZOLA, Maria Inácia – O Estado Novo e a Igreja Católica. Breve Panorama da Situação da Igreja e da Religião Católica em Portugal (1930-1960). In *Nova História de Portugal*, Direção de Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, Vol. XII, 1ª edição 1992, p.222-255.
- REZOLA, Maria Inácia – O Sindicalismo Católico no Estado Novo. *A Igreja e o Estado em Portugal; Da Primeira República ao Limiar do Século XXI*, Atas dos encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Museu Bernardino Machado, Editora Ausência, 2004, p.133-155.
- REZOLA, Maria Inácia – Silva, Abel Varzim da Cunha e, (1902-1964) – In *Dicionário de História do Estado Novo*. Direção de Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. II M/Z, 1996, p. 903-904.
- REZOLA, Maria Inácia – Sindicalismo. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, [s.l], Edição Círculo de Leitores, Vol. IV, P-V, 2001, p.237-240.
- ROBINSOM, Richard – Igreja Católica. In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*, Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. VIII, 2000, p.220-223.
- ROBINSOM, Richard – Igreja Católica; Relações com o Vaticano. In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*, Coordenado por António Barreto; Maria Filomena Mónica, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. IX, p. 586-588.
- RODRIGUES, Samuel – Personalidade Jurídica da Igreja Católica. In *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940). Texto Integral da Concordata e do Acordo Missionário, Estudos; Comentários; Legislação Executória*. Coord. Científica de Manuel Saturnino Costa Gomes, Coimbra, Almedina, 2001, p.85-88.
- ROSAS, Fernando – A Igreja em Portugal nos anos 40. In *História*, Lisboa, Nº 46, 1982, p.3-17.
- ROSAS, Fernando – As Grandes Linhas da Evolução Institucional. O Problema da Legitimação da «Situação» Saído do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, In *Nova História de Portugal*, Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1ª Edição, 1992, p.86-143.
- ROSAS, Fernando – As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940. In *Análise Social*, 143-144, Lisboa, 1997, p. 815-845.
- ROSAS, Fernando – Constituição Política de 1933. In *Dicionário de História do Estado Novo*. Direção de Fernando Rosas; J.M. Brandão de Brito, Venda-nova, Bertrand Editores, V.I., A-L, 1996, p.198-205.
- ROSAS, Fernando – Corporativismo, In *Salazar e os Fascismos*, Ensaio Breve de História

- Comparada, Lisboa, Tinta-da-China, MMXIX, p. 164-189.
- ROSAS, Fernando – Dos estertores da crise à paz podre. In *Portugal Contemporâneo*, Direção de António Reis, Lisboa, Ed. Publicações Alfa, Vol. V, 1990, p.37- 44.
- ROSAS, Fernando – *Estado Novo*. In *Dicionário de História do Estado Novo*. Direção de Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. I, A-L, 1996, p.315- 319.
- ROSAS, Fernando – O Estado Novo (1926-1974). Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar. In *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Lisboa, Edição Círculo de Leitores, Vol. VII, 1994, p. 151-241.
- ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos Anos Tinta (1928-1938)*. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo, Lisboa, Editorial Estampa, 2ª Edição, 1996.
- ROSAS, Fernando – O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958. In *Portugal Contemporâneo*, Direção de António Reis, Lisboa, Ed. Publicações Alfa, Vol. V, 1990, p.15-20.
- SANTOS, Francisco Inácio Pereira dos – O Capitalismo e o Comunismo à Luz da Doutrina Social da Igreja. O Homem ao Serviço da Economia. In *Lúmen, Revista da Cultura do Clero*, Dirigido por Avelino Gonçalves, Ano XVII, Vol. XVII, Lisboa, União Gráfica, Janeiro– Fevereiro, 1953, p.227-229.
- SANTOS, José e SAAVEDRA, Ricardo de, António Ribeiro Patriarca de Lisboa, Paulinas Editora, 2ª Edição 2021.
- SANTOS, Luís Aguiar – A Transformação do Campo Religioso Português. A Secularização das Elites e seus Efeitos. In *História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, (s.l), ed. Círculo de Leitores, Vol. III, p.419-486.
- SANTOS, Luís Aguiar – Igreja e Estado. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, (s.l), Ed. Círculo de Leitores, Vol. II, C-I, 1ª Edição, 2000, p.388-410.
- SANTOS, Luís Aguiar – Pluralidade Religiosa: Correntes Cristãs e não Cristãs no Universo Religioso Português. In *História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo. Vol. III, Religião e Secularização. Coord. De Manuel Clemente e A. Matos Ferreira, [s.l] Círculo de Leitores, 2001, p. 399-501.
- SANTOS, Paula Borges, Dom António Ribeiro, Lisboa, TimeLine Biografias Intemporais, Universidade Católica Editora, 20
- SARAIVA, José Hermano – *Do 5 de Outubro ao 28 de Maio. História Concisa de Portugal*. 1ª Edição 1978, Lisboa, Publicações Europa – América, 5ª Edição, 1979, p.344-359.
- SARAIVA, José Hermano – Política Externa. In *História de Portugal*, Lisboa, Publicações, Alfa, 1983, p.135- 140.
- SÉRGIO, António – Carta ao Cardeal Cerejeira (1956). In *História Contemporânea de Portugal. A Ditadura. O «Estado Novo»*. Direção de João Medina, Lisboa, Ed. Multilar, Tomo II, Vol. IV, 1988, p.115-116.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – A Igreja e o Estado (1935-1941). *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Verbo, Vol. XIV, 2000, p.575-635
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – A Igreja face ao 28 de Maio. *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Verbo, Vol. XIII, 2ª Edição, 2000, p.579-664.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935). Administração Assistência e Sociedade. *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, Vol. XIII, 3ª Edição, 1997, p. 469-475.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Relações com a Santa Sé. *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Verbo, Vol. XII, 1ªedição 1990, p.42-45.

- SILVA, António Duarte – Ato Colonial. In *Dicionário de História do Estado Novo*, Direção de Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. I, A/L, 1996, p. 20-22.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – Os Católicos e a «República Nova» (1917-1918): «Da Questão Religiosa» à Mitologia Nacional. Problemática Religiosa no Portugal Contemporâneo, *Lusitânia Sacra*, C.E.H.R, da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, Tomo VIII / IX, Lisboa, 1996-1997, p.385-499.
- SIMPSON, Duncan, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70, 2014
- SOUSA, Marcelo Rebelo de – Da Crispação institucional ao equilíbrio instável de poderes. In *Portugal Contemporâneo*, Direção de António Reis, Lisboa, Ed. Publicações Alfa, Vol. V, 1990, p.61-70.
- TELO, António José – Política Externa. In *Dicionário de História do Estado Novo*. Direção de Fernando Rosas; J.M. Brandão de Brito. Venda-nova, Bertrand Editores, Vol. II, 1996, p. 769-776.
- TELO, António José (Coord.), *Coleção Diplomatas Portugueses; Diplomatas Portugueses 2; António de Faria, Cap. VI, Embaixador na Santa Sé: Abril de 1961 – Outubro de 1968*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p.303376.
- TORGAL, Luís Reis – Igreja e Estado no Regime de Salazar, Entre a “Separação” e a “Concordata” e a Polémica. *A Igreja e o Estado em Portugal: da Primeira República ao Limiar do Século XXI, Atas dos encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003*, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência, Câmara Municipal de V.N. de Famalicão – Museu Bernardino Machado, 2004, p.95-129.
- TRINDADE, D. Manuel de Almeida – *Memórias de um Bispo*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1993, p. 317-318.
- VARELA, Antunes – *Lei de Liberdade Religiosa e Lei de Imprensa, Lei Nº 4/71 de 21 de Agosto de 1971*, Edição Revista e anotada pelo Professor Antunes Varela, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1972, P.15-47.
- VARELA, Raquel – Portugal e a Santa Sé Assinam a Concordata. A Igreja Católica vê Garantida a sua Influência no Ensino e na Vida Privada e Cede nas Colónias. In *Os Anos de Salazar*, Vol. V, Coord. De António Simões do Paço, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008, P.27 – 39.
- VENTURA, António – A Oposição ao Estado Novo. In *História de Portugal*. Direção de João Medina, Alfragide, Ed. Ediclube, Vol. XIII, 1998, p.149-203.
- VENTURA, António – Marcelo Caetano. In *História de Portugal*. Direção de João Medina, Alfragide, Ed. Ediclube, Vol. XII.